

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

GISELE MEIRELLES FONSECA-INACARATO

**“QUEM CUIDA É A MÃE”: IMAGINÁRIO COLETIVO DE MEDIADORES
JUDICIAIS SOBRE CUIDADO DOS FILHOS**

CAMPINAS

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

GISELE MEIRELLES FONSECA-INACARATO

**“QUEM CUIDA É A MÃE”: IMAGINÁRIO COLETIVO DE MEDIADORES
JUDICIAIS SOBRE CUIDADO DOS FILHOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Profa. Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas - SBI - PUC-Campinas

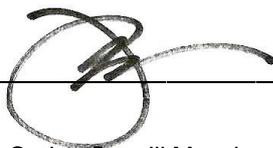
157.9	Fonseca-Inacarato, Gisele Meirelles
F676q	"Quem cuida é a mãe": imaginário coletivo de mediadores judiciais sobre cuidado dos filhos / Gisele Meirelles Fonseca-Inacarato. - Campinas: PUC-Campinas, 2021. 218 f.: il. Orientador: Tânia Maria José Aiello Vaisberg. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Inclui bibliografia. 1. Psicologia clínica. 2. Parentalidade. 3. Divórcio. I. Vaisberg, Tânia Maria José Aiello. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.
	CDD - 22. ed. 157.9

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA
GISELE MEIRELLES FONSECA-INACARATO
“QUEM CUIDA É A MÃE”: IMAGINÁRIO COLETIVO DE MEDIADORES
JUDICIAIS SOBRE CUIDADO DOS FILHOS

Tese defendida e aprovada em 24 de fevereiro de
2021 pela Comissão Examinadora



Profa. Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg
Orientadora da Tese e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



Prof. Dr. João Carlos Caselli Messias
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



Profa. Dra. Tânia Mara Marques Granato
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)



Profa. Dra. Clarissa Mendonça Corradi Webster
Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto (USP)



Profa. Dra. Miriam Tachibana
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

À Carolina e ao Murilo,
meus amados filhos, que
deram sentido especial à
minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Tania Maria José Aiello-Vaisberg, por quem tenho imensa admiração devido à sua vitalidade, criatividade, coragem e transparência no enfrentamento de cada situação problema. Durante esses anos de trabalho junto ao grupo de pesquisa sob sua orientação, aprendi muito mais do que escrever uma tese.

Ao meu marido, Márcio Henrique Azevedo Inacarato, por todo apoio e paciência, tanto nos bons como nos difíceis momentos, nesta nossa caminhada compartilhada de 24 anos.

À minha mãe, Sylvia Regina Bresciani de Meirelles, que sempre cuidou de mim com muito amor, em todos os momentos em que estive vulnerável, trazendo enorme confiança, permitindo que eu chegasse até aqui.

Ao meu pai, Lineu Correa Fonseca (*in memoriam*), que sempre acreditou em mim, pelo incentivo amoroso e pela inspiração para me aventurar ao mundo da pesquisa.

Às minhas queridas irmãs, Mariane Meirelles Fonseca Moreira, Camila Meirelles Fonseca Arantes e Priscila Meirelles Fonseca Siesser, pelo apoio amoroso e por saber que posso contar com vocês sempre.

À minha analista, Sônia Moraes de Resende, pelo cuidado atento às minhas necessidades e pela abertura à liberdade.

À amiga Sueli que, além de me incentivar a iniciar o doutorado, sempre se dispôs a ajudar quando precisei e trouxe contribuições importantíssimas para esta tese.

Aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção”, Natália Del Ponte de Assis, Carlos Del Negro Visitin, Vanessa Tonon Calderelli Winkler, Débora Ortolan Fernandes de Oliveira, Annie Rangel Kopanakis, Marina Miranda Fabris Zavaglia, Bruna Risquoto Batoni, Gustavo Renan de Almeida da Silva e Cristiane Helena Dias Simões. Quero registrar aqui que foi muito bom não me sentir sozinha diante do desafio e da responsabilidade de escrever uma tese. Devo isso a todos com

quem convivi nestas incontáveis terças-feiras, em que havia um constante compartilhar de experiências e reflexões. Agradeço especialmente ao Carlos, meu companheiro de tantos trabalhos, que muito contribuiu para realização desta tese.

Ao juiz coordenador, Dr. Venilton Cavalcante Marrera, e à coordenadora do CEJUSC de Campinas, Mara Cristina Souza Munhoz, que sempre me receberam bem no período de estágio relativo ao curso de Capacitação em Conciliação e Mediação Judicial e Privada, e, principalmente, nos 2 anos em que atuei como conciliadora e mediadora voluntária.

À Universidade Presbiteriana Mackenzie, que me ofereceu muitas oportunidades de crescimento pessoal e profissional, enquanto docente no curso de Direito e como psicóloga, no Programa de Atenção e Orientação ao Discente, nesses últimos 12 anos, onde fiz muitos amigos queridos. Em especial, agradeço ao José Geraldo Romanello Bueno, colega e amigo, pelo suporte na área de direito de família para esta tese. Também agradeço a generosidade e disponibilidade da Michelle Asato Junqueira, por disponibilizar material e conversar comigo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas, onde fiz toda minha formação, graduação, mestrado e agora o doutorado, e sempre me senti em casa.

Às examinadoras da banca de qualificação, Vera Engler Cury e Elisa Corbett, pelas importantes contribuições que enriqueceram esse trabalho.

À Secretaria do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pela prontidão para tirar dúvidas e pela precisão nas informações.

À Monica Lopes Névoa Guimarães, pela revisão cuidadosa de texto.

À CAPES, pelo apoio financeiro fundamental para realização deste estudo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“If we do something over and over again, it becomes normal. If we see the same thing over and over again, it becomes normal”

“Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal”.

Chimamanda Ngozi Adichie
(em *We should all be feminists*)

RESUMO

Fonseca-Inacarato, G. M. (2021). *“Quem cuida é a mãe”: Imaginário coletivo de mediadores judiciais sobre cuidado dos filhos* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, Brasil.

A presente tese tem como objetivo investigar imaginários coletivos sobre criação dos filhos na contemporaneidade. Justifica-se na medida em que as recentes transformações, derivadas do ingresso da mulher no mercado de trabalho, não parecem ter alterado o imaginário segundo o qual a mãe biológica seria a melhor cuidadora dos filhos. Organiza-se, metodologicamente, adotando a perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, por meio de entrevistas psicológicas coletivas, durante as quais 12 mediadores judiciais, escolhidos como participantes pelo fato de serem frequentemente convocados a atuar em casos de separação de casais com filhos em comum, foram abordados por meio do uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema. Após abordar o material em termos daquilo que se apresentava no campo da consciência dos participantes, passamos a considerá-lo à luz do método psicanalítico, o que permitiu a produção interpretativa de quatro campos de sentido afetivo emocional ou inconscientes intersubjetivos: “Quem cuida é a mãe”, “Pai presente”, “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”. O quadro geral indica que predomina, entre os participantes, um imaginário conservador, conforme o qual o melhor cuidado infantil é aquele proporcionado pela mãe biológica no contexto da família nuclear. Também ficou evidenciada a crença de que a qualidade do vínculo conjugal está diretamente ligada ao bem-estar dos filhos, podendo dificultar a distinção entre questões da conjugalidade e funções relacionadas à parentalidade.

Palavras-chave: Psicologia Clínica, Parentalidade, Divórcio, Cuidado Infantil, Imaginário Coletivo, Método Psicanalítico.

ABSTRACT

Fonseca-Inacarato, G.M. (2021). *“Who cares is the mother”*: *Collective imaginary of judicial mediators about children care* (Doctoral thesis). Pontifícia Universidade Católica of Campinas, Centro de Ciências da Vida (Life Science Center), Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Post Graduation Program in Psychology), Campinas, Brazil.

This thesis investigates collective imaginaries about parenting in the contemporary world. The research is justified on the observation that recent changes caused by the increased participation of women in the job market have not altered the collective imaginary which assumes that the biological mother is the best child caregiver. This study is methodologically organized based on the perspective of the concrete psychoanalytic psychology, using psychological collective interviews with 12 judicial mediators chosen as participants because they were often summoned to act in cases of separation of couples with children in common. They were approached using the Thematic Drawing-and-Story Procedure. After approaching the material in terms of what was presented in the field of participants consciousness, this material was considered according to the psychoanalytic method allowed the interpretative production of four affective-emotional sense fields or relative unconscious intersubjective: “Who cares is the mother”, “Present father”, “Parents fighting, children damaged”, “Parents talking, children preserved”. The general analysis of the responses shows that it prevails among the participants a conservative imaginary which believes that the best childcare possibly given is provided by the biological mother in the context of the nuclear family. It was evident the participants believed that the quality of the marital bond is directly linked to the well-being of the children, which may make it difficult to distinguish between issues of conjugality and functions related to parenting.

Keywords: Clinical Psychology, Parenting, Divorce, Childcare, Collective Imaginary, Psychoanalytical Method.

RESUMEN

Fonseca-Inacarato, G. M. (2021). *“Quien cuida es la madre”: Imaginario colectivo de mediadores judiciales sobre el cuidado de los hijos* (Tesis de Doctorado). Pontificia Universidad Católica de Campinas, Centro de Ciencias de la Vida, Programa de Posgraduación en Psicología, Campinas, Brasil.

Esta tesis tiene como objetivo investigar imaginarios colectivos sobre la crianza de los hijos en la contemporaneidad. Se justifica en la medida en que las recientes transformaciones, derivadas del ingreso de la mujer en el mercado de trabajo, no parecen haber alterado el imaginario según el cual la madre biológica sería la mejor cuidadora de los hijos. Se organiza metodológicamente, adoptando la perspectiva de la psicología psicoanalítica concreta, por medio de entrevistas psicológicas colectivas durante las cuales se abordaron, por medio del uso del Procedimiento de Dibujos-Historias con Tema, a 12 mediadores judiciales escogidos como participantes por el hecho de ser convocados frecuentemente para actuar en casos de separación de parejas con hijos en común. Después de abordar el material en términos de lo que se presentaba en el campo de la consciencia de los participantes, pasamos a considerarlo a la luz del método psicoanalítico, lo que permitió la producción interpretativa de cuatro campos de sentido afectivo emocional o inconscientes intersubjetivos relativos: “Quien cuida es la madre”, “Padre presente”, “Padres peleando, hijos perjudicados” y “Padres dialogando, hijos preservados”. El cuadro general indica que predomina entre los participantes un imaginario conservador, según el cual el mejor cuidado infantil es el proporcionado por la madre biológica en el contexto de la familia nuclear. También resultó evidente la creencia de que la calidad del vínculo conyugal está relacionada directamente al bienestar de los hijos, pudiendo dificultar la distinción entre cuestiones de la conyugalidad y las funciones relacionadas a la parentalidad.

Palabras clave: Psicología Clínica, Parentalidad, Divorcio, Cuidado Infantil, Imaginario Colectivo, Método Psicoanalítico.

SUMÁRIO

Nota Inicial	12
Apresentação	13
Capítulo 1. Cuidado Infantil e Parentalidade	20
A Importância da Experiência Infantil para a Saúde Mental	22
A Parentalidade Contemporânea como Produção Histórica e Cultural.....	28
Capítulo 2. Parentalidade e Família Nuclear: Parceria Indissociável?.....	33
Direitos das Crianças e Adolescentes ao Convívio Familiar e Comunitário.....	35
Família e Parentalidade no Contexto Contemporâneo de Mudanças Sociais.....	43
A Família na Sociedade Desigual.....	49
Capítulo 3. Fundamentos Teóricos e Estratégias Metodológicas.....	55
Pesquisa Qualitativa com Método Psicanalítico.....	57
Conceitos Fundamentais.....	61
O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema.....	65
Situação Típica ou Emblemática como Recurso Metodológico.....	69
Procedimentos Investigativos.....	72
Capítulo 4. Desenhos-Estórias e Narrativas Transferenciais.....	78
Antes de iniciar as entrevistas	81
Primeira entrevista coletiva (P1, P2, P3)	86
Segunda entrevista coletiva (P4, P5)	92
Terceira entrevista coletiva (P6, P7, P8)	98

Quarta entrevista coletiva (P9, P10)	104
Quinta entrevista coletiva (P11, P12)	110
Capítulo 5. Dramáticas Conscientes e Campos de Sentido	116
Dramáticas Conscientes	118
Campos de Sentido Afetivo-Emocional	121
Capítulo 6. Interlocuções reflexivas.....	138
“Quem cuida é a mãe” e “Pai presente”	140
“Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”	154
Cuidado infantil e família nuclear.....	163
Considerações Finais.....	170
Referências	178
Anexos	212
Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	213
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	217

NOTA INICIAL

Consideramos importante informar que as entrevistas, que constituem o material de pesquisa da presente tese de doutorado, foram realizadas durante o ano de 2018, vale dizer, anteriormente à eclosão da grave pandemia que vem assolando a vida de todo o planeta. Deste modo, o material sobre o qual baseamos nossas conclusões não registra os efeitos desse importante problema de saúde pública.

Durante o ano de 2020, dedicamo-nos à análise do material e à redação do volume. Não cogitamos de colher novo material porque, de um lado, haveria dificuldade em realizar entrevistas presenciais durante a vigência de medidas de isolamento social e, de outro, porque entendemos que os fenômenos que aqui investigamos manter-se-ão, em suas linhas básicas, ainda que influenciados pela experiência de ameaça à vida, à saúde e à estabilidade econômica que está sendo atualmente vivida.

Portanto, estamos convencidas, assim como os membros da banca examinadora da sessão de defesa, de que nosso trabalho representa uma contribuição relevante como conhecimento compreensivo sobre a parentalidade e o cuidado infantil.

A pesquisa qualitativa com método psicanalítico, ao redor da qual desenvolvemos essa tese de doutorado, inscreve-se num amplo conjunto de trabalhos sobre a parentalidade no mundo contemporâneo. Vincula-se, portanto, à questão da natalidade, que Hannah Arendt (1958/1983) houve por bem definir como a categoria central do pensamento político, porque é por meio dela que se dá a renovação e o futuro da vida humana. Portanto, abordar as atividades que permitem que os bebês, que nascem em estado de grande dependência de cuidados (Winnicott, 1958/2000; 1963/1990; 1971/1975), possam se desenvolver e se tornarem adultos é assunto de grande relevância social.

O cuidado de crianças é algo fundamental, ao redor do qual toda a sociedade deveria estar organizada, já que estamos todos envolvidos com essa questão. Fomos todos crianças e filhos e chegamos à vida adulta porque recebemos, ao menos, cuidados suficientes. Muitos de nós já se tornaram ou pretendem se tornar pais e mães. Outros, não estão nesta condição parental e nem desejam estar, mas podem dedicar, de alguma forma, parte de seu tempo para cuidar de crianças ou mesmo de adolescentes. Logicamente, há também aqueles que pouco se envolvem com estas tarefas, mas, não podemos nos esquecer de que foram cuidados por alguém.

Partimos do pressuposto de que os arranjos sociais em torno dos quais se efetivam tais cuidados podem variar de acordo com diferentes culturas (Gottlieb, 2012; Rogoff, 2003/2005) e períodos históricos (Badinter, 1985). Na atual sociedade brasileira, coexistem, concretamente, diversas formas de organização da parentalidade, mas parece predominar uma visão tradicional de acordo com a qual a melhor forma de cuidados seria aquela que se funda na divisão sexual dos trabalhos produtivo e reprodutivo.

Enquanto profissionais da psicologia, portanto atentas a questões relacionadas à saúde mental e ao desenvolvimento emocional, interessa-nos conhecer como as soluções culturais para as demandas de cuidado de crianças são imaginativamente concebidas. Por este motivo, realizamos pesquisa empírica com o objetivo de investigar imaginários coletivos sobre a parentalidade contemporânea na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, iniciativa que faz parte de um conjunto de pesquisas que tratam de sofrimento social e

família, realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa PUC-Campinas/CNPQ “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção”.

Escolhemos, como participantes deste estudo, mediadores judiciais¹ que atuam na área de família. Esses profissionais trabalham com conflitos familiares, auxiliando famílias em crise, as quais se encontram diante do desafio de definir como será a reorganização dos cuidados com os filhos. Tais famílias precisam refletir e decidir, com ajuda do mediador, sobre questões relacionadas ao “com quem os filhos devem ficar”, o que não raramente é vivido com disputas intensas, podendo se transformar num grande conflito litigioso.

Estando nossa atenção voltada para a maneira como família e cuidado de crianças estão interligados em nossa cultura, imaginamos que os mediadores judiciais poderiam ser participantes interessantes por lidarem diretamente com uma problemática em que a parentalidade é colocada em foco. Fazemos, neste estudo, uso do recurso metodológico do caso emblemático ou típico (Frederico, 1979) relacionado ao contexto da separação conjugal, no momento em que pai e mãe estão decidindo sobre quem fica com a guarda dos filhos ou sobre como deve se organizar a rotina dos cuidados a partir do rompimento do vínculo conjugal. Ou seja, intencionamos estudar a parentalidade contemporânea e, para atingir tal objetivo, escolhemos uma situação emblemática, em que a organização parental se encontra em crise. Além disso, podemos considerar que os participantes são personagens emblemáticos, uma vez que assumem, em nossa sociedade, a função de diminuir prejuízos intrínsecos ao rompimento do vínculo conjugal.

O olhar atento para condição da mulher, especialmente no que diz respeito à questão da maternidade, já estava presente em nosso grupo de pesquisa em diversos estudos tais como, por exemplo, Assis, Visintin, Borges &

¹ A título de esclarecimento, lembramos que, para atuar nessa área, o profissional precisa passar por um curso de capacitação, regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, que permite que ele atue com conciliação e mediação judiciais, em diversas áreas, inclusive no âmbito familiar. Apesar de haver distinção entre a função de conciliador e mediador, do ponto de vista da justiça, optamos por utilizar a expressão mediação judicial ou mediador judicial para nos referir às duas práticas. Isso se deve ao fato de que essa diferença não é relevante do ponto de vista da psicologia clínica segundo uma perspectiva compreensiva, já que estamos verdadeiramente interessados no contato que este profissional tem com pessoas em contexto da separação conjugal, com a necessidade de decidir sobre a guarda dos filhos, o que pode ocorrer tanto na conciliação como na mediação, em área de família.

Aiello-Vaisberg (2020), Chinalia, Assis, Visintin & Aiello-Vaisberg (2018), Corbett (2014), Fabris-Zavaglia (2020), entre outros. Acompanhar e participar de discussões sobre essas pesquisas revelou-se um fator motivador significativo para presente investigação. A percepção de que a condição materna é perpassada por pesadas exigências, que acabam por gerar sofrimentos sociais, que se manifestam como culpa e angústia, foi objeto de investigações de Schulte, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2019) e Visintin e Aiello-Vaisberg (2017). Deste modo, chegamos ao estudo da parentalidade pela via do compromisso com o sofrimento humano, e tomamos certas produções feministas para interlocução. Assim, esclarecemos que não somos estudiosas do feminismo, mas percebemos que o diálogo reflexivo, com algumas autoras do feminismo materialista, tornou-se muito fecundo, até mesmo por estarem alinhadas com nossos fundamentos teóricos.

No que diz respeito ao referencial teórico-metodológico que adotamos, vale dizer, a psicologia psicanalítica concreta, julgamos necessário elucidar que corresponde a uma articulação possível entre materialismo dialético e psicanálise. Bleger (1963/2007) aderiu às ideias de Politzer (1928/1998), que fez duras críticas à metapsicologia por estudar os fenômenos de forma abstrata, tendendo a coisificar os processos psíquicos, e propôs que a psicologia se dedicasse ao acontecer humano, ao drama, sempre situado num contexto vincular. Dessa forma, a psicologia psicanalítica concreta está inserida no paradigma vincular-relacional da psicanálise (Greenberg & Mitchell, 1983), mas difere de outras teorizações relacionais uma vez que considera os contextos macrossociais na determinação dos atos humanos.² O psicanalista argentino ressaltou a importância de estudarmos o ser humano de forma concreta, ou seja, afastando-nos dos dualismos metafísicos que ainda estão impregnados na produção de conhecimento científico, para adotarmos uma concepção dialética que considere o homem a partir de suas condições humana, concreta, social e histórica. Sendo assim, entendemos, a partir dessa perspectiva, que as manifestações humanas são ao mesmo tempo produto e produtoras dos

² Lembramos, aqui, as abordagens psicanalíticas de caráter relacional de Stolorow e Atwood (2019) e a de Mitchell (2009) como exemplos de perspectivas relacionais de inegável qualidade teórica que não exigem a consideração de contextos macrossociais.

ambientes vivenciais onde as pessoas estão inseridas. A obra blegeriana converge com uma visão ontológica do ser social, conforme foi desenvolvida por Lukács (1978/2013), que valoriza a capacidade criadora do ser humano, sua necessidade de liberdade e de ter seus direitos garantidos. Essa perspectiva epistemológica³, continuou sendo desenvolvida por Aiello-Vaisberg (2017), orientadora desta tese, resultando em inúmeras investigações que geraram teses, dissertações e artigos científicos⁴.

Retomando o tema da tese, lembramos que vida é muito complexa, de modo que se torna um desafio abordar o fim do casamento com filhos. Entendemos que questões familiares, tais como formas de convivência, funções, divisões de tarefas e conflitos, precisam ser pensadas do ponto de vista vincular e, também, à luz do macrossocial para que façam sentido. Encontramos fundamentos para aprofundar essa última perspectiva na literatura feminista perpassada por temas relacionados à maternidade, casamento, divórcio e divisão sexual do trabalho. Nesse estudo, nosso foco é, em princípio, a proteção do vínculo parental, dada a organização atual da sociedade e seu ordenamento jurídico. Contudo, não desconsideramos que, em alguns casos, há muita toxicidade no vínculo entre pais e filhos, a ponto de a persistência da relação ficar inviabilizada no plano concreto. Notamos, todavia, que nos casos atendidos por mediadores judiciais, que implicam comparecimento de pai e mãe, raríssimamente se apresenta uma situação extrema. Logicamente, reconhecemos que outras temáticas relacionadas à família, como, por exemplo, o vínculo do casal, são importantes em si mesmos e merecem ser estudados. Contudo, nosso foco, nesse momento, é outro.

Isto posto, esperamos que conhecimentos sobre parentalidade contemporânea, produzidos a partir da psicologia psicanalítica concreta, sejam úteis para o desenvolvimento de uma clínica social e, também, possam servir de subsídios para políticas públicas com potencial para transformar as condições macrossociais que produzem sofrimento social.

³ A perspectiva da psicologia psicanalítica concreta será retomada no capítulo metodológico, a partir da página 59.

⁴ O leitor pode se informar sobre essa produção consultando o lattes da orientadora.

A presente tese está organizada em seis capítulos, além das Considerações Finais. No capítulo introdutório, intitulado “O Cuidado da Criança e do Adolescente na Psicologia Psicanalítica Concreta”, discorremos sobre um fato da natureza, que é a dependência humana no início da vida, e a solução cultural que se apresenta na sociedade contemporânea ocidental. Desta forma, abordamos o desenvolvimento do ser humano do ponto de vista vincular, tendo como base, principalmente, autores psicanalistas, bem como tratamos de questões macrosociais, com ajuda de feministas materialistas.

O segundo capítulo, “Parentalidade e Família Nuclear: Parceira Indissociável?”, tem um enfoque mais concreto, ou seja, mais próximo do drama da vida. Apresentamos como a parentalidade e a família nuclear têm sido abordadas na legislação brasileira, consideramos o contexto contemporâneo de mudanças das organizações familiares e discutimos como a noção de família vem sendo pensada numa sociedade desigual como a nossa.

O terceiro capítulo, “Fundamentos Teóricos e Estratégias Metodológicas”, está organizado em cinco seções. Inicialmente, situamos nosso estudo dentre as pesquisas qualitativas, em especial aquelas que utilizam o método psicanalítico. Em seguida, explicitamos os conceitos teóricos fundamentais que norteiam nossa perspectiva teórica da psicologia psicanalítica concreta. Também apresentamos o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, que foi o recurso mediador utilizado junto aos participantes desta pesquisa. Justificamos a escolha do tema tendo como base o recurso metodológico do caso típico ou emblemático. Por fim, descrevemos os procedimentos investigativos utilizados na operacionalização do método psicanalítico no contexto da pesquisa qualitativa.

O quarto capítulo, “Desenhos-Estórias e Narrativas Transferenciais”, é dedicado a expor o material clínico registrado a partir das entrevistas coletivas realizadas. Nessa parte, é possível encontrar, na íntegra, os desenhos e histórias produzidos por 12 mediadores judiciais, bem como as narrativas transferenciais escritas pela pesquisadora.

O quinto capítulo, intitulado “Interpretações”, corresponde à exposição dos resultados interpretativos. Nele, apresentamos não apenas os quatro campos de sentido afetivo-emocional produzidos/encontrados a partir do método

psicanalítico, mas também as dramáticas conscientes manifestas nas produções dos participantes. Optamos por essa forma de apresentação no intuito de facilitar o acompanhamento do processo interpretativo que nos levou à proposição dos campos.

“Interloquções reflexivas” é o título do sexto capítulo, no qual revisitamos nossas interpretações à luz do aporte teórico de autores das ciências humanas, psicanalistas ou não, num diálogo intersubjetivo. Isso se faz relevante, uma vez que intencionamos ampliar as reflexões, a partir de outros olhares, sobre os contextos vinculares e macrossociais que são dialeticamente produto e produtores dos campos de sentido afetivo-emocional produzidos/encontrados neste estudo. Esse capítulo está organizado em três seções que abordam os campos, “Quem cuida é a mãe” e “Pai presente”, na primeira seção; “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”, na segunda seção; e, por fim, discute-se o conjunto dos 4 campos numa seção intitulada “Cuidado infantil e família nuclear”.

Finalmente, nas “Considerações finais”, retomamos o problema de pesquisa à luz dos resultados interpretativos e das interloquções reflexivas realizadas, pontuando que o apego a formas tradicionais de conceber a maternidade e a parentalidade podem dificultar o surgimento de soluções de cuidado mais adaptadas à realidade de cada família e comunidade.

Capítulo 1
Cuidado Infantil e Parentalidade

Partimos, na presente pesquisa, do reconhecimento de que a condição objetiva de dependência, em que nasce o ser humano, e o longo percurso durante o qual deverá ser cuidado e protegido, antes de se tornar um adulto, é sempre culturalmente solucionado pelas diferentes sociedades (Gottlieb, 2012; Rogoff, 2003/2005). Sendo culturais, tais soluções são passíveis de modificações e aperfeiçoamentos, uma vez que não obedecem, como alguns parecem supor, a determinismos biológicos mais fixamente instalados. Sendo assim, faz sentido buscar práticas de cuidado cada vez mais condizentes com perspectivas éticas de valorização do ser humano, de respeito à sua liberdade, de incremento da solidariedade e de combate à opressão e à violência.

Não nos esquecemos de que o cuidado de crianças se insere, por sua vez, na questão maior do cuidado a seres humanos, destacando que pessoas e grupos podem estar transitoriamente ou duradouramente em situação de dependência da atenção alheia. Passageiros em aviões e pacientes cirúrgicos, de um lado, e bebês e pessoas com déficit severo de inteligência, de outro lado, correspondem a exemplos da primeira e da segunda condição. Entretanto, abordaremos aqui a questão específica do cuidado da criança, muitas vezes referido como cuidado dos filhos.

Adotando, como referencial, a psicologia psicanalítica concreta (Bleger, 1963/2007), organizamos esse capítulo introdutório em 2 partes. Essa organização é conveniente na medida em que adotamos uma perspectiva teórico-metodológica que se define como teoria psicanalítica intersubjetiva e relacional, segundo a qual devemos pensar que o acontecer humano transcorre inevitavelmente em campos vinculares sempre inseridos em contextos macrossociais. Por essa razão, a primeira parte do presente capítulo tratará da relevância da experiência infantil para a saúde mental, a partir do conceito de séries complementares, um esquema freudiano básico, que tem subsistido ao longo do tempo, no pensamento de autores como Bleger (1963/2007) e Winnicott (1958/2000; 1963/1990; 1971/1975), permitindo que abordemos a psicopatologia psicanalítica e a teoria do amadurecimento individual em termos vinculares. A segunda parte discute a parentalidade contemporânea enquanto uma produção histórica e cultural, dialogando com autoras da área da história, da antropologia

e do feminismo, o que nos permite tecer considerações acerca dos contextos macrossociais.

A Importância da Experiência Infantil para a Saúde Mental

A nosso ver, a experiência clínica, institucional e particular confronta o psicólogo clínico, cotidianamente, com dois diferentes entendimentos sobre os anos que se colocam entre o nascimento do bebê e a chegada à condição adulta: a visão de que se trata de um tempo a ser usado como preparação para o futuro ou de que corresponde a um período que tem importância em si mesmo. Em princípio, essas visões não são conflitantes e podem se integrar de modo equilibrado. Entretanto, cabe lembrar que, por motivos afetivo-emocionais, nem sempre conscientes, muitos desconsideram a infância em si mesma, atribuindo importância apenas à fase adulta, enquanto outros cultivam uma valorização do bem-estar infantil de momento a momento, de forma a inclusive comprometer o desenvolvimento de capacidades mais amadurecidas.

Em que pese o fato de vivermos num país originalmente habitado por sociedades indígenas e de termos recebido um largo contingente de africanos escravizados (Aiello-Fernandes, 2018), sofremos uma forma tão violenta de colonização, em função da qual faz sentido levar em conta a história da vida privada dos povos colonizadores. Desse modo, talvez seja importante lembrar aqui o advento de um importante ramo da historiografia, vale dizer, a história social da criança e da família, que tem seu marco fundador no livro *História Social da Criança e da Família* de Phillippe Ariès (1960/1981). Afirma Braga (2015):

De modo geral, a partir do estudo de amplo corpo documental que inclui iconografia religiosa e leiga, vestimentas, diários, efígies funerárias, jogos e brinquedos, Ariès (1960/1981) localizou no mundo moderno, destacadamente a partir do século XVII, profundas transformações no caráter da família e o surgimento do sentimento de infância. . . . Ao mesmo tempo, a família se transformou de uma instituição voltada para a conservação de bens, a prática comum de um ofício ou a ajuda mútua cotidiana, em um lugar de afeição entre os cônjuges e entre os pais e os

filhos, afeição esta expressa principalmente através da importância que se passou a atribuir à educação. Se na arte medieval, para o historiador, as crianças seriam representadas como miniaturas de adultos, desde o século XIV as representações artísticas começaram a enfatizar a personalidade das crianças, desde retratos até a especialização de roupas especiais que as distinguem dos adultos (Braga, 2015, pp.16)

Com tais colocações, Braga (2015) visa destacar a perspectiva de Ariès (1960/1981), conforme a qual o que chama de sentimento da infância, definido como consciência das particularidades e necessidades específicas da criança, por meio das quais essa se diferenciaria dos adultos, seria um fenômeno que só teria surgido depois da idade média europeia. Antes da emergência desse sentimento, o desmame, do qual resulta altos índices de mortalidade infantil, marcaria, do ponto de vista prático, a entrada da criança no mundo adulto. Portanto, o cuidado das crianças não teria base puramente instintiva, mas, ao contrário, decorreria de um processo de desenvolvimento social e cultural, que caminha no sentido da valorização do indivíduo, tendo início, no seu entender, nas camadas abastadas da população, para posteriormente se espalhar entre as classes populares.

De acordo com Ariès (1960/1981), esse sentimento de infância seria historicamente inseparável do sentimento de família, já que, no seu entender, várias transformações sociais, pelas quais passou a Europa, a partir do século XVI, vieram a fortalecer a coabitação no espaço doméstico, no qual a criança ganhava espaço próprio. Essa é uma tese que merece ser estudada com a devida atenção, porque apresenta aspectos problemáticos que tanto podem ser considerados como descritivamente válidos, na medida em que uma certa conjuntura é focalizada, como dar margem a polêmicas, uma vez que não é difícil confundir o que ocorreu na Europa, vale dizer, a associação entre transformações na vida doméstica e surgimento da noção de que as crianças deveriam ser cuidadas, com a ideia de que o cuidado de crianças pela família nuclear corresponde sempre ao melhor arranjo cultural possível. De todo modo, há lacunas importantes na pesquisa do historiador, na medida em que parece não problematizar de maneira suficiente a condição das populações que se viram

expulsas do campo, nem a condição das mulheres trabalhadoras, que pioraram sensivelmente nesse período histórico (Federici, 2017). Parece-nos, assim, ser mais prudente não deixar de levar em conta que a instauração do modo capitalista de produção, centrado na exploração da força de trabalho, no ambiente fabril, passa a requerer um aumento da mão de obra, o que, desde uma perspectiva dialética, pode explicar o interesse na sobrevivência e fortalecimento da criança que, no futuro, seria operário ou dona de casa.

É no bojo desse contexto histórico, em que se transita de um estado de invisibilidade social da criança para uma nova situação, em que passam a ser considerados em termos das especificidades de sua condição, que vem a se constituir saberes que virão a abranger campos tais como a puericultura, a pediatria e a pedagogia. Podemos entender que a própria psicanálise tem sua base firmemente ancorada na valorização da experiência vivida pela criança – e mais tarde pelo bebê e pelo adolescente. Sendo assim, podemos afirmar que utilizamos, ainda hoje, um legado que a psicanálise foi trabalhando lentamente, muitas vezes de modo equivocado, mas que subsiste sob forma de uma noção fundamental do ponto de vista antropológico e ético: a consideração da infância como um período muito valioso para vida emocional da pessoa humana, o que contribuiu historicamente para a posterior produção social da adolescência (Aberastury & Knobel, 1989).

A nosso ver, podemos localizar, de modo preciso, no campo psicanalítico, a elaboração teórica que funda a valorização da infância, que é a parte de um complexo esquema causal, conhecido como séries complementares (Freud, 1916/1976). Essa proposta corresponde ao organizador fundamental do campo da psicologia psicanalítica, uma sofisticada construção que, ao declarar que nenhuma conduta ou sintoma é destituída de sentido, mesmo quando parece absurda, estranha ou incompreensível, implode, do ponto de vista lógico, a psiquiatria moderna, como ciência baseada no chamado “índice de não compreensão do observador” (Bercherie, 1980).

A formulação freudiana considera três conjuntos de causas que agiriam de forma interdependente, de modo que qualquer etiologia seria resultante desta interação. As três séries são: os fatores constitucionais – hereditários e congênitos -, as experiências infantis e os acontecimentos da vida adulta. O

resultado da interação entre o que é trazido desde o nascimento e aquilo que é adquirido nas vivências dos primeiros anos de vida compõem a predisposição, que vai agir interativamente com os eventos da vida atual da pessoa na formação dos sintomas de sofrimento emocional. Com esta ideia de complementaridade, em que as três séries estão sempre presentes, mesmo que possa haver o predomínio relativo de alguma delas, Freud (1916/1976) traz, a nosso ver, uma importante contribuição, justamente por valorizar o contexto concreto da existência humana.

Esta equação etiológica, inicialmente concebida para explicar a causalidade das neuroses, logo foi ampliada para abranger também as psicoses e condições intermediárias (Abraham, 1923/1970; Fenichel, 1945/1995). Bleger (1963/2007) reinterpreto-as segundo uma visão dialética ampliada, visando à compreensão de condutas tanto normais como patológicas. A seu ver, esse esquema permite uma valorização do acontecer humano, do drama, que é sempre história vincular.

Bleger (1958/1988; 1963/2007) inspirou-se nas leituras de Politzer⁵ (1928/1998), que percebera uma duplicidade incoerente no discurso freudiano, no âmbito do qual subsistia uma vertente metapsicológica, de caráter abstrato e objetivante, que pensava o psiquismo como aparelho óptico, ao lado de outra vertente, de caráter dramático, que buscava os sentidos e as motivações das condutas humanas, o que sempre ocorre dentro dos acontecimentos da vida das pessoas, que estão inseridas em determinado contexto macrossocial. Convencido, como estudioso do materialismo dialético, de que essa duplicidade derivava de um erro, já que misturava duas diferentes esferas ontológicas, a orgânica e a social (Lukács, 1978/2013), Bleger (1958/1988; 1963/2007) veio a forjar uma perspectiva psicanalítica fortemente influenciada pela abordagem fenomenológica, rejeitando totalmente a metapsicologia, que lhe permitiu seguir utilizando o esquema das séries complementares. Assim, uma expressiva atenção foi concedida à experiência vivida durante a infância, vindo a própria

⁵ É importante salientar que a duplicidade apontada por Politzer no discurso freudiano em 1928 foi também percebida, de modo independente, por George Klein em 1976 (Gill & Holzman, 1976), influenciando autores como Stolorow e Atwood (2019) e Mitchell (2009), entre outros.

intervenção psicoterapêutica a ser pensada como forma de transformar os efeitos das experiências infantis sobre a vida adulta. De fato, a experiência vivida durante a infância é considerada como absolutamente fundamental, tanto para o bem, quando leva à saúde mental, como para o mal, quando gera vulnerabilidade e sofrimento.

Winnicott (1958/2000; 1963/1990; 1971/1975) também pensa a psicopatologia a partir do modelo causal das séries complementares, atribuindo grande importância à segunda série, aquela referida à experiência vivida durante a infância. Em artigo em que expõe sua teoria sobre o desenvolvimento emocional primitivo (Winnicott, 1945/2000), este autor conta que procurou se debruçar sobre a relação dos bebês e suas mães em função do interesse pela psicopatologia da psicose, pois acreditava que vulnerabilidades instaladas nesse período poderiam favorecer formas muito graves de sofrimento. Tendo como base sua vasta experiência clínica, o autor demonstrou, seguidas vezes, que a fase inicial da vida seria a base da futura saúde mental (Winnicott, 1958/2000; 1963/1990; 1971/1975), defendendo a ideia de que existe uma propensão inata ao amadurecimento, que faria a pessoa tender a ingressar em importantes e delicados processos como integração, personalização e realização. No entanto, estes processos só se poderiam desenvolver, a seu ver, em contexto vincular. Assim, a vigência de um ambiente de cuidado favorável, ou suficientemente bom, seria um elemento tão fundamental quanto a tendência inata. Tal ambiente seria sustentado, de acordo com esse autor, pela chamada mãe dedicada comum, como pessoa naturalmente disposta a se adaptar às necessidades físicas e emocionais do filho, nos diversos períodos da vida, o que, naturalmente, implica atender diferentes demandas. A conjunção entre a tendência da criança a amadurecer, ou seja, seu potencial inato, e a provisão ambiental, garantida por uma mãe suficientemente boa, permitiriam que um delicado processo de amadurecimento se instalasse. Desse modo, a experiência de se sentir vivo e real, vale dizer, como pessoa integrada, habitando o próprio corpo e capaz de gestualidade espontânea⁶, seria favorecida. Nos casos em que tais processos

⁶ Gestualidade espontânea é o termo utilizado na obra winnicottiana para designar uma dentre diversas formas em que o verdadeiro *self* pode se expressar. Difere de uma mera impulsividade que não leva em conta o outro. Refere-se ao que há de mais autêntico numa determinada pessoa, de modo que a ocorrência do gesto espontâneo indica que não houve submissão.

não ocorressem de modo afortunado, persistiria na pessoa uma busca por alcançar essa experiência, bem como a fuga de agonias impensáveis (Winnicott, 1963/1994, 1988/1990).

Julgamos importante ressaltar que, ao invocar o ambiente, Winnicott (1958/2000; 1963/1990; 1971/1975) deu um passo importante, no sentido de uma psicologia dramática, concreta, vincular. Entretanto, apesar de usar um termo abrangente, percebemos que não pensou, de fato, o social, quando estudou o bebê, e sim o familiar. Dessa postura derivou uma desconsideração dos contextos macrossociais o que, do nosso ponto de vista, corresponde a um equívoco, pois contribui para a manutenção de uma visão biologizante do cuidado. Por essa trilha, deixa-se de compreender que, no âmbito da vida humana, cuidado é conquista do ser social e não evento meramente biológico, como ocorre com outros animais, que não desenvolvem autoconsciência, nem vivem em sociedade (Lukács, 1978/2013).

Toda a produção de conhecimento, que considera a psicopatologia a partir da valorização das experiências da infância, teve a importante função de contribuir para um melhor atendimento das necessidades emocionais da criança (Winnicott, 1951/2005). Não obstante, precisamos discutir algumas falhas dessa teorização quando cai em viés naturalista e conservador, e toma a organização dos cuidados infantis, produzida pela sociedade ocidental, como expressão da melhor forma de lidar com o problema. Assim, entendemos que a teoria winnicottiana, que explorou com densidade e rigor o acontecer mais concreto da dependência e da necessidade de cuidado, merece ser criticada em função de certo viés etnocêntrico. Winnicott (1958/2000) concebeu um ambiente de cuidados suficientemente bons como aquele análogo à família nuclear inglesa, de classe média, composta por um par parental que assume a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009) de maneira que o pai é o provedor financeiro e a mãe, devotada e disponível, é a cuidadora da casa e da prole. O psicanalista inglês usou como referência, para a organização de cuidados, o que era de certa forma habitual no local e tempo histórico em que escreveu sua obra. Não obstante, sabemos que não existe, na atualidade, ao menos de forma predominante, esse tipo de família que o autor observou, na Inglaterra do século XX.

Finalizamos, assim, esta seção, ponderando que adentramos na perspectiva da valorização da experiência infantil ao mesmo tempo em que respondemos, como sociedade, com a prática da parentalidade na família nuclear. Seguiremos, agora, problematizando a parentalidade contemporânea.

A Parentalidade Contemporânea como Produção Histórica e Cultural

A parentalidade que se refere ao modo como os progenitores asseguram a sobrevivência e o desenvolvimento dos filhos (Barroso & Machado, 2015) tem sido estudada a partir de diferentes perspectivas. É possível encontrar pesquisas que abordam o projeto parental (Bernardi, Féres-Carneiro & Magalhães, 2018; Biffi & Granato, 2017), a entrada na condição de pai/mãe (Barbiero & Baumgarten, 2015) bem como dispositivos de auxílio psicológico para o exercício parental (Barreto et al, 2019; Féres-Carneiro, Machado, Mello & Magalhães, 2019). Também encontramos estudos sobre a relação entre parentalidade e conjugalidade na separação conjugal (Ponciano & Féres-Carneiro, 2017), que se estendem à guarda compartilhada (Ferreira, Montanher, Mariano, Duarte & Felipe, 2018; Kostulski, Arpini & Goetz, 2019; Sena & Penso, 2019; Silva, Chapadeiro & Assumpção, 2019), entre outros. Destacam-se ainda diversos estudos na busca de compreender as diferentes formas de parentalidade contemporânea (Cacciacarro & Macedo, 2018; Campana & Gomes, 2019, 2017; Campana, Santos & Gomes, 2019; Ribeiro, 2016), tendo em vista as divisões em relação aos cuidados dos filhos (Bernardi, 2017; Santos, Campana & Gomes, 2019), envolvendo, eventualmente, a homoparentalidade (Pombo, 2019) e a monoparentalidade (Arrais, Gomes & Campos, 2019). No conjunto, esses estudos apontam para a coexistência, na atualidade, de diferentes tipos de configurações familiares, ainda que a família nuclear siga sendo considerada como o melhor caminho para provimento de cuidado infantil, de acordo com o imaginário ocidental cristão.

No presente estudo, interessa-nos abordar a organização de cuidado tida como hegemônica, a família nuclear, na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta que, lembramos, é um desenvolvimento do campo psicanalítico que corresponde a um reconhecimento da importância do acontecer vincular humano como fenômeno que se insere em contextos macrosociais. Com essa proposta,

vamos nos valer das contribuições de antropólogas como Gottlieb (2012) e Rogoff (2003/2005), de historiadoras como Federici (2019, 2017) e Badinter (1980/1985) e de autoras feministas, especialmente aquelas que aderem ao feminismo materialista que, como a psicologia psicanalítica concreta, faz uso crítico de fundamentos marxistas. Entendendo o cuidado como conduta e o ser humano como fundamentalmente social (Bleger, 1963/2007; Lukács, 1978/2013), pensamos que o cuidado é culturalmente produzido, de modo que assumimos uma liberdade intelectual que nos permite examinar a parentalidade criticamente.

Na abordagem do feminismo materialista (Delphy, 1970/2015; Mies, 1988/2016), é importante examinar as condições materiais que dão base para os arranjos sociais, especialmente aqueles relacionados à hierarquia de gênero, com foco no trabalho doméstico desenvolvido pelas mulheres. Essas atividades da vida privada, usualmente consideradas femininas, são nomeadas como trabalho reprodutivo, uma vez que envolvem os cuidados de manutenção e reprodução da vida: alimentação, higiene, vestuário, gestação, cuidado das gerações futuras, entre outros⁷. Dentro da lógica capitalista, o trabalho reprodutivo é considerado irrelevante do ponto de vista do valor agregado, em oposição ao trabalho produtivo, que gera bens e serviços. Para essas autoras feministas, os dois tipos de trabalho são importantes para o desenvolvimento da sociedade, de modo que a existência do trabalho não remunerado feminino implica relações de exploração e opressão que estão na base da assimetria de poder entre homens e mulheres. Um forte argumento em favor dessa tese é o de que o trabalho reprodutivo é indispensável para vida de todos, dele dependendo a sobrevivência de cada pessoa e da espécie. Assim, quando as mulheres assumem essa função gratuitamente, os homens ficam livres para trabalhar e ganhar o sustento da casa, permanecendo a esposa submetida ao marido.

Desse modo, fica evidente que essa divisão sexual do trabalho não representa uma mera forma de dividir a totalidade das tarefas que são

⁷ Parece importante lembrar que vários produtos, que hoje são industrializados e vendidos como mercadoria, eram inicialmente produzidos no domicílio, desde o pão e o sabão até as vestimentas.

necessárias para uma vida em sociedade, ou uma simples parceria complementar, trata-se de uma relação de exploração e de dominação em que o lado mais fraco é a mulher. Podemos, com ajuda de Federici (2017), compreender melhor o caminho histórico percorrido pela mulher até que chegasse a essa condição. De acordo a autora italiana, que partiu, como historiadora, de uma vasta pesquisa documental e bibliográfica, a posição que a mulher ocupa em nossa sociedade está relacionada às formas de organização social que passaram a se estabelecer na transição do feudalismo para o sistema capitalista. Se antes, no sistema feudal, a vida se dava nas comunas, onde o trabalho produtivo e de manutenção da vida eram divididos e compartilhados entre homens e mulheres; com o capitalismo, o homem, na condição de operário, passou a trabalhar pelo sustento financeiro, enquanto que a mulher permaneceu em casa realizando o trabalho reprodutivo. Existia, o que ainda permanece na atualidade, um forte discurso no sentido de justificar que a mulher, em função de sua condição biológica, seria a pessoa naturalmente adequada para assumir as atividades domésticas e, ainda, sem a necessidade de remuneração.

Então, com essa desigualdade, a mulher ficou numa posição muito vulnerável e submissa⁸, sujeita a diversos tipos de violência, doméstica ou mesmo fora do ambiente do lar. É por esse motivo que os movimentos feministas tiveram como bandeiras as reivindicações pelo direito de votar, de ter liberdade para trabalhar pelo próprio sustento e, especialmente, a luta contra a violência de gênero, dentro e fora do ambiente doméstico. Vale destacar que a presença da violência doméstica e do feminicídio (Mascarenhas et al, 2020), por parte de esposo ou parentes próximos, desvela possíveis riscos envolvidos no casamento e o logro da família perfeita.

Lembramos que o modelo tradicional de família, composto por pai provedor, mãe cuidadora e filhos, foi por muito tempo considerado como natural e desejável e, apesar das grandes transformações sociais que vêm ocorrendo, ainda mantém sua influência na atualidade, conforme veremos mais à frente. Nesta configuração familiar, a mulher é considerada a “rainha do lar” e ocuparia um lugar invejável, uma vez que conseguiu se casar com um bom marido - que

⁸ Como exemplo, podemos lembrar que a mulher não tinha direito a voto, nem poderia ter um emprego sem autorização expressa do marido.

se responsabiliza pelo sustento familiar -, tornou-se mãe e constituiu família, ou seja, alcançou aquilo que seria desejado e esperado para todas as mulheres. Porém, a partir das contribuições do feminismo materialista, podemos pensar que maternidade em família nuclear é um arranjo que visa mais aos interesses capitalistas do que às necessidades reais do cuidado infantil, não correspondendo a uma simples evolução da chamada mentalidade europeia.

Nessa mesma linha de problematizar a naturalização dos cuidados junto aos filhos, Badinter (1980/1985) discutiu o que nomeou como mito do amor materno, defendendo a ideia de que não existe uma conduta materna que seja universal, ou seja, esse sentimento não depende de uma suposta natureza feminina. Diferente disso, num amplo estudo histórico, a autora encontrou variações na expressão do amor, dependendo do contexto cultural, histórico, ou mesmo das características pessoais da mãe.

Com os movimentos de reivindicação de direitos e as mudanças já alcançadas até o momento, ocorreu uma grande transformação: “a rainha do lar” passou a trabalhar fora de casa e ter alguma renda. Com isso, seria esperada uma mudança significativa na divisão sexual do trabalho que, no entanto, não ocorreu, pois a mulher continuou como a principal responsável pelo trabalho reprodutivo, vindo a encarar a conhecida dupla jornada que a faz trabalhar sempre mais do que o homem (Medeiros & Pinheiro, 2018). Algumas mulheres conseguem ter a opção de pagar pelos serviços da casa, contratando empregada doméstica ou faxineira diarista, mas, para isso, precisam ter um salário capaz de cobrir os custos dessa funcionária, de modo que nem sempre vale a pena. Além disso, temos que considerar que esse encaminhamento da questão apenas empurra um problema central, que está em nosso modo de organização social, uma vez que a pessoa que prestará esses serviços domésticos será outra mulher (Federici, 2019), de classe mais baixa e, muitas vezes, negra ou migrante, em troca de um baixo salário (Hirata, 2015, 2014). Assim, a exploração é replicada e a desigualdade é alimentada.

Então, analisando o momento presente, podemos entender que a solução que envolve família nuclear e maternidade, somadas à atividade profissional, funciona à custa da opressão da mulher. No entanto, tal solução não pode ser

compreendida como natural, pois foi construída culturalmente ao longo da história, tornando-se, em nosso entendimento, passível de transformação.

Podemos constatar a essência cultural da família nuclear, bem como da maternidade, quando visitamos trabalhos antropológicos, tais como os de Gottlieb (2012) e Rogoff (2003/2005). Num estudo etnográfico, realizados na tribo africana dos Beng, Gottlieb (2012) mostra que, naquela sociedade, o bebê não é exclusivamente cuidado pela mãe biológica, mas por um coletivo de pessoas que se estende inclusive às crianças maiores. A partir da condição de estudiosa do desenvolvimento infantil inscrito na perspectiva da psicologia cultural, Rogoff (2003/2005) também observou contextos em que as crianças eram cuidadas por outras pessoas da comunidade, não se limitando ao âmbito da família nuclear. Assim, existem indicações sólidas de que não há uma maneira universal – pautada nos determinantes biológicos - de lidar com o fenômeno da dependência do bebê e da criança, que implica no longo tempo de dedicação de cuidados.

Diante do exposto, entendemos que o modelo atual, pautado na predominância dos cuidados maternos junto à família nuclear, cobra um preço bem alto, pois é concretizado sobre uma base de opressão patriarcal da mulher, que dificulta sua realização como indivíduo, num momento histórico em que esse é um valor precioso (Bueskens, 2018). Assim, quando compreendemos, com a psicanálise, a importância do cuidado da criança, reconhecendo-o como culturalmente produzido, e considerando as mudanças recentes derivadas da inserção da mulher no mercado de trabalho e outras mudanças culturais, que têm sido descritas como laços humanos fragilizados (Bauman, 2004), fica justificado o interesse pelo modo como o cuidado está efetivamente sendo exercido. Justifica-se, portanto, uma pesquisa com o objetivo de investigar imaginários coletivos sobre a parentalidade contemporânea na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta.

Capítulo 2

Parentalidade e Família Nuclear: Parceira Indissociável?

Tendo em vista que as demandas de cuidado de crianças são sempre atendidas a partir de soluções culturalmente compartilhadas, julgamos relevante abordar a parentalidade, no presente capítulo, no contexto brasileiro, de modo a torná-la mais concreta como drama humano (Politzer, 1928/1998). Tal intenção exige que consideremos situações frequentes, em que tanto adultos como crianças encontram-se radicalmente desamparados, bem como importantes modificações, nas configurações da família contemporânea, que parecem coexistir com a prevalência de um imaginário social que vincula bem-estar infantil e cuidados da família nuclear.

Assim, buscamos discutir a parentalidade e a família nuclear à luz das necessidades e direitos da criança, sopesando o contexto contemporâneo de mudanças sociais e de desigualdade social no Brasil, a partir da perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, que considera que o drama do ser humano é sempre vincular e inserido em contextos macrossociais. Para dar conta do nosso propósito, organizamos o capítulo em três partes.

A primeira parte trata dos direitos de crianças em relação à convivência familiar e comunitária, presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006), que refletem conhecimentos científicos que valorizam a experiência destes períodos para a saúde mental do adulto. A segunda parte discute as mudanças sociais, a diversidade da família contemporânea e os impactos para parentalidade. Por fim, a terceira parte segue questionando o fato de que a noção de família tem sido pensada de modo abstrato e não nos termos em que essa existe concretamente em nosso país, ou seja, no contexto da desigualdade social. Por esse motivo, decidimos considerar, ainda que de modo breve, algumas das principais dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras.

Direitos das Crianças e Adolescentes⁹ ao Convívio Familiar e Comunitário

No Brasil, as bases legais de garantia de direitos de crianças e adolescentes estão na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁰ de 1990. Depois, em 2006, um novo documento complementou e regulamentou a garantia destes direitos: o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). Mais recentemente, em 2016, foi promulgada a Lei 13.257, batizada de Marco Legal da Primeira Infância, no meio jurídico. Essa lei dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e faz alterações no ECA e em outros documentos jurídicos.

A promulgação do ECA em 1990 representou uma grande conquista no que diz respeito à regulamentação dos direitos da criança e do adolescente, uma vez que os colocou sob proteção permanente e integral independentemente de qualquer situação externa, servindo, inclusive, de referência para outros países. No entanto, depois de 30 anos de sua promulgação, observa-se que, apesar do enorme avanço em âmbito legislativo, tais direitos não têm sido implementados na prática em sua totalidade.

Se a Constituição Federal de 1988 já definia, em seu artigo 227, o direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente, o ECA vem reforçar essa ideia:

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Assim, tais documentos expressam o reconhecimento de que pessoas com idade menor do que 18 anos se encontram em estado especial de

⁹ Chamamos a atenção para o fato de o Brasil ter optado por cuidar dos direitos de crianças e adolescentes em um único instrumento jurídico. Entretanto, essas são duas condições que guardam semelhanças importantes entre si, mas que também diferem de modo muito significativo em termos de necessidades em vários registros, inclusive no psicológico. Organizar cuidados parentais fora do casamento para crianças difere muito do requerido por filhos adolescentes.

¹⁰ Trata-se da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

desenvolvimento, merecendo ser tratados de forma distinta e prioritária. Também fica evidente a prioridade dada à família, caracterizada por vínculo de filiação legal, seja natural ou adotivo, de modo que as ações e estratégias propostas no ECA buscam garantir a permanência, inserção e reinserção de crianças e adolescentes em suas famílias. Considerando o papel central da família, interessa-nos aprofundar a análise de como esta é enunciada neste documento jurídico.

O texto do ECA descreve três tipos de família: natural, extensa e substituta. A família natural é considerada, no artigo 25, como “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”¹¹, de modo que fica incluída nesta a família monoparental. A família extensa é “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”, que podem ser avós e tios, por exemplo. Essa concepção de família foi inserida também no artigo 25, pela Lei nº 12.010, de 2009, indicando uma tendência à ampliação. Por fim, a família substituta (Art. 28) é aquela na qual a criança ou adolescente é colocado por meio de guarda¹², de maneira provisória, ou tutela¹³ e adoção, em caráter definitivo.

É curioso atentar para o fato de que a própria enunciação dos tipos de família tem a chamada família natural como referência, uma vez que extensa e substituta são variações daquilo que seria o esperado ou desejado. A expressão “natural” nos remete a algo que seria dado pela natureza, ou seja, carrega claro viés biologizante, desconsiderando a noção de família como construção cultural, conforme apresentamos no primeiro capítulo¹⁴. A família nuclear patriarcal, centrada na relação pai-mãe-filhos, que surgiu na entrada

¹¹ Esta mesma definição de família está presente na Constituição Federal de 1988.

¹² Nestes casos, a guarda destina-se a regularizar a situação em que uma pessoa já mantém a criança ou adolescente em seu próprio domicílio e sob sua responsabilidade, o que não implica na perda do poder familiar dos pais. O detentor da guarda fica obrigado a prestar assistência material, moral e educacional ao menor, podendo inclusive opor-se aos pais (Tartuce, 2019).

¹³ Tutela é o poder conferido pela lei a uma pessoa capaz para que possa proteger e reger os bens dos menores que estão fora do poder familiar, seja pelo fato de que ambos os genitores estão judicialmente ausentes, tenham falecido, são incapazes ou foram privados do exercício do poder familiar (Madaleno, 2018).

¹⁴ Em outros termos, encontramos-nos diante de um equívoco ontológico, porque fenômenos da esfera do ser social são vistos como se obedecessem a legalidade que caracteriza a esfera orgânica do ser (Lukács, 1978/2013).

da modernidade, parece ainda ter fortes influências sobre este texto jurídico. Esse estatuto vem sendo interpretado de diversas maneiras sem, contudo, deixar se desviar da tendência a responsabilizar a família nuclear pelo cuidado das crianças e adolescentes.

O ECA, nas disposições preliminares (Art. 4), atribui à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público, o dever de garantir os direitos de pessoas menores de 18 anos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Deste modo, o ECA prevê a solidariedade no cuidado entre os diversos atores sociais, apesar de indicar alguns dos deveres de cada um, o que será apresentado de forma sintética a seguir.

Sobre os deveres da família, o Art. 22 dispõe: “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”. No que diz respeito aos deveres do Estado, o ECA aborda a garantia de serviços de saúde e educação, de forma gratuita, para toda criança e adolescente. No tocante à saúde, o Art. 14. define: “o Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos”. Quanto à educação, as crianças e adolescentes têm direito a acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, desde o atendimento em creche e pré-escola até o ensino médio.

Observamos, assim, que existe a previsão de um suporte do Estado, o que também está presente na Constituição Federal de 1988, mas a família deve assumir grande parte da responsabilidade pelos filhos. Considerando que vivemos em um regime capitalista de exploração da mão de obra, que contribui fortemente para desigualdade social, temos uma parcela significativa da população radicalmente desamparada, sem condições efetivas de sustentar e cuidar dos filhos, o que se agrava com a falta de investimento em educação, saúde, segurança e cultura. Nos casos extremos em que surge a questão da suspensão do poder familiar está previsto um suporte maior do Estado, uma vez

que a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo para tal medida e a família deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção, conforme dispõe o Art. 23.

A abordagem da comunidade e da sociedade presente no ECA não explicita seus deveres. Trata-se de uma situação delicada, pois sabemos que nem sempre a comunidade se sente implicada no cuidado das crianças e que a sociedade é regida pelo mercado, e não pelo cuidado com as pessoas. Esse tema da sociedade desigual será mais aprofundado numa próxima seção.

De acordo com o ECA, crianças e adolescentes devem ser mantidos, sempre que possível, junto à família natural e, excepcionalmente, em família substituta. Nos casos de necessidade de acolhimento institucional, em função de situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica, a lei também determina que tal condição deve ocorrer em caráter de provisoriedade e de excepcionalidade. Novamente, notamos que há uma narrativa jurídica construída em torno da ideia de que o melhor lugar para criança estar é junto da família natural o que, de nosso ponto de vista, pode contribuir para não valorização de outras formas de arranjo de cuidado que podem também ser efetivas.

Ainda nessa linha, podemos observar o Art. 6 da Constituição Federal de 1988: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). Vale notar que há descrição explícita de proteção à maternidade, mostrando que, do ponto de vista jurídico, a responsabilidade pelos filhos não está exatamente na família, mas na mãe¹⁵. Julgamos pertinente pontuar que somos favoráveis e apoiamos leis e políticas públicas que contribuam para um processo de melhoria da vida de todos, mas sabemos que essa questão de responsabilizar a família e a mãe tem raízes profundas e que a lógica do sistema conspira contra mudanças.

¹⁵ Essa concepção da centralidade na mãe como cuidadora dos filhos se confirma, por exemplo, no fato do auxílio assistencial, oferecido durante a pandemia do COVID 19, ser disponibilizado em dobro para mulheres provedoras da família.

Em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) surgiu como resultado do envolvimento de inúmeros atores sociais comprometidos com os direitos das crianças e adolescentes brasileiros¹⁶, tendo como um dos objetivos principais “ampliar, articular e integrar as diversas políticas, programas, projetos, serviços e ações de apoio sociofamiliar para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 2006, p. 75). Esse Plano parece avançar ao reconhecer que as funções da família de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, tentando desmistificar a idealização da organização familiar como sendo “natural”. Além disso, tece críticas às referências de família presentes na Constituição Federal de 1988 e no ECA, conforme podemos ver no seguinte trecho:

Entretanto, a definição legal não supre a necessidade de se compreender a complexidade e riqueza dos vínculos familiares e comunitários que podem ser mobilizados nas diversas frentes de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Para tal, torna-se necessária uma definição mais ampla de “família”, com base socioantropológica. A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade¹⁷, de aliança¹⁸ e de afinidade¹⁹. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de

¹⁶ O PNCFC foi um produto histórico que envolveu uma Comissão Intersetorial composta por representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, que elaborou os subsídios apresentados ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CONANDA e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Estes conselhos analisaram e aperfeiçoaram a proposta inicial, que foi depois submetida à consulta pública, garantindo o caráter democrático na construção do documento.

¹⁷ A definição pelas relações consanguíneas de quem é “parente” varia entre as sociedades podendo ou não incluir tios, tias, primos de variados graus, etc. Isto faz com que a relação de consanguinidade, em vez de “natural”, tenha sempre de ser interpretada em um referencial simbólico e cultural.

¹⁸ Vínculos contraídos a partir de contratos, como a união conjugal.

¹⁹ Vínculos “adquiridos” com os parentes do cônjuge a partir das relações de aliança.

acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero²⁰, que definem o *status* da pessoa dentro do sistema de relações familiares. (Brasil, 2006, pp. 25)

Desta forma, fica explícito que o PNCFC tenta considerar a realidade social, majorando vínculos e não apenas as relações de parentesco. Valoriza, assim, relações que ultrapassam a unidade pais/filhos, incluindo vínculos com irmãos, meio-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus, que podem ou não viver no mesmo domicílio.

Outro ponto relevante do PNCFC consiste em ressaltar a importância da garantia da convivência comunitária, o que já estava previsto no ECA, que engloba as relações para além da família que ocorrem nos espaços sociais e instituições que a criança e o adolescente frequentam, quando se deparam com o coletivo, tais como quadras, praças, escolas, igrejas, postos de saúde, entre outros. Vale destacar aqui a relevância da chamada “rede de apoio”, que são as relações de apadrinhamento, amizade e vizinhança que pressupõem a existência de obrigações mútuas, mesmo que não sejam de caráter legal, mas, sim de caráter simbólico e afetivo. De acordo com o PNCFC, ainda que seja extremamente necessária a interrupção da convivência familiar, em caso de acolhimento institucional, não deve haver, na medida do possível, afastamento do contexto social com o qual as crianças e adolescentes têm familiaridade.

Em 2016, foi promulgado o Marco Legal da Primeira Infância, que abarca um conjunto de ações que visam promover o desenvolvimento desde o nascimento até os seis anos, considerando estudos científicos relacionados a estes primeiros anos de vida. Essa lei é expressa em relação à necessidade da formulação e implementação de políticas públicas, articulando diversas áreas da sociedade, além da União, dos Estados e Municípios, a fim de garantir a transversalidade das ações. De acordo com Andreucci e Junqueira (2018), a nova legislação deu alguns passos no sentido de ampliar a participação paterna

²⁰ É interessante notar que este documento considera a possibilidade de não limitar a noção de família aos laços consanguíneos, o que mostra um posicionamento menos conservador do nosso ponto de vista, porém, mantém a expectativa de obrigações estipuladas por gênero. Assim sugere que há obrigações típicas dos homens e outras, das mulheres. Entendemos que existe aí uma contradição que indica a não superação de uma visão biologizante e conservadora, ainda que alguns passos importantes possam ter sido dados.

no cuidado com os filhos, por exemplo, estabelecendo a ampliação da licença paternidade para mais 15 dias, além dos cinco dias já garantidos pela Constituição federal, quando a empresa onde o pai trabalha é cadastrada no Programa Empresa Cidadã. Além disso, garante aos pais até dois dias para acompanhar a esposa nas consultas e exames pré-natais e um dia por ano para acompanhar filhos de até seis anos em consulta médica. Apesar de serem mudanças tímidas no que diz respeito ao impacto da vida concreta, em que as demandas de cuidado infantis são grandes, podemos pensar que representa uma conquista e aponta para necessidade de que o pai esteja mais presente de fato.

O Marco Legal da Primeira Infância também promoveu alteração no ECA, inserindo o parágrafo único no Art. 22, em que consta que a mãe e o pai têm direitos iguais, deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança. Assim, esse estatuto aponta para a necessidade de equidade de gênero, o que é bastante relevante, mas observamos na experiência concreta das famílias, que ainda há grandes diferenças nos lugares ocupados por pai e mãe.

Ao refletir criticamente sobre a concepção jurídica de cuidado, Oliveira (2019) pontua que há um discurso de proteção integral à criança e ao adolescente que, no entanto, discorre de forma abstrata e descolada da realidade, uma vez que desconsidera a assimetria no exercício do cuidado. A autora distingue a preocupação com a criança no sentido de tomar decisões sobre sua saúde, educação ou tipo de alimentação – usualmente, característica da paternidade – de atos de cuidado direto como: dar uma medicação no horário certo, levar ao médico, acompanhar a lição de casa ou preparar o alimento a cada refeição, típicos da função materna. Por fim, propõe a democratização das responsabilidades em torno da criança de modo a convocar todos os titulares do poder familiar e, também, as providências estatais como alternativas de um atendimento efetivo de seus direitos.

Tendo apresentado o referencial legal com base nos documentos comentados, julgamos interessante abordar estudos que discutem o lugar que a família nuclear ocupa em instituições de acolhimento institucional ou abrigos (Brito, Rosa & Trindade, 2014; Souza & Cunha, 2011), como forma de nos

aproximarmos da realidade em que as normas e políticas públicas têm sido implementadas. Nesses estudos são observados um longo tempo de permanência junto aos programas de acolhimento institucional, que deveria ter caráter transitório²¹, e grande dificuldade na inserção das crianças e adolescentes em famílias substitutas, o que gera grande sensação de abandono para os abrigados. Perceberam também a incompreensão de profissionais da rede sobre a família extensa e sobre o papel das instituições de abrigo, que acabam sendo pensadas a partir da fantasia da família nuclear, em que os educadores dos abrigos funcionariam como pais e mães oferecendo casa, alimentação e a possibilidade de vincular-se. De acordo com Souza e Cunha (2011), a superação da fantasia da família nuclear patriarcal como único lugar adequado de cuidado dos filhos é necessária, até mesmo para possibilitar a efetivação daquilo que está previsto em lei, ou seja, que essas crianças possam ser acolhidas em famílias substitutas, independentemente de sua configuração. Entretanto, parece que essa fantasia é altamente prevalente, pois dela há indícios inclusive em processos jurídicos, conforme mostraram Rosa e Tassara (2012), concluindo que os próprios juízes tendem a reproduzir ideais conservadores sobre a família.

Diante do exposto, podemos entender que, apesar de uma aparente relativização do modelo de família nuclear patriarcal, em certos documentos jurídicos e nas políticas públicas, ainda há fortes expectativas, no imaginário social, de que o melhor cuidado infantil é aquele exercido no âmbito da família nuclear e, principalmente, centrado na mãe. Suspeitamos que essa expectativa talvez interfira na possibilidade de serem encontradas outras soluções de proteção e cuidado mais adequadas para os contextos específicos em que vivem as pessoas.

²¹ Apesar de haver previsão no ECA de que o abrigamento tenha caráter provisório, a realidade concreta nos mostra que crianças e, principalmente, adolescentes podem permanecer por longo tempo nestas instituições de acolhimento, quando o retorno à família é impraticável e a adoção não ocorre. Assim, muitos chegam a completar 18 anos em abrigo, sendo que, nesse momento, o desabrigamento se torna obrigatório por lei, já que a maioridade foi atingida. Essa saída compulsória envolve profundo sentimento de desamparo, com importantes consequências para a saúde mental dos jovens que, usualmente, não foram preparados para essa transição de afastamento da casa lar para uma condição de maior autonomia (Porto, Szortyka & Heidrich, 2012).

Família e Parentalidade no Contexto Contemporâneo de Mudanças Sociais

Embora o imaginário social, conforme o qual a família nuclear corresponde ao melhor arranjo para o cuidado infantil, observamos, na realidade concreta, que a dinâmica da vida contemporânea contribui para que sejam criadas formas variadas de grupamentos familiares. Tendo em vista que a estrutura familiar e a forma como seus membros convivem estão muito associadas ao contexto social e histórico em que estão inseridas, quando examinamos as mudanças culturais e de desenvolvimento científico e tecnológico, que têm ocorrido ao longo da história, observamos que a noção do que é uma família vem sofrendo grandes transformações. Sendo assim, podemos considerar que a família se encontra em processo de transição, de modo que coexistem, na atualidade, diversos tipos de arranjos da parentalidade, ainda que a influência de concepções e expectativas conservadoras seja bastante pronunciada (Silva, Chapadeiro & Assumpção, 2019).

Conforme comentamos no primeiro capítulo desta tese, o modelo da família nuclear patriarcal, em que o homem é o provedor financeiro e a mulher cuida da casa e dos filhos, surgiu em função do sistema capitalista que necessitava de mão de obra disponível, às custas da opressão da mulher que dava conta do trabalho reprodutivo sem qualquer remuneração (Federici, 2017). Esse modelo de família foi almejado e considerado natural por muito tempo e ainda perdura no imaginário social, especialmente de grupos mais conservadores.

Temos vivido um processo de grandes transformações sociais, neste último século, que vêm impactando significativamente as organizações e dinâmicas familiares de modo que, na atualidade, é possível encontrar maior diversidade de configurações. Vamos nos propor a comentar alguns acontecimentos que têm sido apontados como muito relevantes no processo de mudanças das famílias na contemporaneidade.

Na década de 1960, o advento da pílula anticoncepcional permitiu que as mulheres passassem a poder controlar a natalidade de modo a escolher sobre ter ou não filhos e quando, o que evidentemente impactou a dinâmica do

casamento. Disso, resultou uma maior liberdade para viver a sexualidade, visto que essa deixou de estar necessariamente atrelada à reprodução. Ainda neste período, os movimentos feministas da segunda onda questionavam o motivo da mulher ser submissa ao homem, não obstante a existência, no mundo ocidental, de igualdade de direitos. Surgiram discussões que denunciavam que as mulheres eram exploradas por conta do sexo e das funções reprodutivas, além das duras críticas ao modelo da família nuclear pautado no patriarcado. Assim, o lugar da mulher na sociedade e nas relações sociais passou a ser revisto.

Nesse contexto de mudanças, observou-se uma elevação do nível de escolaridade feminina e também maior entrada no mercado de trabalho, o que impulsionou algumas transformações na dinâmica familiar. Tendo alguma renda, as mulheres tinham mais força para lutar pela igualdade tanto no âmbito público como no privado. No entanto, apesar desse novo cenário e de alguns avanços, o trabalho reprodutivo, que envolve o cuidado com a casa e com os filhos, seguiu sendo prioritariamente atribuído à mãe, de modo que a mulher passou a acumular funções, assumindo a dupla jornada.

Esse tema tem chamado a atenção de pesquisadores que buscam estudar os modos de conciliação entre vida profissional e vida familiar. Hirata (2015) elenca quatro modelos, sendo que, no primeiro, denominado de tradicional, a mulher assume o trabalho reprodutivo e o homem é o provedor financeiro. Essa configuração não é mais a regra, visto que é comum que ambos os cônjuges trabalhem para o sustento da família, mas ainda é uma realidade, especialmente nos casos de elevado número de filhos e falta de recursos para cuidar das crianças. O segundo modelo é o da conciliação, quando a mulher busca equilibrar o tempo e se dedicar tanto ao trabalho profissional como ao doméstico. Vale ressaltar que essas duas formas de equacionar essa questão também foram observados em estudo empírico, realizado em nosso grupo de pesquisa, por Schulte, Gallo-Belluzzo e Aiello-Vaisberg (2019). O terceiro modelo, de parceria, seria aquele em que homem e mulher dividem o trabalho doméstico, o que pressupõe igualdade de condições, mas a própria autora, Hirata (2015), questiona sua existência. Por fim, o modelo de delegação implica confiar o cuidado com a casa e os filhos a outra pessoa, que na prática é sempre uma mulher. Fica evidente que o grupo de mulheres que delega pressupõe a

existência do grupo daquelas que fazem o trabalho doméstico, geralmente em troca de baixa remuneração.

Entendemos que as famílias são dinâmicas, de modo que essas formas de conciliar as duas áreas, vida profissional e familiar, podem ser alteradas com o tempo, dependendo das circunstâncias. No entanto, a mulher parece ser sempre aquela que é demandada a buscar algum tipo de conciliação, enquanto o homem não costuma sofrer esse tipo de pressão.

Bueskens (2018) discute essa temática, apresentando a noção de que existe uma dualidade identitária da mulher. De acordo com essa autora, o processo de industrialização, ocorrido na entrada na modernidade, separou espaço público do privado, uma vez que o lar deixou de estar integrado com o trabalho e a vida social, gerando um contexto de expectativa de realização social enquanto indivíduo. De início, tal realização só podia ser vivida pelo homem que tinha maior liberdade para estar na esfera pública sem interrupções, enquanto a mulher ficou sequestrada no espaço da casa, na função de esposa e mãe, afastada da economia, política e sociedade. Para Bueskens (2018), essa mesma configuração social, responsável pelo aprisionamento e pela opressão feminina, criou as categorias de indivíduo e de liberdade, que passou a ser também almejada pela mulher. Atualmente, a mulher continua cuidando da família e, simultaneamente, trabalha de forma remunerada, ingressando nesse processo de individualização tão valorizado na contemporaneidade, estando, portanto, inserida numa dualidade contraditória.

Diante desse cenário, o perfil das famílias e a forma de exercer a parentalidade tem mudado. O número de filhos diminuiu, especialmente nas camadas com mais acesso à informação e recursos. Nesse contexto se observa, também, o fenômeno da maternidade vivida tardiamente, para se acomodar às demandas de trabalho. Além disso, a dinâmica dos casais vem assumindo novos contornos, podendo haver maior equilíbrio na divisão do trabalho doméstico e envolvendo o homem nas tarefas relacionadas aos cuidados da casa e também dos filhos.

Esse contexto de expectativa de realização pessoal e de liberdade, associado a mudanças culturais parece ser acompanhado por uma maior fragilidade dos vínculos (Bauman, 2004) e pela presença de maior instabilidade

nas relações dos casais. Observa-se aumento das separações conjugais²² que, por vezes, ocorrem em contexto de violência doméstica, seja de ordem psicológica, física ou sexual, não raramente compreendidas como um fenômeno comum em casais que estão se separando (Franco, Magalhães & Féres-Carneiro, 2018). Logicamente, o comportamento violento nas relações conjugais, frequentemente ocorrido diante dos filhos, tem importantes consequências para a formação psicológica das crianças e adolescentes, o que tem merecido estudos e ações associadas ao rompimento do ciclo de violência na família (Carneiro et al, 2017, Patias, Bossi & Dell'Aglio, 2014).

Mesmo na ausência da violência doméstica, é necessário considerar algumas outras dificuldades que são usualmente relatadas nessa contextura. O rompimento do vínculo conjugal implica um conjunto de grandes mudanças relacionadas de ordem estrutural – como a reformulação de hábitos e rotinas -, econômica, afetiva e social para todos os membros da família. Logicamente, não existe uma única maneira de viver a separação, uma vez que são muitos os aspectos que podem afetar de forma significativa essa experiência, tais como a idade dos filhos, a renda familiar, a religião e as características pessoais, entre outros.

Considerando as influências que ainda se fazem presentes do modelo patriarcal, em caso de separação, a mulher tende a ficar muito mais sobrecarregada, pois acaba, na maioria das vezes, permanecendo com a guarda, tendo que arcar com o trabalho principal de cuidados dos filhos, além do trabalho com a casa. As animosidades decorrentes das causas da separação e do próprio rompimento do vínculo do casal, às vezes, contribuem para o afastamento ou a pouca participação do pai na vida das crianças. Além disso, a mulher precisa lutar pelo seu sustento, sendo que usualmente recebe salário mais baixo do que o marido, ou aceitar a ajuda de familiares (Pereira & Leitão, 2020), uma vez que é considerada livre para estar no mercado de trabalho, não merecendo, então, a pensão de ex-esposa. Assim, a mulher-mãe parece sofrer mais o conhecido impacto da perda financeira pós separação conjugal.

²² Conforme estatística do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), o total de divórcios encerrados em 1ª instância está em curva crescente desde 2009, com 139.641 casos, até 2018, com 309.242 casos, como é possível observar no link: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/registro-civil/quadros/brasil/divorcios>.

Estudos mostram que é comum que o genitor detentor da guarda, que quase sempre é a mãe, conte com uma rede de apoio, ou seja, que procure a convivência e o suporte da família extensa, ou até de amigos e vizinhos, após a separação, para conseguir conciliar trabalho e cuidados com os filhos (Isoton & Falke, 2014, Pereira & Leitão, 2020). Por vezes, passa a morar na casa da família de origem, de modo que numa mesma residência passam a conviver pessoas de diferentes gerações. Essa rede de parentes e amigos parece ser necessária para amenizar o sentimento de insegurança, desamparo e a sobrecarga física e emocional. Vale lembrar um contexto que vem se tornando cada vez mais comum, quando os avós assumem os cuidados em relação aos netos, que, apesar de não ocorrer exclusivamente em caso de separação conjugal dos pais, é muito comum nesta situação (Coelho & Dias, 2017, Deus & Dias, 2016, Scremin & Bottoli, 2016).

Profissionais de diversas áreas, especialmente psicólogos e operadores do direito, vêm debatendo a questão dos desafios da reconstrução da parentalidade após a separação (Alves, Arpini & Cunico, 2015, Silva, Chapadeiro & Assumpção, 2019). Se a conjugalidade pode ser desfeita pela vontade do casal ou de um de seus membros, a parentalidade é um tipo de vínculo que não se desfaz com o casamento. No entanto, durante o casamento, ocorre um entrelaçamento dessas duas funções de modo que, em caso de separação, um dos maiores desafios é o de conseguir manter a distinção entre os papéis de mãe/pai e esposa/marido. Após a dissolução conjugal, é muito comum que a parentalidade seja reconstruída a partir de estereótipos de gênero, mas é importante que o casal busque se reorganizar, especialmente no caso de haver filhos pequenos, que demandam uma interação maior entre pai e mãe. Assim, as necessidades dos filhos poderão ser atendidas.

A guarda compartilhada pode representar uma evolução no sentido de favorecer a manutenção dos vínculos e a responsabilização de ambos os genitores (Alves, Arpini & Cunico, 2015, Resmini & Frizzo, 2018). A partir de revisão de literatura, Sena e Penso (2019) sugerem que o recurso da guarda compartilhada pode ter a função de convocar o pai a exercer o seu papel parental, mesmo depois da separação. No entanto, sabemos que nem sempre esse instrumento legal é suficiente para evitar o desequilíbrio presente nas

relações de gênero da sociedade contemporânea, além de não ser raro o uso dessa modalidade, por parte dos pais, para não dividir despesas e deixar a mãe ainda mais desamparada.

Outro grande desafio, que se impõe em relação ao exercício da parentalidade, são as famílias reconstituídas em função de novos casamentos. Muitas vezes, configura-se o contexto “dos meus, dos seus e dos nossos filhos”, em que é necessário lidar com os limites e funções do novo cônjuge em relação aos filhos (Bernardi, Dias, Machado & Féres-Carneiro, 2016).

Isso posto, reconhecemos a existência de diversos tipos de dificuldades relacionadas ao contexto de rompimento de vínculo conjugal, porém, entendemos que seria um equívoco considerar toda separação como problemática. A vigência da possibilidade de se separar²³, além de contribuir para evitar problemas com ambientes difíceis – como por exemplo, a violência doméstica contra mulher e filhos -, pode colaborar para maior realização das pessoas e para emergência e invenção de novas formas de convivência e relacionamento, quem sabe, mais amadurecidas e saudáveis.

Por fim, mais um elemento importante, a ser considerado como tendo relevante impacto para as mudanças nos arranjos familiares e, conseqüentemente, para parentalidade, é o desenvolvimento na área das técnicas de fertilização e reprodução assistida (Monteiro & Teixeira, 2011). Esses avanços trouxeram a condição de procriação para casais inférteis, bem como para famílias em configurações nas quais, biologicamente, não era viável o projeto de ter filhos, como no caso da união homoafetiva, ou mesmo, de “produção independente”, seja com material genético próprio, proveniente de bancos de gametas e embriões ou com maternidade substitutiva, em outros termos, a chamada “barriga de aluguel”. Vale destacar que a possibilidade de utilizar esses novos recursos é mais uma evidência de que a família não é mesmo um fato biológico.

Esse cenário de grandes transformações sociais e tecnológicas vem contribuindo para a diversificação da família contemporânea, o que não significa que o modelo tradicional deixou de estar presente em grande medida. Hoje,

²³ Em 1977, o divórcio foi oficialmente instituído no Brasil.

observamos, além da família nuclear patriarcal, vários outros arranjos de família: extensa, reconstituída, homoparental, monoparental feminina ou masculina, sendo esta última bem menos frequente. Além disso, mesmo a família nuclear tem apresentado mudanças nas divisões das funções, conforme já comentado, estando os homens um pouco mais envolvidos em tarefas junto aos filhos e à casa. Apesar disso, o trabalho reprodutivo ainda parece ser prioritariamente atribuído à mãe, de modo que o homem usualmente figura como aquele que a ajuda, com maior ou menor envolvimento.

O ideal da família nuclear patriarcal parece ser tão presente em nossa cultura que até a literatura científica reflete esse padrão. Em revisão de literatura de estudos sobre família, Piato, Alves e Martins (2013) encontraram uma maioria de artigos que ainda prioriza a investigação do modelo nuclear. Além disso, observaram que uma parcela significativa dos estudos analisados associa esse tipo de configuração familiar à saúde e ao bem estar de seus membros. Entendemos que se trata de uma visão limitada, pouco aberta para outras formas de dar conta da proteção e do cuidado, além de desconectada da realidade concreta da sociedade contemporânea, marcada por maior diversidade de arranjos familiares.

A Família na Sociedade Desigual

O Brasil é um país historicamente marcado pela desigualdade social, onde uma minoria de pessoas detém a maior parte da renda e do patrimônio, enquanto grande parte da população não alcança condições mínimas de sobrevivência e dignidade. Nesse contexto, entendemos que, para abordar o tema da família articulado com a questão do cuidado, ou seja, da garantia das necessidades e direitos das crianças e adolescentes, é necessário pensar nas condições concretas em que estão inseridas, não sendo possível desconsiderar que existe grande diferença entre a família de classe média e aquela que se encontra no limite da pobreza. Da mesma forma, a discussão sobre a velha e as novas configurações familiares merecem uma reflexão, diferindo os contextos em que as necessidades básicas são supridas ou a sobrevivência material é ameaçada.

Não é possível abordar a família brasileira como uma unidade, pois incorreríamos no erro de pensar de forma abstrata e, portanto, distanciada da realidade concreta. Precisamos estar atentas à enorme complexidade das configurações familiares que envolvem questões de gênero, geração, poder, opressão, obrigações e direitos (Bilac, 2006). Além disso, a família deve ser pensada como um grupo dinâmico, que pode sofrer mudanças de acordo com contexto social (Furtado, Morais & Canini, 2016). Usando literatura científica, apresentaremos alguns desses aspectos relevantes, que estão na base das organizações familiares da parcela mais pobre da população brasileira para quem, na prática, muitas das políticas públicas são direcionadas.

A partir de pesquisa realizada na periferia de São Paulo, Sarti (2003, 2015) considera que, para o pobre, família poderia ser definida como o conjunto de pessoas em quem se pode confiar. Percebeu, assim, que essas famílias se organizam em rede que inclui familiares e, até mesmo, vizinhos e outros conhecidos. Outros estudos também descrevem a importância das redes de apoio (Barroso, Pedroso & Cruz, 2018, Bilac, 2006) que buscam viabilizar a existência da família, dando apoio e sustentação básicos, mas que nem sempre são suficientes, diante dos contextos delicados em que tais grupos familiares se encontram.

A precariedade dos empregos, trabalhos informais e remuneração baixa acabam expondo as famílias ao drama do desemprego que impõe sofrimento, luta e desespero. Nessa conjuntura de grande desamparo, em que a busca de renda se torna prioritária, o investimento na educação escolar fica, muitas vezes, em segundo plano, de modo que a escola não é vista como tendo o potencial de transformar e romper com esse ciclo (Souza, Panúncio-Pinto & Fiorati, 2019). Há que se considerar também a dificuldade de acesso a serviços de saúde, transporte, habitação, cultura, lazer tão necessários para manutenção da vida humana.

Quando a mulher trabalha fora de casa, o que se torna por vezes indispensável para completar a renda familiar, enfrenta a dupla jornada e necessita de suporte com os filhos. Como já foi abordado anteriormente, essa situação traz considerável sofrimento não só à mãe, mas a toda família. Soma-se o fato de que as uniões conjugais são, muitas vezes, instáveis nessa parcela

da população (Sarti, 2015, Juras & Costa, 2016), desencadeando frequentes separações, que resultam em famílias monoparentais, normalmente chefiadas por mulheres, trazendo ainda mais sobrecarga e vulnerabilidade (Montezi, Barcelos, Ambrósio & Aiello-Vaisberg, 2013).

Diante dessa condição mutante da família, costuma haver uma coletivização dos cuidados com os menores, compartilhados entre os parentes ou outros conhecidos e, não raro, a criança passa a ser “criada” por outra pessoa que não a mãe, usualmente uma outra mulher, especialmente a avó. De acordo com Sarti (2015, 2003), esse fenômeno da “circulação de crianças”, muitas vezes de caráter temporário, pode ser entendido como um padrão cultural das famílias pobres, o qual reflete a dificuldade concreta de criar os filhos, mas que, de alguma forma, garante a manutenção vínculo entre pais e filho.

Outros elementos importantes a serem considerados nessas famílias, em contexto de vulnerabilidade social, são a violência doméstica e o uso de álcool e drogas por parte de seus membros. Em estudo empírico, Silva, Costa e Nascimento (2019) constataram que as principais situações de dificuldade e sofrimento vivenciados junto à família, durante a infância e adolescência, foram a violência doméstica, do tipo verbal, sexual e principalmente, física; as relações afetivas fragilizadas caracterizadas pela ausência dos pais; além da alimentação precária e uso de drogas pelos pais.

Nessa conjuntura de precariedade, a situação se mostra ainda mais agravada quando ocorre a quebra do vínculo familiar, ou seja, quando os filhos se separam ou são afastados dos pais. Tal contexto está previsto no ECA quando aborda a questão das famílias substitutivas, adotivas e o acolhimento institucional, conforme apresentamos anteriormente. Lembramos que tal estatuto busca incentivar a manutenção ou o retorno das crianças e adolescentes para suas famílias de origem e estimula a diminuição do tempo de permanência nos programas de acolhimento.

Na busca de tentar compreender melhor os contextos familiares que levam à quebra do vínculo familiar, levantamos alguns estudos científicos. Uma investigação de julgados que buscaram conhecer motivações para aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional sugere que um conjunto de fatores podem estar interligados: uso de álcool e/ou drogas, a negligência dos

responsáveis em relação aos filhos, a si próprios e aos cuidados do lar, bem como a proximidade dessas famílias com a violência e a criminalidade (Mastroianni, Sturion, Batista, Amaro & Ruim, 2018).

Em pesquisa empírica de orientação positivista, com famílias em situação de pobreza e afastamento entre pais e filhos²⁴, Ramires e Falcke (2018) afirmam que variáveis que se associaram a esse afastamento e ao acolhimento institucional dos filhos foram estresse parental, problemas de ansiedade e depressão, mas que a maior parte da amostra estudada mostrou que é possível preservar os vínculos familiares. Os resultados desse estudo merecem reflexão, uma vez que, em nosso entendimento, trata-se de um contexto bastante complexo, em que é necessário considerar os problemas de saúde mental dentro do contexto concreto em que vivem essas pessoas. A falta de recursos materiais para manutenção de necessidades básicas da vida não pode ser vivida com tranquilidade, ao contrário, trata-se de uma situação de sofrimento social. A pessoa em condição de pobreza, num país onde impera a desigualdade social e a falta de políticas públicas e práticas sociais realmente efetivas (Furtado, Morais & Canini, 2016, Rossetti-Ferreira et al, 2012), tende a viver essa experiência como humilhação, injustiça e desamparo, com enorme potencial de provocar ansiedade e depressão.

Um outro estudo sobre crianças em acolhimento institucional, de abordagem qualitativa (Barroso, Pedroso & Cruz, 2018), identificou que a falta de redes de apoio social das famílias em questão contribuiu para a situação de vulnerabilidade. Os autores concluíram que a vulnerabilidade da família causada pelo risco social e econômico está na base do contexto de acolhimento institucional. Assim, podemos notar que a previsão dos dispositivos legais de solidariedade dos atores sociais nos cuidados com as crianças não se efetivou.

A conjuntura que se configura é que os filhos são abandonados por seus pais, mas esses, pertencendo às camadas subalternas da população, além de

²⁴ No artigo em questão, os autores se referem ao contexto de acolhimento institucional, em que pais e filhos encontram-se afastados, como “quebra do vínculo familiar”. Optamos por não reproduzir aqui essa expressão, por entendermos que consiste em modo equivocado de referir-se a esse tipo de situação. De fato, a experiência mostra que, mesmo quando os pais não dão conta do sustento familiar, de modo que as crianças e adolescentes se encontram em condição de extrema vulnerabilidade, vínculos afetivos entre pais e filhos seguem profundamente significativos ainda que matizados por sofrimentos profundos de todos os envolvidos.

não terem alcançado qualificação, que lhes permita melhor inserção no mercado de trabalho, estão, de fato, abandonados pelo Estado. É necessário lembrar que grande parte desses pais têm histórico de desamparo, violência e sofrimento na infância e, o que se observa, é que acabam reproduzindo esses padrões de interação ao longo de gerações (Costa-Moreira, Bedran & Dojas-Carellós, 2011). Muitas vezes, foram afastados de seus familiares e dos vínculos com amigos e vizinhos, o que pôde favorecer o surgimento de contexto de drogadição e problemas de saúde mental (Rossetti-Ferreira et al, 2012). Diante de toda essa situação de desamparo, pais e mães acabam tendo sérias dificuldade de assumir os cuidados e a educação de seus filhos, o que justifica a urgência do apoio do Estado, bem como transformações sociais que nos encaminham para uma sociedade menos desigual e mais justa, tanto do ponto de vista socioeconômico como em relação a questões de gênero.

Apesar de termos importantes marcos normativos, conforme apresentamos em seção anterior, isso não é suficiente sem a efetiva ação do Estado, articulada com outros segmentos da sociedade, voltada para implementação de políticas públicas e programas sociais que auxiliem as famílias a cuidarem de seus membros. Conforme pontuam Rossetti-Ferreira et al (2012, p. 397), “o que se observa, entretanto, são medidas insuficientes, fragmentadas e raramente articuladas, que dificilmente atuam em nível preventivo, o que dificulta ou impossibilita uma melhora mais efetiva e permanente”. Entendemos que o direito à convivência familiar e comunitária só faz sentido se existirem boas condições de emprego e renda, moradia, segurança, acesso à saúde e à educação de qualidade. Trata-se de algo fundamental uma vez que, de acordo com Arretche (2018), a diminuição da desigualdade em nosso país não se restringe a uma questão de renda, mas também depende da possibilidade de contar com serviços básicos que possam melhorar significativamente as condições de vida da população mais carente.

Como vimos, temos leis e políticas públicas centradas nas famílias que atribuem a seus integrantes a responsabilidade pelo cuidado e bem-estar de seus membros. Todavia, ressaltamos que é preciso ter ciência dos limites das famílias que não podem ser consideradas como a única forma de exercer essa proteção, tendo como base apenas o amor e sem os necessários recursos

concretos. Sabemos da existência de um imaginário que valoriza a família quando esta se mostra bem organizada, mas que também atribui culpa quando não funciona bem (Furtado, Morais & Canini, 2016). Assim, problemas e contextos ligados ao desamparo que são, na verdade, criados socialmente, acabam sendo confundidos com o suposto fracasso da família e a falta de amor.

Finalizamos este capítulo, lembrando que o importante reconhecimento das experiências vividas na infância e adolescência, como algo que pode impactar a saúde mental do adulto, está presente no ECA e em suas atualizações, representando um avanço legislativo significativo. No entanto, depois de 31 anos de sua promulgação, ainda se observa que faltam os recursos do Estado, previstos no ECA, para dar suporte às famílias mais carentes que vivem em condição de desamparo, as quais ficam com dificuldades de exercer seus deveres e obrigações em relação aos filhos. Também é necessário observar que a sociedade vem se transformando de modo que, nestas últimas três décadas, surgiram novos arranjos familiares, bem como outros tipos de organização para o cuidado de crianças e adolescentes que, na prática, ainda tendem a ser pensados à luz do mito da família nuclear tradicional.

Capítulo 3

Fundamentos Teóricos e Estratégias Metodológicas

Esta tese, que se organiza ao redor de uma pesquisa qualitativa com método psicanalítico, objetiva investigar imaginários coletivos sobre parentalidade contemporânea. Sendo esse um fenômeno de mais alta importância, já que é aquele escolhido como meio de garantir a continuidade da existência da sociedade no tempo, certamente pode ser abordado a partir de uma grande variedade de desenhos de pesquisa. Optamos pelo estudo de imaginários coletivos de mediadores judiciais, que atuam em processos de separação conjugal com disputa de guarda²⁵. Percebe-se que há aí todo um trabalho de construção metodológica, que aqui abordaremos, cuja compreensão é relevante para aquele que deseja acompanhar de modo devidamente esclarecido cada etapa do percurso investigativo.

Este capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira delas, fizemos considerações sobre o uso do método psicanalítico dentro do contexto das pesquisas qualitativas. Na segunda seção, definimos os conceitos fundamentais que embasam a psicologia psicanalítica concreta: conduta, campos de sentido afetivo-emocional e imaginário coletivo. Seguimos, na terceira seção, com a apresentação do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (PDE-Tema), recurso mediador dialógico utilizado nas entrevistas psicológicas coletivas. Numa quarta seção, abordamos um recurso metodológico, que consideramos útil e inventivo, no campo das ciências humanas, conhecido como caso típico ou emblemático. Trata-se de um modo de pensar desenhos de pesquisa a partir de situações que, não sendo as mais comuns, podem apresentar resultados mais reveladores. A nosso ver, muito do que pode passar despercebido e até encoberto, no cotidiano, pode vir à tona quando situações emblemáticas são exploradas. Finalizamos com uma quinta seção, na qual fazemos uma descrição detalhada sobre como o método foi operacionalizado em termos de quatro procedimentos investigativos, que são os seguintes:

²⁵ Estamos usando a expressão disputa de guarda em sentido amplo e não para conotar um tipo específico de processo judicial em que um genitor, avô ou outra pessoa solicita decisão judicial quanto ao guarda de filhos remanescentes da separação conjugal – lembrando que esse processo geralmente se conjuga com o chamado processo de regulamentação de visitas, que protege o direito do genitor não guardião. Nesse sentido amplo, os mediadores têm o hábito de referir às decisões acerca do cuidado dos filhos, nas fases pré e pós separação, quando há algum tipo de embate, sob a denominação de disputa de guarda.

1-procedimento investigativo de configuração do encontro com os participantes

2- procedimento investigativo de registro das produções gráfico-narrativas

3- procedimento investigativo de apreciação das dramáticas do viver presentes no campo da consciência dos participantes²⁶

4- procedimento investigativo de interpretação do material de pesquisa

Além disso, fechamos o capítulo discorrendo sobre o modo como realizamos, nesse tipo de pesquisa qualitativa, a parte usualmente designada como discussão dos resultados.

Pesquisa Qualitativa com Método Psicanalítico

Escolhemos trabalhar com a pesquisa qualitativa por valorizarmos a produção de conhecimento intersubjetivo e compreensivo sobre os atos humanos individuais e coletivos. Essa modalidade de pesquisa vem sendo reconhecida como uma abordagem investigativa há algumas décadas, tendo surgido como forma alternativa ao positivismo que, de acordo com os pesquisadores qualitativos, encontrava dificuldade de dar conta da complexidade e especificidade dos fenômenos humanos. Por buscarem descobrir leis gerais que regem os fenômenos estudados num enfoque objetivo e quantitativo, as pesquisas positivistas produzem resultados que possibilitam uma visão ampla dos mesmos, mas deixam de considerar as singularidades, o conflito e a ambiguidade que, de acordo com a visão dialética de Bleger (1958/1988), constituem a condição humana. Dessa forma, a pesquisa qualitativa nos parece mais adequada para uma abordagem da dramática do ser humano.

Diferentemente da ideia de neutralidade do pesquisador, própria do positivismo, na pesquisa qualitativa, os valores, os interesses e os pressupostos do investigador se fazem presentes em todo processo de pesquisa, desde a

²⁶ Esclarecemos que as dramáticas do viver podem ser tanto conscientes como não conscientes. As conscientes podem aparecer nas comunicações verbais dos participantes, as dramáticas não conscientes serão aquelas às quais chegaremos por meio da produção interpretativa de campos de sentido afetivo-emocional.

elaboração da proposta investigativa até a interpretação dos achados. Além disso, o pesquisador também interage dialeticamente com os sujeitos investigados de modo que o conhecimento compreensivo produzido é resultado desta inter-relação (Guba & Lincoln, 1994). Desse modo, o pesquisador é o próprio instrumento de pesquisa (Turato, 2005). Nesse contexto, a busca do rigor parte do reconhecimento consciente de que a intervenção do pesquisador faz parte do processo e que, portanto, deve haver a clara explicitação dos pressupostos teóricos, conceitos fundamentais e procedimentos utilizados.

São diversos os referenciais teórico-metodológicos das abordagens qualitativas: etnografia, fenomenologia, pesquisa-ação, análise de conteúdo, entre outras (Denzin & Lincoln, 2005). No presente estudo, adotamos o referencial psicanalítico que também apresenta contribuições importantes em termos de conhecimento sobre o ser humano, (Aiello-Fernandes, Ambrosio & Aiello-Vaisberg, 2012), especialmente por considerar a presença de motivações afetivo-emocionais nem sempre conscientes e de condutas não racionais.

Julgamos necessário esclarecer que, dentre as pesquisas ditas psicanalíticas, que estão sendo desenvolvidas no contexto acadêmico, observamos, ao menos, quatro modalidades. Na primeira, estão os estudos teóricos sobre textos psicanalíticos, utilizando métodos hermenêuticos, como no caso dos estudos de Fulgêncio (2017) e de Campos (2011). A segunda modalidade corresponde às pesquisas positivistas ou neopositivistas sobre temas psicanalíticos como, por exemplo, os trabalhos de Simon (2015) e Yoshida (2012). A terceira modalidade compreende produções que, ao abordar a relação entre indivíduo e sociedade, utilizam teorias e conceitos da psicanálise, porém, de maneira ampliada, de modo a não reificar tais conceitos. Ou seja, não valorizam a psicanálise enquanto método investigativo, mas reconhecem que algumas teorias dele derivadas, especialmente de linhagem lacaniana, apresentam grande valor na compreensão de fenômenos psicossociais. São estudos qualitativos e empíricos, de origem predominantemente inglesa, como por exemplo as contribuições de Frosh e Young (2017), Frosh (2002) e Lapping (2011). Por fim, a última modalidade abarca as pesquisas, que consideram a psicanálise enquanto método de investigação, podendo ser utilizado dentro (Kvale, 1999, 2003) e fora do atendimento analítico padrão (Hollway & Jefferson,

2000, 2008). No Brasil, essa modalidade de pesquisa foi desenvolvida inicialmente por Herrmann (1979, 2004), permite a análise de diferentes tipos de material de pesquisa e é adotada em nosso grupo de pesquisa PUC-Campinas/CNPq “Atenção psicológica clínica em instituições: Prevenção e intervenção”, sob orientação da Profa. Tânia Aiello-Vaisberg.

A consideração da psicanálise como método investigativo já estava presente na obra freudiana, o que pode ser observado no dicionário Laplanche e Pontalis (1967/1988) onde o termo Psicanálise é definido como:

Disciplina fundada por Freud e, na qual, com ele, podemos distinguir três níveis:

- A) Um método de investigação que consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente das palavras, ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito. Esse método baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que são a garantia da validade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais não se dispõe de associações livres.
- B) Um método psicoterápico baseado nesta investigação e o especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo. O emprego da psicanálise como sinônimo de tratamento psicanalítico está ligado a este sentido; exemplo: começar uma psicanálise (ou análise).
- C) Um conjunto de teorias psicanalíticas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento (Laplanche & Pontalis, 1967/1988, p. 495)

Nessa definição, fica claro que tanto as propostas psicoterápicas como o conjunto de doutrinas psicanalíticas são decorrentes da aplicação do método psicanalítico. Esse método, por sua vez, pressupõe a adoção de duas regras fundamentais: a associação livre de ideias e a atenção flutuante. A associação livre implica na recomendação ao paciente de que comunique, de maneira maximamente livre e isenta de censura, tudo que vem à mente, enquanto a atenção flutuante seria a postura correspondente no analista, de acolhimento

maximamente pleno das manifestações do outro. Isso significa que este profissional deve evitar fixar a atenção em qualquer elemento da fala do analisando em detrimento de outros. Tendo em vista as contribuições de Bleger (1963/2007), entendemos que a atenção flutuante pode ser compreendida como um desapego a saberes e crenças, o que implica adotar uma postura psicanalítico-fenomenológica de abertura e acolhimento ao drama vivenciado pelas pessoas.

Herrmann (1989) explicita a ideia, com a qual concordamos, de que o método investigativo precede a teoria, o que nos isenta de adotar uma teoria psicanalítica específica *a priori*. Esse assunto é de especial importância visto que, alinhados com a proposta de realizar pesquisa empírica qualitativa, concebemos a necessidade de estarmos livres para o que possa surgir na investigação, assim como um bom psicanalista atua na prática clínica, mantendo a teoria em suspensão. Não é possível produzir conhecimento novo se nos mantivermos na defesa de preceitos já instituídos.

Na definição acima citada, também é importante destacar a indicação de que o método psicanalítico pode ser utilizado não apenas para compreender comunicações de pacientes, durante tratamento psicanaliticamente orientado, mas também na abordagem de outras produções humanas, o que revela um potencial investigativo que ultrapassa os limites da prática clínica. Nos primórdios da psicanálise, já podemos encontrar alguns estudos freudianos em contextos variados, como, por exemplo, o escrito autobiográfico do Dr. Schreber (Freud, 1911/2000) ou, ainda, Moisés e o monoteísmo (Freud, 1939/2000). Dessa forma, utilizando a psicanálise como método, seja no enquadre clínico ou na abordagem de fenômenos de caráter social e cultural, podemos viabilizar sua inserção junto à pesquisa acadêmica (Aiello-Fernandes, Ambrósio & Aiello-Vaisberg, 2012).

Outro apontamento importante de Herrmann (1989) é sua afirmação de que o método psicanalítico se manteve, de fato, invariante, enquanto, ao longo do desenvolvimento do movimento psicanalítico, diferentes práticas clínicas e diferentes proposições teóricas foram elaboradas. Sobre as teorias psicanalíticas, Greenberg e Mitchell (1983) apontam para a prevalência de dois grandes paradigmas, o pulsional e o relacional, e identificam o princípio dessa

dicotomia já na obra freudiana. O paradigma pulsional, que tem por base o psiquismo como aparelho percorrido por energias impessoais (estrutural-pulsional), produz teorizações metapsicológicas, abstratas e, portanto, de nosso ponto de vista, afastadas da realidade concreta. O paradigma relacional, que é eminentemente dramático e interpessoal, apresenta formulações teóricas que consideram o contexto em que se dão os vínculos.

Neste momento, consideramos relevante explicitar que aderimos ao paradigma vincular-relacional, a partir da proposta, apresentada por Politzer (1928/1998) de constituição de uma psicologia concreta, que foi ampliada por Bleger (1958/1988;1963/2007). Essa perspectiva promove duras críticas à abordagem especulativa da mente, da alma ou do psiquismo, propondo que a psicologia estude seres humanos reais e concretos a partir de um enfoque particular, uma vez que não é a única ciência a examinar o ser humano. A contribuição peculiar da psicologia concreta seria estudar as manifestações humanas, em âmbito individual ou coletivo, com foco nos sentidos ou significados afetivo-emocionais, o que seria, de acordo com Politzer (1928/1998), a vida dramática da pessoa. Desse modo, adere coerentemente à proposta blegeriana de articulação da psicanálise dramática com uma visão dialética do mundo social, convergindo com a ontologia do ser social desenvolvida por Lukács (1978/2013)

Conceitos Fundamentais

Politzer (1928/1998) apresentou a proposta de uma psicologia concreta, por entender que, quando a psicologia era desenvolvida em laboratórios, no início do século passado, apresentava feições marcadamente formais, abstratas e artificiais, tendendo a coisificar os processos psíquicos. Entretanto, quando se deparou com a Interpretações dos sonhos (Freud, 1900/1976), o filósofo vislumbrou a realização de uma iniciativa inovadora que se caracteriza pelo fato do acontecer humano ser considerado não como coisa ou processo, e sim como drama. Celebrou o fato de ter conhecido uma produção de conhecimento sobre o fato psicológico tomado em primeira pessoa. Desse modo, considerou conquistada uma distinção fundamental entre a visão da vida enquanto biologia

e a noção da vida propriamente humana, constituindo-se como biografias, individuais e coletivas, que fazem por meio de atos e interações inter-humanas.

A clara percepção da possibilidade de criação de uma psicologia concreta corresponde a um passo fundamental no fortalecimento das ciências humanas compreensivas. Contudo, até hoje a proposta de fazer a psicologia, e as demais disciplinas humanas, seguirem paradigmas positivistas e neopositivistas, encontra adeptos fervorosos, o que não surpreende se pensarmos que as ideias de neutralidade e objetividade, que se revelam fecundas na pesquisa sobre as esferas inorgânica e orgânica do ser (Lukács, 1978/2013), apontarem para um mundo em que pouca coisa se transforma, o que, evidentemente, atende aos interesses daqueles que usufruem das posições políticas e economicamente mais vantajosas. Evidentemente, não imaginamos que todos os cientistas positivistas tenham plena consciência individual das implicações ideológicas das bases epistemológicas que adotam, mas uma análise calcada nos princípios do materialismo dialético mostra que aplicam a legalidade de uma esfera ontológica inferior, a orgânica, ao entendimento do que ocorre numa esfera superior, a social, ou, dito em outros termos, tomam a ontologia do ser social como idêntica à ontologia do ser orgânico, gerando enganos que comprometem esforços no sentido do desenvolvimento de um humanismo radical.

Temos adotado, em nossas publicações, a expressão psicologia psicanalítica concreta (Aiello-Vaisberg, Gallo-Belluzzo & Visintin, 2020), para marcar com clareza que nos inserimos numa vertente concreta e, portanto, próxima do acontecer humano, de linhagem psicanalítica, lembrando que várias perspectivas não psicanalíticas, sejam fenomenológicas, feministas, psicodramáticas, narrativas e outras, também teorizam de modo concreto. A perspectiva que adotamos se organiza em função de três conceitos fundamentais: conduta, campos de sentido afetivo emocional e imaginário coletivo.

Sob o conceito de conduta, estão incluídos todos atos e manifestações humanos que podem se apresentar como atividades psíquicas, expressões corporais e ações sobre o mundo externo, bem como produções que decorrem de atividades humanas tais como obras de arte, hábitos e instituições, sempre considerados como inseparáveis dos contextos vinculares onde ocorrem

(Bleger, 1963/2007). Assim, a conduta é estudada na qualidade de acontecer ou processo, e não de coisa como nos estudos metapsicológicos. É importante esclarecer que predomina, em nossa cultura, uma perspectiva dualista assentada na dicotomia cartesiana corpo-mente, na qual a mente teria existência própria e originaria todas as manifestações corporais. Foi a partir dessa concepção que os estudos psicológicos tradicionais buscavam – e ainda buscam - estudar a mente enquanto um conceito abstrato, cometendo um grave equívoco ao confundir o concreto com o plano conceitual. Na concepção blegeriana, a conduta não nasce exclusivamente a partir da interioridade psíquica, mas emerge da situação total em que está inserida, ou seja, do campo. Bleger (1963/2007) define campo como o conjunto de elementos que, num dado momento, são coexistentes e interatuantes²⁷.

Em nosso grupo de pesquisa, interessados no estudo das lógicas de sentido subjacentes ao drama humano (Politzer, 1928/2004), numa perspectiva intersubjetiva, costumamos trabalhar com o conceito de campo de sentido afetivo-emocional²⁸ que corresponde a um conjunto de crenças, valores, sentimentos, conscientes ou não, de onde emergem as condutas na perspectiva psicológica. Tais campos são, portanto, o fundamento sustentador das condutas humanas, o ambiente psicológico de onde elas surgem (Ambrosio & Aiello-Vaisberg, 2014). Diferindo da ideia de um inconsciente individual preexistente, que se manteria disponível para ser decifrado pelo psicanalista, os campos de sentido afetivo-emocional se expressam no vínculo, motivo pelo qual podemos dizer, parafraseando a linguagem winnicottiana, que são criados/encontrados interpretativamente.

É importante esclarecer que, do ponto de vista ontológico, conduta e campo não são diferentes, pois constituem-se igualmente como atos humanos. Assim, optamos por falar em conduta ou campo a depender do que pretendemos

²⁷ O leitor interessado em aprofundar o estudo do conceito de campo tirará proveito do estudo da obra de Katz, Cassorla e Civitarese (2017). Por outro lado, é importante pontuar que há autores que não usam o termo campo, mas pensam a sessão nesses termos. Por exemplo, Stolorow e Atwood (2019) apresentam a relação terapêutica como um “sistema intersubjetivo”, o que coincide, basicamente, com a noção de campo.

²⁸ Mantendo-nos coerentes com os ensinamentos de Bleger (1963/2007), para quem todas as ciências humanas estudam o mesmo fenômeno, vale dizer, os atos dos seres humanos concretos, diferindo entre si por buscarem diferente tipos de sentido, tais como econômicos, culturais, históricos, sociais e religiosos, entre outros, houvermos por bem denominar os campos estudados pela psicologia como campos de sentido afetivo-emocional.

focalizar, em termos investigativos, nesse ou naquele momento. Quando nos referimos a manifestações que envolvem atos humanos, escolhemos o termo conduta. Se focamos nos ambientes vivenciais, habitados por indivíduos e grupos que, além de serem resultados de atos, também oferecem um pano de fundo de onde novas condutas emergem, utilizamos o termo campo de sentido afetivo-emocional.

A apresentação desses dois conceitos – conduta e campo – permite que deixemos maximamente claro o uso que fazemos do terceiro conceito fundamental, que é o de imaginário. Isso é relevante, uma vez que, na literatura científica, esse termo pode assumir diversos significados, dependendo do contexto teórico em que está inserido. O termo imaginário vem sendo amplamente utilizado na área das ciências humanas principalmente para abordar questões relacionadas às imagens que habitam o ser humano (Dortier, 2010): o que se faz com tais imagens? O processo imaginativo é individual ou social, consciente ou inconsciente? Não há consenso a respeito dessas indagações e a aplicação do termo imaginários pode variar bastante. Torna-se assim indispensável que cada pesquisador defina claramente em que exata acepção faz uso do termo imaginário.

O conceito de imaginário coletivo, que aqui utilizamos, foi originalmente proposto por Aiello-Vaisberg (1999), na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, visando à investigação do substrato afetivo emocional de atos humanos. Tal conceito é utilizado para designar descritivamente tanto condutas como campos, na busca de estudar o drama humano para além do âmbito individual, ou seja, considerando o contexto inter-humano e coletivo. Dessa forma, pautados na visão blegeriana, compreendemos que não apenas os indivíduos, mas também personalidades coletivas, imaginam. Essa última ideia, de personalidades coletivas atuantes, presente no texto de Bleger (1963/2007) em termos do que denomina âmbito da conduta, converge com as concepções desenvolvidas por Goldmann (1971) no estudo de manifestações culturais. Para esse último autor, certos tipos de obras devem ser vistos como fruto de ações de subjetividades transindividuais, sem as quais se tornaria bastante problemático o reconhecimento da autoria coletiva de criações culturais como o cinema. Guarda, também, coerência com a ontologia do ser social, proposta por

Lukács (1978/2013), na medida em que esse reconhece que o humano se expressa por meio de dois polos, o da vida individual e o da vida da humanidade, entre os quais se inscrevem inúmeros coletivos humanos.

No presente estudo, fazemos a investigação de imaginário coletivo alinhada com o conjunto de produções do nosso grupo de pesquisa, que teve seu valor científico reconhecido por Rosa, Lima, Peres e Santos (2019), a partir de uma criteriosa revisão integrativa. Temos explorado a potencialidade heurística do conceito de imaginário coletivo em diversos estudos, com temas variados e, também, com diferentes tipos de material de pesquisa (Aiello-Fernandes, André & Aiello-Vaisberg, 2016; Assis, Aiello-Fernandes & Aiello-Vaisberg, 2017; Schulte, Gallo-Beluzzo & Aiello Vaisberg, 2016; Visintin, Paulo, Sampaio, Pereira & Aiello-Vaisberg, 2016; Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017). É necessário pontuar que estes mundos imaginativos, nos quais estamos imersos, que foram criados intersubjetivamente e dos quais nem sempre estamos conscientes, estão na base das práticas que organizam a vida social. Assim, investigações que adotam esse paradigma possuem grande relevância ao iluminar formas de estruturação social baseadas em discriminação, exclusão e humilhação que provocam grande sofrimento psíquico (Ambrósio, Aiello-Fernandes & Aiello-Vaisberg, 2013). Portanto, tais estudos têm se mostrado úteis na produção de conhecimentos relevantes para orientação de práticas psicoterapêuticas e psicoprofiláticas, bem como têm contribuído para fornecer subsídios para debates no âmbito de movimentos sociais e da sociedade civil.

O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema

Conforme já apresentado e fundamentado, utilizando o método psicanalítico com base na psicologia psicanalítica concreta, buscamos investigar personalidades coletivas, de caráter transindividual (Goldmann, 1971) para produzir conhecimento sobre as complexidades emocionais e existenciais da dramática humana. Para tanto, nossos estudos partem da análise de diversos tipos de material – filmes (Arós & Aiello-Vaisberg, 2009), séries (Assis, 2019), vídeos do youtube (Winkler, 2019), blogs (Schulte, Gallo-Belluzzo & Aiello-Vaisberg, 2016; Visintin, 2016) - e, também, da utilização de entrevistas psicológicas coletivas com uso de recurso mediador, como o Procedimento de

Desenhos-Estórias com Tema (Aiello-Vaisberg & Ambrosio, 2019), que será melhor apresentado nesta seção.

Inicialmente, julgamos necessário fazer algumas considerações sobre a entrevista psicológica, tendo em vista a perspectiva que adotamos, tal seja, enquanto acontecer humano que assume dimensões fundamentalmente éticas. Numa entrevista psicológica, seja coletiva ou individual, num contexto clínico ou de pesquisa, com ou sem recurso mediador, o psicólogo não se restringe ao ato de escutar e lidar com o discurso do outro. Trata-se de um encontro inter-humano de caráter dialógico²⁹, em que se busca assumir uma postura maximamente acolhedora e que evite julgamentos prévios, sempre pautada no respeito radical à alteridade (Aiello-Vaisberg, 2005). Tal concepção é coerente com a proposta de Bleger (1979/1993) que apresenta, como regra fundamental da entrevista, a ideia de que o campo deve se configurar basicamente a partir da subjetividade do entrevistado, no caso, participante da pesquisa. Logicamente, sabemos que nós, psicólogos, comparecemos como pessoas, mas cuidamos de não dominar a cena. Além disso, quando frequentamos o texto winnicottiano, podemos fazer uso de recursos mediadores brincantes que facilitam a comunicação emocional tornando o encontro mais leve e menos ansiogênico.

O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema é um desses mediadores brincantes bastante usado por pesquisadores/psicanalistas que adotam o estilo clínico Ser e Fazer (Ambrósio, 2013; Aiello-Vaisberg & Ambrósio, 2019), tendo em vista favorecer a comunicação do participante com o entrevistador, na medida em que contribui para a configuração de um campo intersubjetivo seguro em que as emoções podem ser expressas livremente. Além de seu grande potencial heurístico, permite conhecer a experiência vivida bem como imaginários, ou seja, crenças, fantasias, que se configuram como ambientes psicológicos. Esse procedimento foi desenvolvido por Aiello-Vaisberg (1999), a partir da proposta psicodiagnóstica idealizada por Trinca (1972) e vem sendo utilizado em vários trabalhos (Assis, 2014; Barcelos, 2014; Barreto & Aiello-Vaisberg, 2010; Manna & Aiello-Vaisberg, 2018; Pontes, Barcelos,

²⁹ Desde uma perspectiva teórica fenomenológica, Incerpe e Cury (2020) trabalham com os chamados encontros dialógicos, de uma maneira bem aproximada de nossa proposta, na medida em que se valoriza o envolvimento existencial entre pesquisador e participante, bem como uma postura de abertura por parte do pesquisador.

Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2010; Tachibana, Ambrósio, Beaune & Aiello-Vaisberg, 2014).

O PDE-Tema consiste na solicitação de um desenho com um tema específico - definido *a priori* a partir dos interesses investigativos do pesquisador - acompanhado da escrita de uma história sobre aquele desenho (Aiello-Vaisberg, 1999). Foi concebido como um procedimento apresentativo-expressivo, uma vez que trabalha com a perspectiva intersubjetiva e que privilegia o encontro inter-humano na produção de pesquisas, não reduzindo os participantes a objetos de investigação. Nessa perspectiva, o entrevistador apresenta a proposta facilitadora, focalizando o tema de interesse da pesquisa, e o participante expressa a singularidade de seu ser de forma brincante.

Essa abordagem dialógica transicional foi inspirada na consulta terapêutica winnicottiana. Winnicott (1970/1984, 1964/1989) fazia uso de um recurso brincante, o Jogo do Rabisco, que buscava facilitar a comunicação emocional profunda e também favorecer que o paciente pudesse resgatar sua espontaneidade e criatividade, tornando este um espaço mutativo. À semelhança do Jogo do rabisco, o PDE-Tema também beneficia a expressão emocional de forma lúdica, relaxada e não-defendida, ou seja, uma comunicação maximamente verdadeira que propicia a criação e a transformação da realidade, permitindo o surgimento de outras posturas de vida e a busca de novos sentidos de existência (Aiello-Vaisberg & Ambrósio, 2006; 2019).

O PDE-Tema tem sido utilizado como uma estratégia investigativo-interventiva. É investigativa na medida em que a consideração desse material, em estado de atenção flutuante e associação livre de ideias, permite a produção interpretativa de campos de sentido afetivo-emocional, que se organizam em torno de imaginários do coletivo investigado, permitindo que o pesquisador conheça mais detalhadamente a maneira como se organizam emocionalmente as condutas em um determinado setor da realidade humana (Aiello-Vaisberg & Machado, 2008). Ao mesmo tempo em que se apresenta potencialmente interessante para a investigação, o PDE-Tema cria, na entrevista coletiva, um espaço para que se possa trocar impressões, sentimentos e ideias sobre a experiência vivida na realização da atividade proposta, permitindo uma verdadeira elaboração reflexivo-existencial entre participantes e pesquisador.

Há um aspecto interessante, do PDE-Tema, que deve ser aqui abordado, que diz respeito ao modo os participantes são apresentados ao interesse do pesquisador, vale dizer, ao tema escolhido. Habitualmente, esse procedimento é utilizado por meio da evocação de uma figura humana que é colocada em uma determinada situação de vida. Podemos pensar, por exemplo, numa criança adotada (Ferreira-Teixeira, 2006), numa pessoa com deficiência física (Russo, Couto & Aiello-Vaisberg, 2009), num adolescente dos dias de hoje (Assis, Aiello-Fernandes & Aiello-Vaisberg, 2017), numa usuária de drogas (Oliveira, 2020), na mãe de uma criança diagnosticada como autista (Fabris-Zavaglia, 2020) ou numa mulher bem sucedida aos 40 anos (Batoni, 2020)³⁰. Evidentemente, estamos diante de situações humanas muito diversas se pedirmos para uma pessoa que é, de fato, mãe de uma criança com diagnóstico de autismo que faça um desenho e invente uma história sobre essa situação, ou se apresentarmos a mesma demanda para universitários solteiros e sem filhos. Entretanto, em outros casos, estaremos diante de um drama humano complexo, multifacetado e multidimensional, ao qual cada participante responderá a seu modo.

Contudo, optamos, na presente pesquisa, por razões que deixaremos claras, introduzir um direcionamento sutil e delicado na enunciação do nosso interesse de pesquisa, optando por realizar uma solicitação que já sugere, por si mesma, duas dimensões da situação focalizada, vale dizer, separação conjugal com disputa de guarda. Escolhemos esse caminho por duas razões: em primeiro lugar, porque separação conjugal com disputa de guarda dos filhos é um drama de grande complexidade, que envolve pelo menos três pessoas, podendo ser recortado a partir de várias perspectivas e, em segundo lugar, porque consideramos produtivo evocar a atenção dos participantes para os aspectos que mais se aproximam do nosso objetivo investigativo, que é estudo de imaginários coletivos sobre parentalidade contemporânea. Sendo assim, nossa solicitação contém, de modo implícito e figurado, duas dimensões que destacamos na medida em que as consideramos, de antemão, como relevantes. Podemos expressá-las sob forma de perguntas: 1) como se imagina o

³⁰ Uma visão completa de pesquisas nas quais o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema foi utilizado pode ser encontrada no lattes da orientadora.

relacionamento entre pai separado e filhos e entre mãe separada e filhos? 2) como se imagina o relacionamento entre ex-cônjuges com filhos em comum?

Situação Típica ou Emblemática como Recurso Metodológico

Cabe aqui uma digressão metodológica indispensável para que o desenho de pesquisa seja corretamente apreciado, tanto no que diz respeito à escolha do PDE-Tema como recurso mediador, como no que diz respeito à escolha de mediadores como participantes.

Por estarmos interessados no estudo da parentalidade contemporânea, procuramos pensar nas situações em que a forma de organização dos cuidados de pais e mães em relação aos filhos demanda mais atenção ou reflexão, concluindo que isso, em geral, acontece em períodos de crise, tais como de doença grave, de falecimento de membro da família nuclear ou migração, entre outros. Ocorreu-nos inserir, entre essas possibilidades, focalizar a situação de separação conjugal envolvendo decisões sobre a guarda dos filhos, que nos parece particularmente interessante, dado o objetivo de pesquisa, por colocar em evidência as responsabilidades parentais depois do fim da conjugalidade (Grzybowski & Wagner, 2010).

Assim, ao optarmos por usar do PDE-Tema, solicitando que desenhem e inventem duas histórias sobre “uma família que chega para mediação³¹, em processo de dissolução do casamento e disputa de guarda dos filhos”, configuramos um desenho metodológico de características peculiares por inclusive buscar chamar a atenção do participante para como imagina que pai separado e mãe separada se relacionam com os filhos e como imagina a relação entre ex-cônjuges com filhos em comum. Evidentemente, o modo como enunciamos a solicitação pode ter afastado muitas outras associações dos participantes, relativas a outros aspectos da separação conjugal com filhos. Contudo, diferentemente do que ocorre quando a psicanálise é usada como

³¹ De acordo com o parágrafo único do Artigo 1 da Lei nº 13.140, de 2015, “considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”.

método terapêutico ou de entrevista clínica, no presente caso, o interesse de pesquisa e a complexidade do fenômeno investigado justificam a circunscrição de duas questões evidentemente importantes.

Na verdade, propor um PDE-Tema com tal solicitação é uma iniciativa que se inspira na noção de caso típico ou emblemático, conforme proposta por Frederico (1979). De acordo com esse autor, quando se trabalha com o critério da tipicidade, não se busca um caso comum, ou com maior chance de ser encontrado num grupo ou população, na expectativa de que ele possa expressar melhor o fenômeno em questão. Ao contrário, será o caso singular, único, com características bem específicas que poderá carregar em si um potencial daquilo que é vivido por muitos.

A pesquisa baseada na noção de caso típico ou emblemático, de acordo com a concepção de Frederico (1979), mostra-se útil em contextos de sofrimento que são socialmente determinados. Como exemplos de uso desse recurso metodológico, discorreremos sobre alguns estudos.

Machado (1995) investigou imagens e fantasias de pacientes psiquiátricos sobre loucura e/ou doença mental. Na escolha dos sujeitos da pesquisa, utilizou-se o critério da tipicidade, de modo que não se optou por abordar o paciente médio ou que é comumente encontrado em hospitais psiquiátricos, tal seja, com pouca ou nenhuma capacidade de comunicação. Ao contrário, procurou-se por pacientes institucionalizados há bastante tempo, para que tivessem considerável experiência nesse contexto, mas que ainda mantivessem a capacidade de expressar suas vivências e experiências. Eram pacientes especiais, pois tinham um lugar de respeito entre outros usuários e a instituição, além de serem representantes do anseio e das representações de outros pacientes que não tinham condição de se expressar.

No estudo de De Paula (2000), os participantes da pesquisa foram pessoas com deficiência, no caso tetraplégicos, em condição de asilamento em hospital de reatuação. As instituições asilares costumam ofertar abrigo e cuidados básicos à clientela, porém, de forma muitas vezes precária, agravando as condições das pessoas internadas. Assim como no estudo anteriormente citado, essa autora procurou escolher, enquanto participantes, pessoas em condição de se comunicar e denunciar a violência institucional vivida pelos

asilados, ou seja, sujeitos típicos, diferentes daquele tipo mais frequentemente encontrado.

Em ambos os estudos (Machado, 1995, De Paula, 2000), foi abordada a institucionalização definitiva, já em curso há muito tempo, contexto este que usualmente produz mutismo e retraimento. As duas autoras alcançaram resultados significativos quando selecionaram pacientes que puderam falar e se posicionar em contexto de opressão, mostrando o que vivem pessoas nestas condições de internação ou asilamento. Ou seja, exatamente por não serem como a grande maioria das pessoas institucionalizadas, ou seja, por se diferenciarem, essas pessoas se tornavam paradoxalmente representativas.

Podemos também citar o estudo de Fabris-Zavaglia (2020) em que se tinha como foco o estudo da maternidade, fazendo uso de noção de caso típico de uma maneira mais alargada, em que foram abordadas mães de crianças autistas. Não havia interesse específico no autismo em si, mas numa situação típica em que o cuidado da criança surge como longamente duradouro. Esse recurso metodológico mostrou-se valioso pois, ao tomar o autismo infantil como caso emblemático de diversas outras condições especiais dos filhos, o estudo ampliou as dificuldades já usualmente enfrentadas por mães em nossa sociedade contemporânea. No que diz respeito aos resultados da pesquisa, a autora discutiu crenças imaginativas relacionadas ao contexto de opressão em que a mulher vive, sentindo-se acusada ou acusando-se de ser a responsável pelo problema do filho, ou se percebendo com a obrigação de abandonar seus projetos pessoais que não se referem à condição de ser mãe. Tais imaginários sobre a maternidade estão em consonância com diversos estudos do mesmo grupo de pesquisa e com outras pesquisas sobre o tema (Micelli-Baptista, Schulte, Ambrosio, Mencarelli & Aiello-Vaisberg, 2017, Schulte, Gallo-Belluzzo & Aiello-Vaisberg, 2019, Tachibana, Ambrosio, Beaune, Aiello-Vaisberg, 2014, Visintin, Fonseca-Inacarato & Aiello-Vaisberg, 2020), mostrando que o recurso do caso emblemático pôde iluminar a condição da mulher-mãe em nossa cultura.

Na presente pesquisa, apresentamos, aos participantes, uma situação típica ou emblemática, por constelar um momento crítico, relativo ao destino dos filhos frente à dissolução do vínculo e da coabitação conjugal, para pessoas que estão em contato profissional regular com tais situações. Assim, não apenas o

tema do desenho e das histórias é emblemático por constelar com cores acentuadas o fato do cuidado infantil dever ser assumido face ao desmanche do casal, como o próprio participante é o que podemos chamar de figura emblemática, já que a sua condição é a de representante socialmente encarregado de diminuir os danos inerentes à dissolução conjugal.

Entendemos, portanto, que o contexto do rompimento da conjugalidade pode amplificar a questão do cuidado infantil na sociedade contemporânea. De fato, saber como é imaginado o cuidado da criança quando a família nuclear se rompe, provavelmente pode nos ensinar sobre o modo como são vividas habitualmente as práticas de cuidado de crianças. Dessa maneira, esclarecemos que não temos interesse no divórcio com disputa de guarda enquanto problema de pesquisa, uma vez que nosso olhar se volta para a forma como os progenitores/cuidadores se organizam para cuidar do desenvolvimento dos seus descendentes ao nível físico, psicológico e social.

Uma vez definida a situação de separação conjugal com disputa de guarda dos filhos, como situação emblemática, partimos para a escolha dos participantes da pesquisa. Nossa experiência clínica, bem como inserção institucional, em próximo contato com a formação de profissionais da área do direito, contribuiu para que viéssemos a decidir pelo estudo do imaginário de mediadores judiciais, grupo que se mantém em contato constante e regular de atendimento profissional a pessoas que estão vivenciando o rompimento da relação conjugal³².

Procedimentos Investigativos

Sendo essa uma pesquisa qualitativa com método psicanalítico, que é uma forma geral de produzir conhecimento sobre sentidos afetivo-emocionais de atos humanos, cuidamos de operacionalizá-lo em termos de procedimentos investigativos que descreveremos a seguir:

³² Assim, é importante sinalizar que não nos voltamos para o estudo da mediação nem do mediador. Contudo, cabe registrar que percebemos essa prática profissional como altamente significativa, no sentido de favorecer importantes avanços nos campos jurídico e psicológico, motivo pelo qual merece a atenção de pesquisadores das ciências humanas e sociais.

- procedimento investigativo de produção do material de pesquisa
- procedimento investigativo de registro do material de pesquisa
- procedimento investigativo de apreciação das dramáticas do viver presentes no campo da consciência dos participantes
- procedimento investigativo de interpretação psicanalítica do material de pesquisa

O procedimento investigativo de produção do material de pesquisa corresponde à configuração do encontro com os participantes. Concretizou-se, no presente caso, a partir de entrevistas psicológicas coletivas com mediadores judiciais³³ que fazem parte do quadro de profissionais de um Centro Extrajudicial de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, de ambos os sexos, que trabalham em área de família. A escolha desses participantes ocorreu em função de serem profissionais frequentemente convocados a atuar em casos de separação conjugal em que os pais decidem sobre a guarda dos filhos de forma mais ou menos disputada, contexto este em que a questão da parentalidade é colocada em foco³⁴.

Participaram deste estudo 12 mediadores judiciais que atuam em área de família, sendo oito mulheres e quatro homens. Realizamos cinco entrevistas, reunindo de dois a três participantes por encontro, nas datas em que a chefe do serviço considerou que havia melhor disponibilidade³⁵. Essa definição de número

³³ Julgamos importante esclarecer que o profissional que trabalha nesta área é considerado habilitado depois que conclui um curso de capacitação composto por módulo teórico de 40 horas e estágio supervisionado de 60 horas, regulamentado de acordo com a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Este curso capacita, ao mesmo tempo, conciliadores e mediadores judiciais que podem atuar em diversas áreas, tais como empresarial, trabalhista, consumeirista, penal, familiar, entre outras. De acordo com a Lei da Mediação (Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015), um pré-requisito para fazer o curso é ser graduado ou ser estudante universitário de qualquer área. Além de fazer o curso de capacitação, para atuar como mediador, é necessário estar graduado em qualquer instituição de ensino superior há pelo menos dois anos, enquanto que, para atuar como conciliador, não é necessário estar graduado. Tendo em vista que capacitação de ambos profissionais é a mesma, mesmo que exista diferenças na atuação prática, optamos por utilizar, no presente trabalho, a denominação “mediador judicial” para nos referir aos participantes que podem atuar predominantemente com mediação ou conciliação.

³⁴ É importante ressaltar que, tanto na função de mediador como de conciliador, o profissional que atua em área de família tem contato direto com famílias em contexto da separação conjugal, decidindo sobre a questão da guarda dos filhos, justificando a inclusão de ambos enquanto participantes da pesquisa.

³⁵ Vale ressaltar que o CEJUSC atende diversos tipos de demanda, organizadas ao longo da semana, de modo que é possível saber os dias em que há movimento mais intenso, o que não seria favorável para realização das entrevistas psicológicas coletivas da presente pesquisa.

de participantes por entrevista foi estabelecida desse modo para se acomodar à dinâmica do serviço uma vez que não seria possível interromper as atividades de todos os mediadores de uma só vez - e, ao mesmo tempo, para garantir a realização das entrevistas psicológicas coletivas com qualidade. Os encontros foram realizados nas dependências de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, nas salas de audiência em que os profissionais atuam. O ambiente contava com uma grande mesa, em torno da qual foi possível acomodar os participantes e a pesquisadora para realização da entrevista.

As entrevistas psicológicas coletivas organizaram-se ao redor do uso de uma versão modificada do Procedimento Desenhos-Estórias com Tema (Aiello-Vaisberg, 1999). Conforme esclarecemos anteriormente, a versão original do PDE-Tema, que aqui mantivemos, consiste em solicitar a produção de um desenho a partir de um tema dado e, depois, uma história sobre o desenho. Na presente pesquisa, depois de entregarmos uma folha sulfite e lápis grafite, convidamos os mediadores judiciais a fazerem, individualmente, um desenho sobre “uma família que chega para mediação, em processo de dissolução do casamento e disputa de guarda dos filhos”. Em seguida, no verso da folha, solicitamos que escrevessem uma história sobre o desenho. Entretanto, finda essa etapa da versão original, acrescentamos uma segunda solicitação que consistiu em convidar o participante a escrever mais uma história que se passasse cinco anos depois, numa outra folha sulfite.

Julgamos necessário explicitar a escolha do tema específico proposto no PDE-Tema utilizado na presente pesquisa. Em primeiro lugar, incluímos o ambiente da mediação - em “uma família que chega para mediação” - para que o participante se sentisse valorizado e motivado a participar. Considerando nossa familiaridade com o contexto do CEJUSC, optamos por utilizar uma expressão comum - “processo de dissolução do casamento com disputa de guarda” -, tendo em vista os casos que comumente chegam ao serviço, que se caracterizam por casais em busca de regularizar a separação da união, tendo igualmente que decidir sobre a guarda dos filhos, o que frequentemente envolve

Mesmo assim, ocorreram imprevistos e não foi possível realizar entrevista num dos dias inicialmente indicado.

algum tipo de embate. Enfim, o tema proposto já insinua uma expectativa de pesquisa sobre como são imaginadas duas questões: o modo como se dá o relacionamento entre ex-cônjuges que têm filhos em comum e o modo como se dá o relacionamento da mãe e do pai separados com seus filhos.

Por fim, comentamos que a solicitação de uma nova história no futuro – cinco anos depois – mostrou-se interessante tendo em vista que o divórcio é um processo que implica mudanças, ao longo do tempo, nas relações entre as pessoas envolvidas. É um período de passagem da vida conjugal para uma nova organização nas relações interparentais. Sendo o mediador um profissional, que entra em contato com a família em crise, num determinado momento desse processo, julgamos interessante solicitar uma história no futuro, que poderia trazer elementos importantes a respeito de seu imaginário sobre a temática da parentalidade após este período específico.

O procedimento investigativo de registro do material abrangeu a organização dos desenhos e das histórias produzidos pelos 12 participantes. As histórias foram transcritas exatamente da maneira como estavam escritas, mantendo eventuais erros de ortografia ou de outro tipo³⁶. Enquanto material suplementar, a pesquisadora redigiu narrativas transferenciais, sendo uma delas elaborada antes do encontro com os participantes e as outras, depois de cada uma das cinco entrevistas coletivas, permitindo apresentar o contexto em que se deu a pesquisa. O material produzido nesta etapa, que inclui os 12 desenhos e as 24 histórias, será apresentado no próximo capítulo, bem como as narrativas transferenciais, tendo em vista facilitar ao leitor a percepção acerca da situação em que surgiu concretamente o material que interpretaremos.

No que tange o procedimento investigativo de apreciação das dramáticas do viver presentes no campo da consciência dos participantes, atentaremos e transcreveremos problemas e preocupações explicitamente mencionados pelos mediadores³⁷. Neste momento, estaremos mais próximos daquilo a que atribuem

³⁶ Esse procedimento é o usual no campo psicanalítico tendo em vista o reconhecimento da importância de eventuais atos falhos e lapsos de linguagem que podem revelar-se emocionalmente significativos.

³⁷ A idealização desse procedimento, que corresponde a uma nova iniciativa no contexto do grupo de pesquisa, atende a necessidade, reconhecida diante de outros materiais, de maior valorização daquilo que se passa no campo da consciência. Mantivemo-nos fiéis ao estilo da psicologia psicanalítica concreta, mas admitimos que as contribuições de Braun e Clarke (2006,

importância e significado conscientemente, o que certamente contribuirá para a criação/encontro dos campos de sentido afetivo-emocional não conscientes.

Buscamos, então, realizar o procedimento investigativo de interpretação psicanalítica do material clínico que compreende a análise das produções em busca da criação/encontro de campos de sentido afetivo-emocional segundo os quais se organiza o imaginário coletivo. Essa fase da pesquisa é realizada coletivamente, na medida em que o material é apresentado aos integrantes do grupo de pesquisa que seguem a proposta de Herrmann (1979), que recomenda “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração de sentido”. Dessa forma, é necessário que cultivemos, neste momento, uma postura de desapego teórico, para que possamos nos deixar impressionar emocionalmente pelo material, mantendo-nos abertos para receber o que possa surgir. Por fim, deve ficar claro que não pretendemos encontrar o significado verdadeiro do material, mas procuramos desvendar/produzir os determinantes afetivo-emocionais ao redor dos quais o campo se organiza³⁸. Falamos em criar/encontrar ou desvendar/produzir por partirmos do pressuposto, que se funda em uma lógica paradoxal, de que toda produção de conhecimento interpretativo reflete a subjetividade e a criatividade dos pesquisadores, sem desconsiderar as características próprias dos fenômenos estudados.

Cumpridas as etapas correspondentes aos quatro procedimentos investigativos, passamos a um trabalho de reflexão compreensiva, de caráter inevitavelmente dialógico, sobre os resultados interpretativos. Nesse momento, procedemos a uma suspensão da atenção flutuante e da livre associação de ideias em prol da realização de um trabalho reflexivo de cunho teórico-conceitual. As interpretações produzidas/encontradas passam, nesse momento, a ser

2013) sobre análise temática foram inspiradoras, sendo produtivamente utilizada entre nós por Corradi-Webster (2020).

³⁸ É importante esclarecer que os campos de sentido afetivo-emocional são relativos, no sentido herrmanniano (Herrmann, 1979) de que se configuram a partir dos desenhos e histórias de um grupo de pessoas. Sendo assim, não pretendemos obter conhecimento sobre indivíduos a partir de uma única manifestação de cada um deles. Diferentemente disso, estudamos imaginários coletivos. Aqui, vale lembrar a ideia do Herrmann (1979) de que há um campo edípico no conto da Branca de Neve, o que não significa acreditar que o seu autor enfrentava, pessoalmente, uma dificuldade de elaboração edípica.

examinadas à luz de teorias e ideias de diferentes estudiosos, psicanalistas ou não. Elegemos como interlocutores autores que tenham se debruçado sobre questões que perpassam nossas interpretações e que considerem o ser humano como social, e não como ser abstrato, natural e isolado (Bleger, 1963/2007). Tal escolha se impõe por entendermos que, desse modo, trabalharemos com teorizações mais autênticas e mais concretas, o que nos permitirá produzir conhecimento que possibilite pensar questões humanas contemporâneas, além de subsidiar práticas psicoterapêuticas e psicoprofiláticas (Assis, 2019).

Capítulo 4

Desenhos-Estórias e Narrativas Transferenciais

Neste capítulo, apresentamos o registro do material de pesquisa, que consiste nas produções dos 12 participantes, que perfazem um conjunto formado por um desenho e duas histórias, relativas à figura desenhada, sendo que a segunda narrativa focaria a mesma situação transcorridos cinco anos após a separação com disputa de guarda. Esse material foi criado no contexto de cinco entrevistas psicológicas coletivas, nas dependências de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC³⁹ de uma cidade do interior de São Paulo.

Entendendo que as produções emergem durante entrevistas, vale dizer, em contexto intersubjetivo, como resposta a uma demanda, tomamos o cuidado de redigir várias narrativas transferenciais: uma delas foi elaborada antes de começar as entrevistas de pesquisa, e as demais após cada uma das entrevistas realizadas. Em função de uma série de aspectos, a partir dos quais cada pesquisa é projetada, essas narrativas transferenciais têm sido habitualmente usadas, em pesquisas qualitativas com método psicanalítico, de dois modos: 1) como parte integrante do material de pesquisa propriamente dito ou 2) apenas para contextualizar, de modo claro, a situação em que os participantes foram abordados. No presente caso, optamos por usar as narrativas transferenciais à guisa de contextualização.

Assim, considerando a importância de comunicar como se deu efetivamente a produção do material de pesquisa, adotaremos uma forma de exposição que acompanha a cronologia das entrevistas psicológicas coletivas realizadas. Começaremos a exposição pela apresentação da narrativa transferencial intitulada “Antes de iniciar as entrevistas” e, na sequência, traremos as narrativas correspondentes às entrevistas, seguindo a ordem de sua ocorrência. Numeramos as produções dos 12 participantes, designando-as como P1, P2, P3 e assim por diante. Além disso, usamos as letras A e B para diferenciar a primeira produção de cada participante, que corresponde ao uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema em sua forma habitual, e a

³⁹ Neste capítulo em particular, por se tratar de narrativa, optamos por utilizar a abreviatura CEJUSC para se referir ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC onde foi realizada a pesquisa.

segunda história, que corresponde à solicitação que acrescentamos. O título de cada narrativa indica a ordem da realização das entrevistas e quais foram os participantes que nelas estiveram presentes, como, por exemplo: “Primeira entrevista coletiva (P1, P2, P3)”.

Cumpre, ainda, lembrar que o recurso mediador, vale dizer, o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, modificado pelo acréscimo de solicitação de uma segunda história, que se daria cinco anos após a primeira, permitiria que a totalidade dos participantes fosse abordada em uma única entrevista psicológica coletiva. Contudo, não escolhemos essa opção tendo em vista interferir minimamente na rotina de trabalho dos mediadores⁴⁰.

Conforme explicitado no capítulo metodológico, para que se possa atuar enquanto mediadores e/ou conciliadores judiciais, é necessário passar pelo curso de capacitação regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, mas cada profissional tem sua formação educacional de base que pode ser de ensino médio ou qualquer curso de nível superior. Entre os participantes, havia 10 bacharéis em direito e dois formados no ensino médio. No que diz respeito ao sexo, havia oito mulheres e quatro homens, conforme pode ser observado na Tabela 1, que também mostra o número de participantes de cada entrevista.

⁴⁰ Lembramos que a produção do desenho e das duas histórias correspondeu ao atendimento da solicitação que fizessem individualmente um desenho sobre “uma família que chega para mediação, em processo de dissolução do casamento e disputa de guarda dos filhos”. Em seguida, no verso da folha, solicitamos que escrevessem uma história sobre o desenho. Entretanto, finda essa etapa da versão original, acrescentamos uma segunda solicitação que consistiu em convidar o participante a escrever mais uma história que se passasse cinco anos depois, numa outra folha sulfite. Entendemos que a solicitação enunciada continha duas perguntas implícitas: 1) como se imagina o relacionamento entre pai separado e filhos e entre mãe separada e filhos? 2) como se imagina o relacionamento entre ex-cônjuges com filhos em comum?

Tabela 1.

Indicação dos participantes em cada uma das entrevistas coletivas

Entrevista coletiva	Mulheres	Homens	Número de participantes
1ª entrevista coletiva	P1, P2, P3	-	3
2ª entrevista coletiva	P5	P4	2
3ª entrevista coletiva	P6, P7, P8	-	3
4ª entrevista coletiva	P10	P9	2
5ª entrevista coletiva	-	P11, P12	2
Total	8	4	12

Optamos pelo uso do texto em itálico, tanto na apresentação das narrativas transferenciais como nas histórias dos participantes, com o intuito de destacar que se trata de material produzido em estado de atenção flutuante e de livre associação de ideias da pesquisadora, no primeiro caso, e de texto escrito pelos participantes, no segundo caso. Destacamos que as histórias foram transcritas exatamente como se apresentaram no material, mantendo até mesmo os eventuais erros na escrita, ou seja, adotando a prática comum em pesquisas qualitativas com método psicanalítico, uma vez que se encontra claramente estabelecido, desde escritos freudianos pioneiros, que aparentes equívocos podem corresponder a atos falhos (Freud, 1901/1976). Assim, não havendo como discernir entre erro ortográfico e ato falho, a atitude prudente é não efetuar nenhuma forma de correção do texto.

Após exposição dessas informações, passaremos para apresentação dos registros do material de pesquisa.

Antes de iniciar as entrevistas

Antes de contar como foram os encontros com os participantes e as impressões gerais que despertaram em mim, julgo necessário fazer considerações sobre minha motivação para realizar a pesquisa no CEJUSC,

local onde realizei as entrevistas, e comentar algumas particularidades do serviço importantes para melhor compreensão do contexto em que atuam os participantes.

Depois de muitos anos de trabalho clínico em consultório particular, iniciei a experiência da docência de psicologia em um curso de direito. Por conta da pouca familiaridade com a interface da psicologia e do direito, além da estreia na função de docente, essa experiência foi, desde o início, muito desafiadora, mas também extremamente instigante. Na busca de contribuir, enquanto psicóloga, com a formação de futuros bacharéis em direito, acabei percebendo a importância de transitar pela interdisciplinaridade. Considerando minha bagagem clínica de atendimento de crianças, adolescentes e orientação de pais, fiquei muito interessada pelos diferentes pontos de vista dos alunos e colegas professores em relação aos conflitos familiares que se apresentavam no âmbito jurídico e à maneira de lidar com eles. Logo percebi que o olhar da separação conjugal pela via do litígio tendia a desconsiderar elementos fundamentais que estavam na base dos conflitos. Além disso, ficava sensibilizada com os divórcios litigiosos que tendem a ser tão destrutivos, cujas disputas familiares parecem ser potencializadas pela própria lógica jurídica que frequentemente busca o embate, gerando enorme sofrimento e, portanto, sérias consequências não só para os adultos em disputa, mas especialmente para os filhos, sejam eles crianças ou adolescentes. Foi nesse contexto que cheguei à área da mediação, caracterizada como uma outra forma mais participativa de resolução das disputas em que as pessoas em disputa tomam parte das decisões, mediadas por uma terceira pessoa, o mediador judicial.

Na época em que comecei a voltar meu interesse para mediação, havia algumas campanhas do Conselho Nacional de Justiça incentivando outros métodos de solução de conflitos, ou seja, formas alternativas à via judicial clássica, que é adversarial, uma vez que normalmente funciona dentro da lógica de que um ganha e outro perde. No entanto, observava que este movimento de abertura estava apenas começando, ainda era uma grande novidade na área jurídica.

Entendo que a mediação, do ponto de vista psicológico, pode ser considerada como uma intervenção em situação de crise (Bleger, 1966/1992).

Dessa forma, enxergava nessa proposta um potencial para realização de ações preventivas e interventivas em relação ao sofrimento emocional e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Diante disso, decidi estudar esta área de forma mais aprofundada e fazer minha capacitação para obter uma visão clara dessa prática. O curso de “Capacitação em Conciliação e Mediação Judicial e Privada”, regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, é formado por duas partes: uma teórica e outra prática. Quando realizei esse curso, a carga horária era de 72 horas no módulo teórico e 36 horas no módulo prático, que consistia num estágio de observação de sessões tanto de conciliação e como de mediação. Esse estágio foi integralmente realizado no CEJUSC, onde frequentei por quase seis meses. Nessa ocasião, tive a oportunidade de conhecer a dinâmica de funcionamento deste centro de solução de disputas, os escreventes, outros funcionários e a chefe do serviço, além, é claro dos mediadores e conciliadores. Também conheci muitos estagiários que depois se tornaram mediadores judiciais⁴¹ como eu.

No período em que fiz o curso, os profissionais que já atuavam na área trabalhavam na condição de voluntários, mas havia grande expectativa de que passasse a haver um reconhecimento da função e, logicamente, uma remuneração compatível. Com a promulgação do novo Código de Processo Civil, em 2015, surgiram grandes esperanças, uma vez que este dispositivo jurídico passou a considerar os mediadores e conciliadores como auxiliares da justiça. No entanto, isso não ocorreu de fato. Dessa forma, no CEJUSC, as pessoas que possuem remuneração são apenas a chefe do serviço, os escreventes e os funcionários de secretaria, segurança e limpeza. Enfim, não há cargo de mediador ou conciliador judicial, de modo que o serviço é praticamente tocado por voluntários.

O que atualmente se tem como regra é que a remuneração devida aos mediadores e conciliadores judiciais deve ser custeada pelos usuários, mas há

⁴¹ Julgamos necessário explicar que, na visão da justiça, existe distinção entre a função de conciliador e mediador. No entanto, essa diferença não é relevante do ponto de vista da psicologia clínica segundo uma perspectiva compreensiva, uma vez que nos interessa o contato que este profissional tem com pessoas em contexto da separação conjugal em vias de decidir sobre a guarda dos filhos, o que pode ocorrer tanto na conciliação como na mediação, em área de família. Dessa forma, optamos por utilizar a expressão mediação judicial ou mediador judicial para nos referir às duas práticas e aos profissionais que atuam na área.

*gratuidade garantida aos necessitados*⁴². Alguns profissionais mais antigos se organizaram em escritórios ou centros que promovem cursos e oferecem a mediação privada, mas, na prática, não conseguem captar muitos clientes. Existem também as câmaras de arbitragem e mediação, mas são as demandas de arbitragem que sustentam esses espaços. Dessa forma, a maioria dos profissionais dedica algumas horas de sua agenda semanal (um ou dois períodos) e tem alguma outra fonte de remuneração. Penso que a prática da mediação e da conciliação só será realmente reconhecida se for mesmo encarada como uma profissão que, como tal, merece remuneração.

*Depois de concluído o curso, passei a trabalhar em caráter voluntário como conciliadora e mediadora, disponibilizando um período a cada 15 dias. Dediquei-me a essa função, nessas condições, por um ano e meio. Durante esse tempo, sempre preferi audiências relativas a questões de família, dada minha formação como psicóloga e o meu exercício profissional ao longo dos últimos 25 anos. Essa curta experiência enquanto mediadora judicial foi muito interessante por trabalhar na interdisciplinaridade, o que me deixava mais à vontade e preparada para lecionar na disciplina de psicologia jurídica junto aos alunos de direito. Além disso, pude conhecer a realidade de uma população bem diferente daquela que atendo em consultório particular, visto que esse serviço atende pessoas de renda mais baixa, especialmente no âmbito extrajudicial*⁴³.

Como planejava fazer doutorado e realizar uma pesquisa que favorecesse meu desenvolvimento, tanto na vida acadêmica como no âmbito do consultório, considerei a possibilidade de realizar um estudo sobre parentalidade, tendo como participantes os mediadores judiciais do CEJUSC, onde eu havia voluntariamente trabalhado.

Quando fiz os primeiros contatos junto ao CEJUSC, em busca de convidá-los a participar do meu trabalho, logo demonstraram grande receptividade. A

⁴² Esta informação está na Resolução nº 809/2019 do Superior Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

⁴³ Vale ressaltar que a conciliação e a mediação podem ocorrer de forma extrajudicial – antes de sua judicialização, quando um centro de mediação é procurado espontaneamente pelas partes envolvidas ou orientados por seus advogados – e também no âmbito judicial, quando o juiz designa a audiência de mediação durante o processo.

coordenadora do serviço me encaminhou ao juiz responsável que prontamente autorizou a realização da pesquisa.

Depois de cumprir com todos os trâmites do comitê de ética, retornei ao serviço para fazer as combinações para o início da pesquisa e soube que minha ida já era esperada por alguns funcionários e mediadores judiciais mais próximos. Valorizei esse acolhimento, porque conheço de perto a complexa e corrida dinâmica do serviço. Ao mesmo tempo, estava um pouco apreensiva em relação a questões éticas, pois previa que entrevistaria várias pessoas conhecidas e pensava sobre minha responsabilidade de fazer um estudo sério, sensível e ético sobre o material produzido naqueles encontros. Nessa ocasião, encontrei diversos conhecidos, mas não consegui fazer contato com a coordenadora do CEJUSC, pois o serviço estava lotado em virtude de um mutirão. Entretanto, no dia seguinte, tivemos uma boa conversa.

Expliquei a ela que, para atingir o objetivo de minha pesquisa, precisaria entrevistar profissionais que exercessem a função de conciliadores e/ou mediadores, atuando em conflitos familiares. Ela esclareceu que quase todos os mediadores judiciais cadastrados no serviço atuam na área de família e que, inclusive, a maior parte do volume de audiências naquele CEJUSC destinava-se a esta área, de modo que não seria difícil encontrar participantes para minha pesquisa. Além disso, vários escreventes também seriam potenciais participantes desta pesquisa visto que passaram pela capacitação e também atuavam, especialmente quando surgia a necessidade pela falta de algum profissional voluntário. A própria chefe do serviço se disponibilizou a ser participante visto que também preenchia os requisitos de escolha, num gesto de acolhimento e apoio à pesquisa. Fiquei muito contente com essa acolhida!

Quando dialogamos sobre como organizar as entrevistas, a coordenadora do CEJUSC comentou que não seria possível reunir muitos profissionais ao mesmo tempo. Então, ponderamos que a modalidade coletiva seria viável em duplas ou trios, o que se adaptaria melhor ao serviço, considerando o fato de que o procedimento deveria ser realizado nos intervalos, ou seja, nas ocasiões em que surgisse uma janela na agenda dos profissionais. Eu já conhecia o serviço e sabia que as faltas dos usuários do serviço não são tão raras, mas

também me lembrei de que as audiências, às vezes, estendem-se para além do tempo programado, ocupando o tempo que fica vago com essas ausências.

Depois de todos esses detalhes combinados, fiquei bem animada, na espera do início das entrevistas!

Primeira entrevista coletiva (P1, P2, P3)

Cheguei ao CEJUSC pela manhã, no início do expediente do serviço, na expectativa de iniciar os encontros com os participantes. Sentei-me na sala de espera junto dos usuários do serviço. Lembrei-me das incontáveis vezes em que ficara ali aguardando o início de audiências no meu período de capacitação para a função de mediadora. Mas, desta vez, eu estava lá em outra função bem diferente e, por sinal, bem empolgante.

Precisei aguardar por um tempo, mas fiquei distraída observando o ambiente. Percebi que o serviço estava mudado, havia um número maior de salas em audiência, acho que eram nove. Antes, ocupavam apenas as salas de um lado do corredor, agora, tinham expandido para o outro lado. Pensei: este serviço cresceu. Depois, a chefe do serviço veio me avisar que as pessoas agendadas para audiência de mediação haviam faltado, o que eventualmente costuma ocorrer. Assim, algumas mediadoras judiciais estavam livres.

A entrevista foi realizada com três participantes mulheres que eu já conhecia. Ocorreu numa sala onde havia acabado de acontecer uma mediação. Sentamo-nos ao redor de uma mesa redonda, que também é usada para realização das audiências, de modo que conseguíamos olhar umas para as outras. O ambiente estava gostoso e amigável, mas percebi que elas estavam curiosas na expectativa da entrevista.

Foi interessante o impacto da proposta do PDE-Tema entre elas. Mostraram-se surpresas com a solicitação de fazer um desenho, deixando evidente que imaginaram que seria uma entrevista convencional. De início, reagiram com certo constrangimento, comentando que não desenhavam bem. Procurei tranquilizá-las sobre essa questão dizendo que era um desenho livre, bastava que expressassem suas ideias. Elas passaram conversar entre si, refletindo sobre: “como colocar o que a gente vê no papel em forma de

desenho?” O trabalho seguiu de maneira brincante, uma vez que após os comentários, que acolhi com tranquilidade, passaram a desenhar num clima mais descontraído. Uma comentava o desenho da outra - “olha como ela desenha bem, o meu é de palitinho!” – ou falava sobre a própria produção. Riram bastante durante a execução. Tive a forte sensação de que fazia tempo que elas não desenhavam.

Quando solicitei a elaboração de uma história, foi outra surpresa. Uma delas, mais insegura com a proposta, perguntou se tinha que ser grande, com começo, meio e fim. Procurei deixá-la à vontade dizendo que poderia fazer da forma que quisesse, mas que a ideia era contar uma história a partir do desenho que ela havia criado. Ela logo iniciou a tarefa. Eu já conseguia ver os desenhos, mesmo que de ponta cabeça, mas passei a ficar curiosa em relação às histórias.

Ao final, conversamos sobre a experiência de fazer o PDE-Tema. Percebi que foi bem mobilizadora tanto pelo que foi compartilhado como pela necessidade que todas tiveram de comentar alguns aspectos do que pensaram no processo de desenhar e escrever a história. Por exemplo, uma delas disse que a atividade ali realizada a fez pensar sobre a necessidade de estar sempre refletindo sobre a própria prática: “a gente vem aqui, trabalha, atende um após o outro e, na verdade, deveria sempre parar para refletir e aprender coisas novas. Na verdade, somos muito limitados, podemos muito pouco”.

Em seguida, começaram a conversar de maneira bem sintonizada sobre as dificuldades de ajudar pessoas que brigam, que tentam se destruir, e que nem percebem o quando estão fazendo mal para elas mesmas e principalmente para os filhos. Logo, percebi que duas delas estavam se lembrando da audiência que haviam acabado de realizar. Então, pedi que contassem o caso sobre o qual conversavam. Relataram que, nesse caso, o motivo da busca pela mediação por parte da mãe era de alterar o acordo anteriormente realizado, inserindo uma cláusula em que ficaria determinado o valor dos alimentos caso o pai da criança perdesse o emprego, para que não precisasse decair o padrão de vida. Mas contaram que este pai estava empregado, o que não justificava toda aquela movimentação, principalmente acompanhada da interrupção dos encontros entre pai e filho até que essa questão fosse resolvida. As mediadoras/conciliadoras estavam incomodadas com o movimento desta mãe

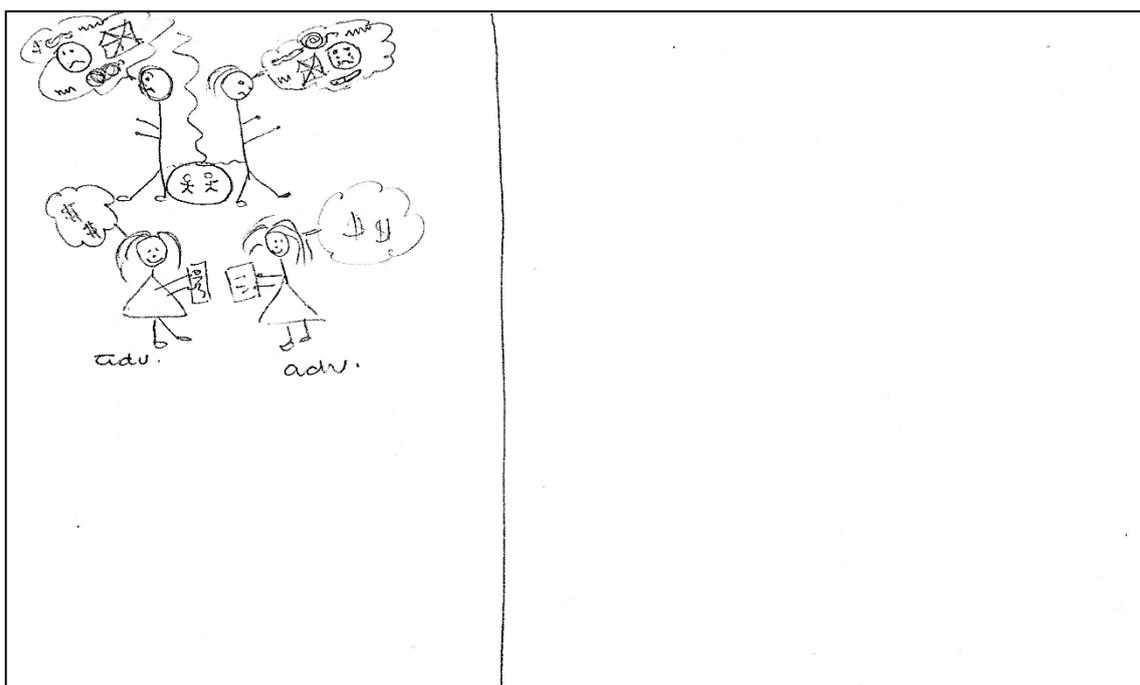
que queria “garantias que a vida não pode dar” e de usar isso como forma de pressão contra o ex-marido. Pelo que entendi, o pai da criança estava empregado, não havia interrompido o pagamento dos alimentos, então, mãe e filho não estavam passando necessidades nem, aparentemente, sofrendo queda em comparação com o que tinham antes da separação. Percebi que fiquei bem preocupada com a criança que precisou estar afastada do pai durante algum tempo. Pensei sobre como é difícil para os filhos viverem no meio desses conflitos dos pais.

Antes de encerrar a entrevista, apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as participantes e pedi que lessem e assinassem, caso estivessem de acordo. Elas leram e assinaram imediatamente.

Saí dessa entrevista bem contente com o envolvimento das participantes e animada com o potencial da proposta do PDE-tema, que de fato favorece a troca e a reflexão. Se antes eu estava um pouco apreensiva em relação ao fato de entrevistar pessoas conhecidas, ao final desse encontro me percebi bem mais descontraída.

Produção 1

Participante de sexo feminino, 56 anos



História 1A – Desconstrução do amor

Os envolvidos viveram por muito tempo juntos. Construíram uma vida juntos desde o namoro. Compraram uma casa e juntos escolheram a cor das paredes, as cortinas, os móveis. O amor reinava no lar. Vieram os filhos escolheram seus nomes e juntos a vida seguiu. Um dia, um deles percebeu o desamor e se interessou por outra pessoa e a partir daí tudo mudou. Brigas, choros, agressões, ódio se instala naquele lar. O diálogo carinhoso acabou, o respeito também e tudo que foi construído desmorona.

Ambos culpam o outro por tudo e nesse meio os filhos se veem desamparados, sendo que muitas vezes se questionam-se se a culpa não seria deles. Com a busca pelo judiciário e por influência dos advogados, familiares e amigos, o conflito só cresce. Para eles é impossível que haja respeito e diálogo novamente. Prevalece a mágoa e isso os impede de visualizar aquelas pessoas pelas quais um dia se apaixonaram.

História 1B – Desconstrução do amor... 5 anos depois

O antigo casal seguiu sua vida, cada qual construiu um novo lar, vieram novos filhos e os filhos do 1º casamento cresceram. Esses filhos viveram em meio ao combate dos pais e seus processos. Foram ferramentas de ataque entre eles. Os advogados que escolheram não tinham humanização como viés de seu trabalho, o que só colaborou para o distanciamento.

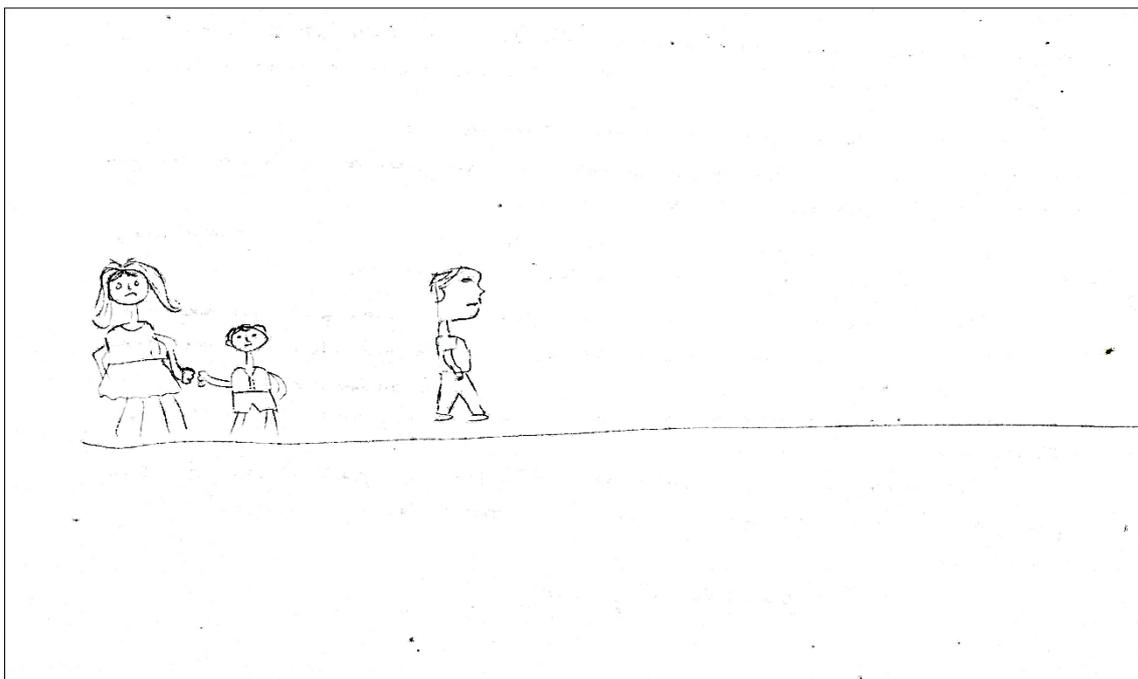
Hoje, esses ex-conjuges não se falam e de odeiam, enquanto seus filhos ora apoiam a mãe, ora o pai e isso os deixa ainda mais confusos. Cresceram escondendo o amor pelo outro genitor, quando na presença de um deles, por medo de magoar aquele já fragilizado

Na formatura de um deles o pai não estava presente, embora convidado e na do outro filho, o que quando maior resolveu ir morar com o pai, a mãe estava ausente.

A desconstrução daquele lar, iniciado pelos pais, se consolidou ao longo dos anos.

Produção 2

Participante de sexo feminino, 52 anos



História 2A – Dores da separação

Chegam ao Cejusc a família (pai, mãe e filho), a mãe triste por ver sua família se separando, o filho sem nada entender e o pai zangado, senhor da razão.

A mãe senta-se próximo do filho, tentando não passar p/ ele a angústia que a consome e o pai nervoso, emburrado, nem querendo se aproximar do filho porque esta está próximo da mãe.

A audiência se inicia, a criança fica fora da sala de audiência, e os pais juntamente com a conciliadora dá início a reunião.

Momentos de muitas emoções, desabafos, mágoas que são expostas um para o outro mas no final o casal chega ao entendimento de que a separação é um fato mais a inimizade não é preciso existir.

Saem com a missão de que devem deixar o passado para trás e construir uma nova vida.

Ao encontrarem seu filho na anti-sala a postura do pai com o filho já é diferente, mais amorosa e próxima

História 2B – 5 anos depois.....

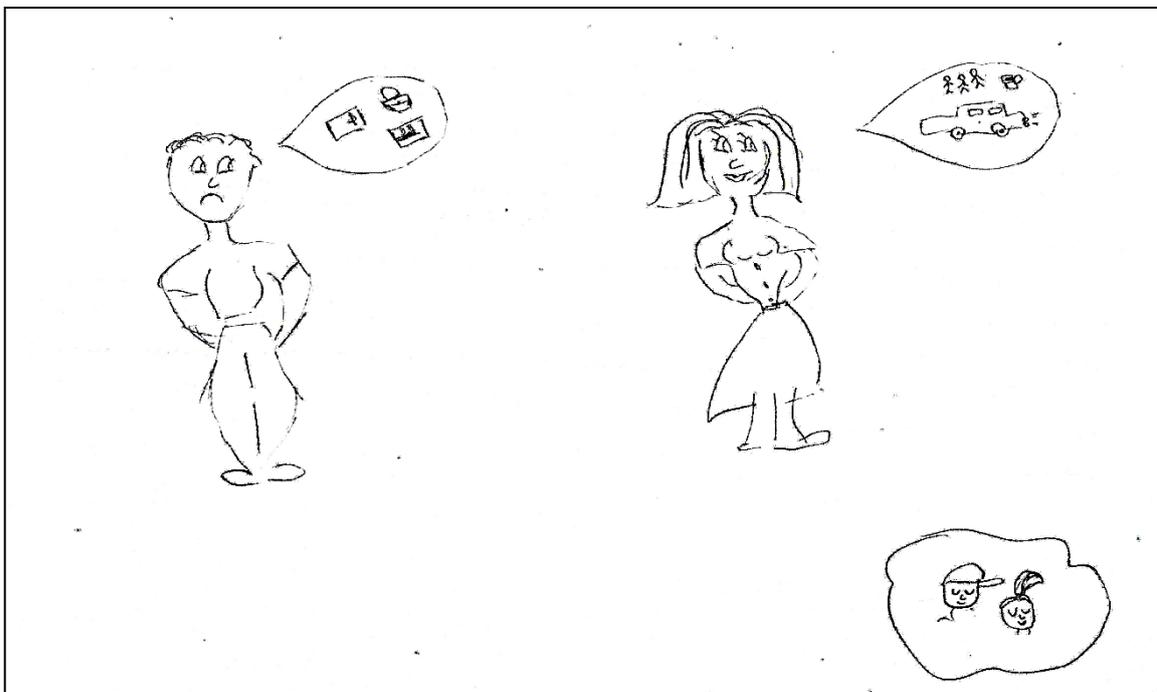
O pai vai buscar seu filho na casa materna, a ex-esposa o recebe com aperto de mão e até o convida para um breve café. O filho ao ver o pai chegar sai correndo ao seu encontro e lhe dá um longo abraço.

A mãe, decorridos os 5 anos, trabalha e precisa da ajuda do pai para criar o filho. Não existem constrangimentos nem sentimentos ocultos que a impeçam de solicitar a ajuda do pai para levar o filho no médico, ficar com o filho quando a creche não abre, enfim para urgências que aparecem sem previsões.

O filho doravante possui 2 famílias que o amam: a família do pai com sua nova mulher e a família da mãe com seu novo marido.

Produção 3

Participante de sexo feminino, 47 anos



História 3A – Moeda de troca

A família chega ao judiciário onde pai e mãe chegam armados.

Existe uma grande dificuldade para que haja compreensão da real situação, ninguém se coloca no lugar do outro, sendo certo que ambos imaginam que o “outro” só quer levar vantagem. Os pais acabam esquecendo que os filhos necessitam deles, dos dois, e que embora separados, continuam sendo família.

Nesta disputa de interesses, as crianças acabam sendo apenas a moeda de troca e com certeza são as mais prejudicadas, participando dessa disputa onde o correto seria apenas preservar seus interesses e o bem estar. Os filhos acabam sendo “abandonados”, sendo que deveriam ser o principal objetivo, tendo suas vidas asseguradas pelos dois.

História 3B – Resultados infelizes

Após cinco anos de uma família que necessitou do judiciário para resolver seus problemas mais básicos, que seria a convivência com os filhos, temos adolescentes frustrados e que manipulam seus pais.

A manipulação de jovens sobre seus pais se dá basicamente pela percepção da falta de diálogo entre os dois. Sendo assim existe uma grande facilidade para esses jovens conseguirem o que querem, acabam partindo sempre para o lado onde levam maior vantagem, em diferentes ocasiões.

Com esse histórico, difícil se torna localizar nesta família futuros adultos sensatos.

A probabilidade da “história” se repetir é muito grande, tendo em vista que o exemplo é a base de tudo.

Segunda entrevista coletiva (P4, P5)

Esta entrevista ocorreu com dois mediadores judiciais, sendo um homem e uma mulher, no final do período de trabalho deles, após todos os atendimentos da manhã. Nesta sala onde estavam, havia uma grande mesa retangular, mas

nos sentamos proxicamente, em uma das pontas. Expliquei a proposta da pesquisa e, enquanto separava o material - as folhas e os lápis grafite -, um deles me perguntou se ia demorar. Respondi que deveria durar em torno de 30 a 40 minutos e procurei deixá-lo à vontade para participar ou não. Naquele momento, presumi que ele estava pensando se iria se atrasar para o almoço, mas achei que provavelmente não passaríamos do meio-dia. Ele quis ficar e acabou se envolvendo muito com a tarefa, inclusive escreveu uma grande história, o que me deixou mais tranquila, pois imaginei que participar daquela atividade fizera algum sentido para ele.

Logo no começo da entrevista, ambos os participantes deram indícios de que já tinham informação de que seriam solicitados a desenhar, fato bastante compreensível dadas as circunstâncias de realização da produção do material de pesquisa em contexto institucional. Mostraram certo constrangimento, mas logo começaram a tarefa sem dificuldade. Após a instrução de escrever a história, surgiu um questionamento de como deveria ser: longa ou curta, com termos técnicos ou mais livre. Orientei-os a escrever do modo que achassem melhor, de maneira que os deixasse mais à vontade.

Essas perguntas me fizeram lembrar de como é incomum esse tipo de proposta mais aberta, mas percebi que gerou resultados interessantes, pois logo estavam descontraídos. “Eu adoro escrever historinhas, ficou parecendo uma historinha infantil!”, foi o comentário da participante, a mesma pessoa que queria saber se deveria utilizar vocabulário mais técnico. Tive a impressão de que a proposta brincante do PDE-Tema levou esta participante a realizar algo que foi muito prazeroso, pois lhe permitiu usar sua criatividade. Naquele momento, parecia uma menininha brincando de imaginar, desenhar e escrever, voltando no tempo.

Quando terminaram as histórias, conversamos um pouco. O participante homem, em um tom moralista e religioso, fez uma crítica ao momento atual em que as famílias brigam muito, deixam de cuidar dos filhos que acabam “ficando perdidos”. Comentou que, do ponto de vista dele, as pessoas não são mais tão religiosas como antes, não há Deus guiando o caminho. Confesso que fiquei muito surpresa com esta fala dele! Tive a sensação, naquele momento, de que estava em algum tipo de grupo religioso de orientação de casais. Antes que eu

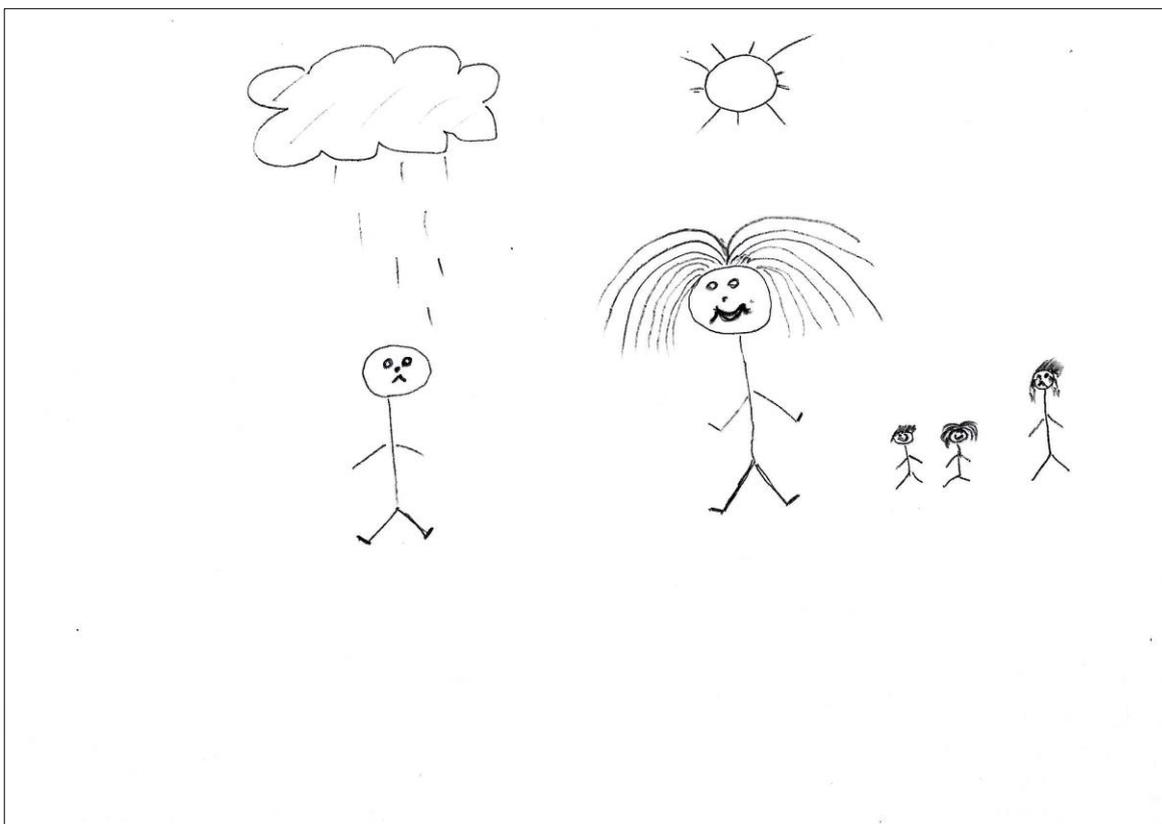
me manifestasse, a entrevistada disse: “fiz o desenho de uma família, mas sei que não são todas assim. Tento sempre pensar que cada família é um universo e temos que ouvi-las com cuidado. Cada uma tem sua maneira de funcionar, seus critérios e precisamos ajudá-las assim, respeitando como são”. Essa fala ocorreu num tom delicado e reflexivo e foi dirigida ao outro participante. Ele concordou com a ideia da colega e ponderou que nem todas as famílias são iguais mesmo. Foi curioso, pois a mesma participante, que me pareceu uma menininha antes, acabou favorecendo uma reflexão bem produtiva, a meu ver, sobre aspectos importantes da prática do mediador. Acho que me incomodei um tanto com a postura religiosa do participante, porque temo que isso possa interferir negativamente na escuta dos casais em processo de divórcio.

Esse diálogo entre eles me fez pensar, novamente, sobre o potencial interventivo do PDE-tema: a atividade propiciou a oportunidade de dois colegas conversarem sobre aspectos preciosos da prática cotidiana. Esse assunto provoca em mim um certo entusiasmo, porque imagino algumas situações em que possa ser útil na minha prática como pesquisadora e como psicóloga.

Ao final, apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Eles leram e, antes de assinar, o participante homem disse que não havia opção para homens assinarem, pois estava escrito assim: “Eu declaro ter sido informada...” Comentei que não havia percebido, mas que iria corrigir. Ele disse que não havia problema, assinaria assim mesmo.

Produção 4

Participante de sexo feminino, 42 anos



História 4A – Um dia especial

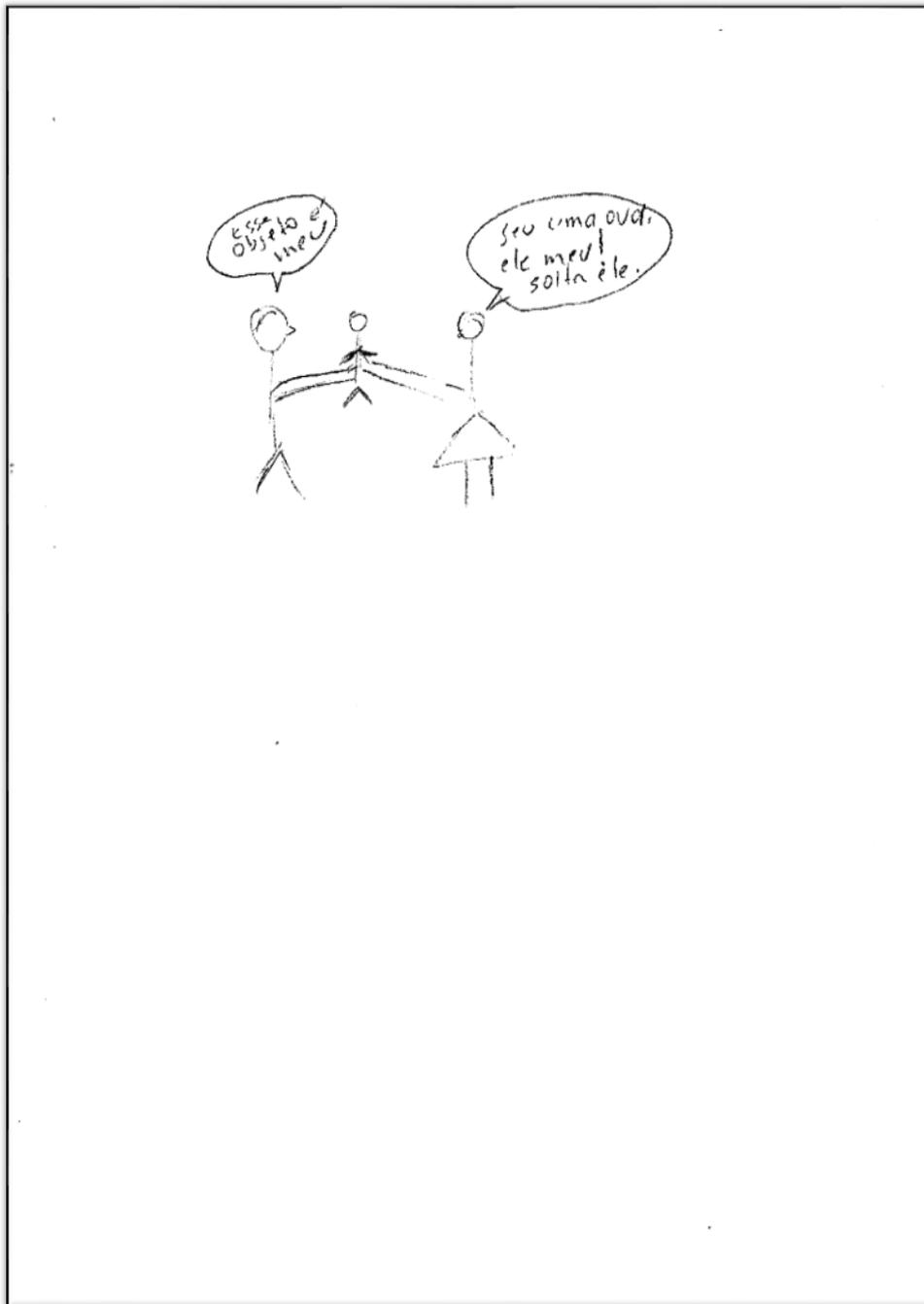
Ela foi ao Fórum para uma Audiência, feliz da vida, pois resolveria a questão da guarda dos seus filhos (eram três, um adolescente e duas crianças pequenas), sentia-se grandiosa neste dia, iluminada. Além disso, definiram o valor da pensão que o ex-cônjuge (pai das crianças) pagaria. Ele estava carrancudo, preocupado mais com os valores que seriam pagos às crianças (seus filhos), de que com a guarda (quem iria ficar) em si. Os filhos menores estavam alegres e o adolescente cabisbaixo, inseguro, sem saber direito se seria bom o que aconteceria na Audiência. Encontraram-se todos na sala de Audiência, dito o necessário e até o desnecessário, foi resolvida a questão. Nem todos saíram satisfeitos, mas o principal é que o direito das crianças foi garantido e resguardado. Já para os adultos (pai e mãe) neste caso, sentimentos revelados e fica para outra história...

História 4B – Aquele dia especial

Após cinco anos daquele dia que a genitora (mãe) e o genitor (pai) se encontraram naquela Audiência no Fórum para definir o pagamento da pensão dos dois filhos pequenos (um menino e uma menina) e de um adolescente (menino), muita coisa mudou. A mãe e o pai passaram a dialogar mais por causa das visitas do pai aos filhos, já que a guarda era da mãe. O nível de comunicação e respeito só aumentou entre ambos e com o filho adolescente, agora um adulto, maior e responsável, devido ao carinho e a atenção que recebeu. As crianças agora adolescentes, se sentiam seguras e amadas. Neste período, ambos os pais (mãe e pai) concordaram em pedir a Guarda Compartilhada e numa Audiência de Conciliação, foi Acordada que seria de ambos. Com isso, passaram a administrar a vida dos três filhos e a convivência melhorou muito. Ao filho maior, já havia cessado os alimentos, mais o pai quis continuar pagando e auxiliando ao filho. Cada dia é um aprendizado, viver é assim... e muitas histórias ainda virão!

Produção 5

Participante de sexo masculino, 55 anos



História 5A – Falso amor

Um casal, totalmente desprovido dos valores cristãos, mas em total harmonia com o que preconiza o modelo atual no se baseia a estrutura da sociedade, compareceu certo dia ao Cejusc, buscando o divórcio, cujo ponto neurálgico da dissolução era a guarda do filho. Como ambos diziam que a amavam, ambas

queriam fiar com sua posse como se a criança fosse um mero objeto de estimação. Ocorreu que não entraram num entendimento acerca disso e o caso foi paras nas mãos de um juiz que, baseando-se nos casos anteriores e no que costumava decidir, deu a guarda para a mãe com visitas quinzenais para o pai. A partir daí o pai, insatisfeito, nunca mais quis saber do filho e nunca foi vista-lo. Assim o filho foi crescendo sem o carinho e a presença paterna e tornou-se revoltado com a vida e qualquer outra figura masculina que se aproximava dele o seduzia com facilidade até que se tornou refém de um traficante de drogas, enquanto o pai indiferente seguia sua vida.

História 5B – Efeitos indesejáveis

Passados cinco anos da narração anterior, a mãe do garoto já havia se juntado a outros homens e tido outros filhos dos quais aufere rendimentos através de pensões alimentícias, enquanto o pai, que perdeu seu emprego, mas não a habilidade de fazer filhos, continuava a frequentar salas de audiências em busca de revisões para suas pensões de cujos filho's nunca quis se aproximar. Agora, o filho, fruto do relacionamento de ambos, que ensejou toda essa estória, ninguém mais soube nada, incluindo eu. Deve ter se tornado um traficante, ou morrido de overdose ou quem sabe, se recuperado e fazendo filhos por aí, tal pai e tal mãe.

Terceira entrevista coletiva (P6, P7, P8)

Neste dia, passei a manhã toda aguardando que alguns dos participantes se tornassem eventualmente disponíveis, pois estavam todos realizando atendimentos. Quando já pensava em ir embora, perto do meio-dia, a chefe do serviço me chamou avisando que eu poderia fazer mais uma entrevista. Foi um encontro com três participantes, que tinham acabado de se desocupar.

Quando apresentei a proposta, percebi que ficaram surpresos com a solicitação do desenho. Não perguntaram nada, mas permaneceram pensando por um tempo. Depois, iniciaram o trabalho e até conversaram entre si: “eu vou identificar quem é o homem e quem é a mulher”. A outra respondeu: “eu não, pois já encontrei casal em que a mulher é preocupada com os filhos e o homem

só quer saber do dinheiro e da briga, e também já vi casos em que o homem está preocupado com as crianças e a mulher não. Então, tanto faz.”

Uma participante que acabou a primeira história e viu as outras ainda escrevendo, perguntou alto se era muito sintética e acabou justificando: “é que eu sou advogada e acabo sendo mais direta, não sou de explorar muito os detalhes”. Com esse comentário dela, lembrei-me da diversidade de perfis dos mediadores judiciais e das várias vezes que ouvi conversas em que abordavam a profissão de origem, ou também, a faculdade que estavam cursando⁴⁴. Trata-se de uma área interdisciplinar em que há muitas trocas, mas, na maioria dos casos, os mediadores judiciais eram bacharéis em direito. Lembrei-me também de que, ao contrário dela que se dizia rápida por ser “direta”, quando eu atuava como conciliadora, tinha enorme dificuldade de realizar as audiências dentro do tempo previsto pelo serviço. Eu, particularmente, ficava aliviada quando havia alguma falta dos usuários do serviço, pois sentia necessidade de dedicar mais tempo na audiência de cada família ou casal.

Ao final do procedimento, as participantes comentaram sua grande surpresa com a natureza da proposta, muito diferente do esperado, mas que teria sido fácil realizá-la. Iniciaram uma conversa bem interessante sobre as mudanças que vêm observando nos casais: se antes era sempre a mulher que estava correndo atrás dos filhos com a sacola nos ombros, hoje já se observam mais homens envolvidos com os filhos, assumindo vários cuidados. Uma delas comentou: “antes, as mulheres choravam na mediação por causa dos filhos e, hoje, já vemos homens lutando pela guarda, fazendo questão de conviver com os filhos e até chorando nas audiências”. Finalizamos a conversa ao redor do tema, trazido por todas, de como é importante estar atento à forma como cada família se organiza, pois existem muitas configurações possíveis, homens e mulheres já não assumem os mesmos papéis de antes.

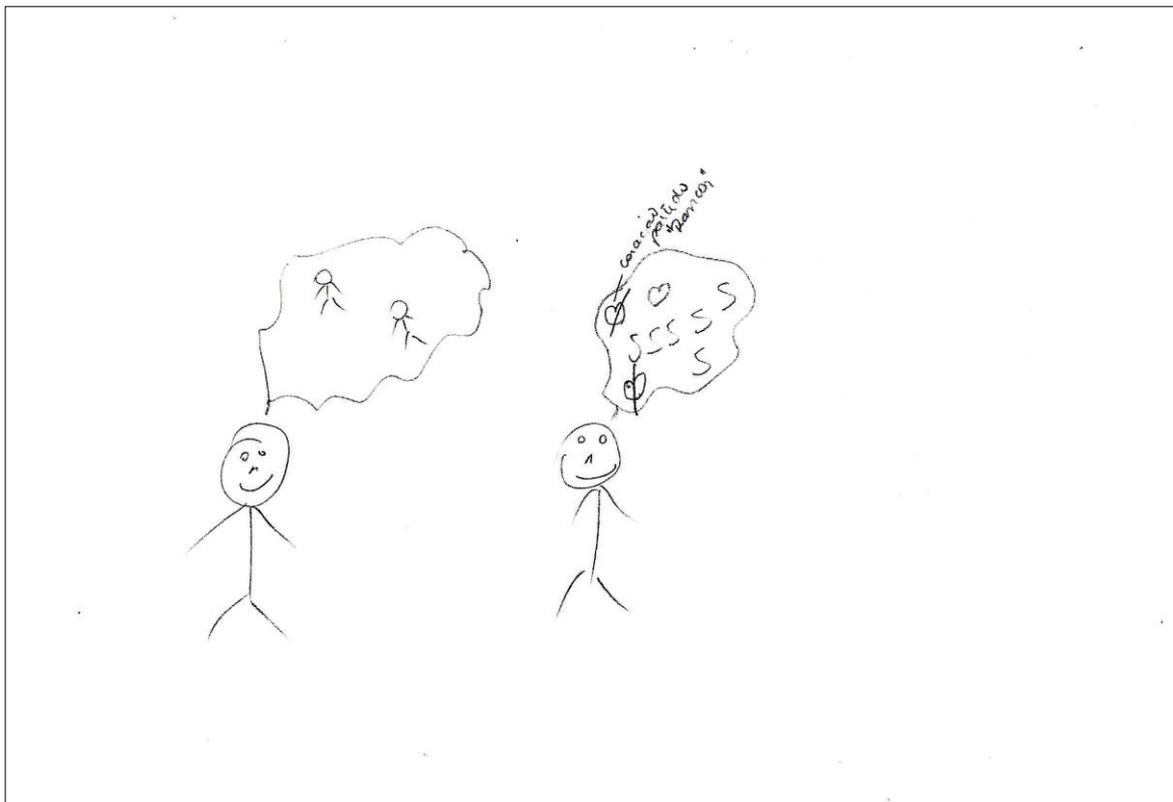
Antes de encerrar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Duas das participantes, que eu já conhecia, comentaram que

⁴⁴ Quando fiz o curso de capacitação, o pré-requisito para inscrição era ter feito algum curso de nível superior ou estar matriculado, ou seja, ser estudante universitário de qualquer área.

acharam a pesquisa interessante e me desejaram sucesso no doutorado. Eu agradei a disponibilidade e participação delas.

Produção 6

Participante de sexo feminino, 41 anos



História 6A – Conflito de Interesses ou bem Estar dos filhos

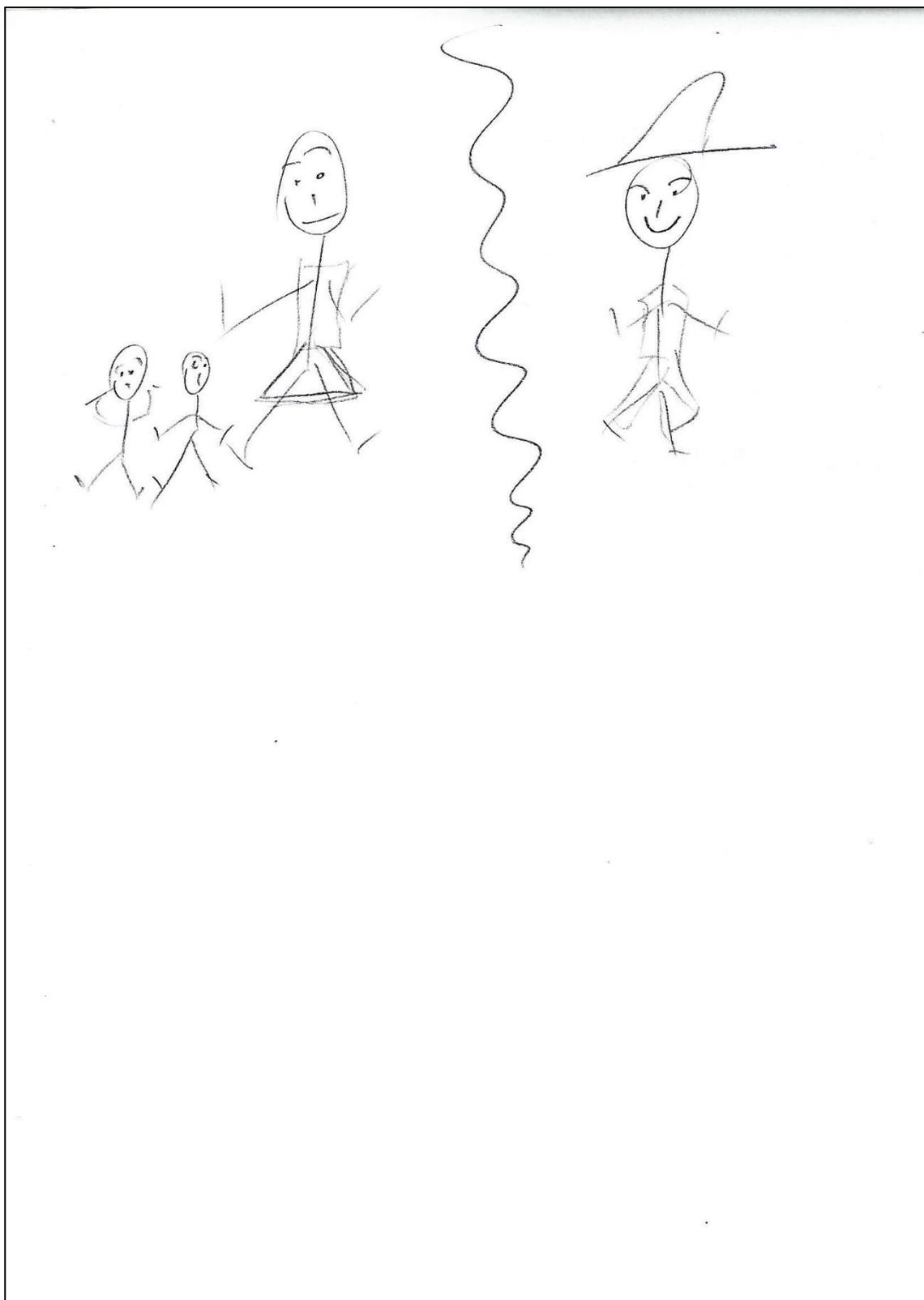
Casal com 2 filhos, em que uma parte quer separar-se e outra não e assim uma pensa bem no estar dos filhos e a outra apenas em achar meios para “ferir” ou para “reconquistar” o parceiro.

História 6B – O tempo cura

filhos agora adolescentes com idades entre 13 e 16 anos estão na companhia do pai desde a separação do casal e a mãe acabou por entender que o bem estar dos filhos vem em primeiro lugar, assim manteve as visitas e participou da vida dos filhos que hoje estão emocionalmente equilibrados e vivendo harmoniosamente com ambos os pais.

Produção 7

Participante de sexo feminino, 58 anos



História 7A – As entrelinhas da vida

O pai ausente não quer pagar e nem conviver com os filhos. A mãe afetiva, que faz tudo para os filhos em busca de ajuda financeira para melhorar a vida dos filhos.

O pai não quer pagar, querendo se livrar da obrigação para viver e curtir o melhor da vida. Muitas brigas e discussões...

História 7B – Decorrido 5 anos.

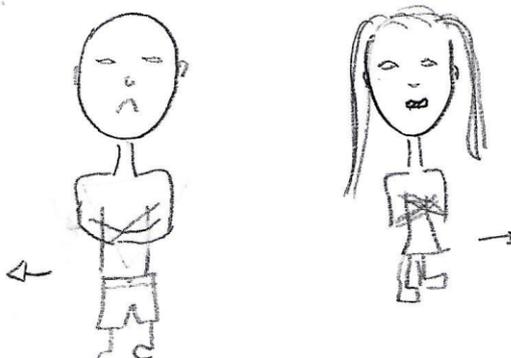
O pai continua o mesmo bom vivan.

Os filhos cresceram bem cuidados pelo esforço da mãe e não reconheceram o pai por este não ter sido presente na vida das crianças. A mãe orgulhosa por ter conseguido dar o melhor para os filhos, mesmo com sacrifício.

O sacrifício é compensado pelo sorriso.

Produção 8

Participante de sexo feminino, 36 anos



The illustration shows two simple stick figures. On the left is a man with a bald head, a small body, and a sad expression. On the right is a woman with long hair, a small body, and a neutral expression. They are standing apart, with arrows pointing away from each other, symbolizing separation or divorce.

Disputa de ego

Após alguns anos de união desilusão, bugs e desentendimentos mais um casal inicia o processo de separação.

Ambo procuram um advogado com a finalidade de serem ouvidos e quem defendam seu ponto de vista.

Após o contato inicial que se deu na audiência de conciliação o casal ainda disputam na justiça uma sentença que declarem quem é o grande culpado dessa botolha de ego.

①

História 8A – Disputas de egos

Após alguns anos de união desilusões, brigas e desentendimentos mais uma casal inicia o processo de separação.

Ambos procuram um advogado com a finalidade de serem ouvidos e que defendam seu ponto de vista.

Após o contato inicial que se deu na audiência de conciliação o casal ainda disputam na justiça uma sentença que declarem quem é o grande vencedor dessa batalha de egos.

História 8B – Cegos

Após 5 anos ao casal ainda tomados pelo sentimento de perda procuram a cada momento um falha ou erro do ex-conjuge. Sem conseguir entender que o objeto num processo judicial de disputa de guarda é o bem estar maior da “criança” eles ainda tentam suprir seu sentimento de culpa e perda de tempo com a disputa pela guarda. Acreditam de ganhar uma disputa judicial irá acariciar o ego.

Quarta entrevista coletiva (P9, P10)

Tendo reservado um horário na minha agenda para realizar a quarta entrevista, dirigi-me ao CEJUSC numa quarta-feira. Entretanto, nesse dia, não havia participantes disponíveis. Voltei no dia seguinte e, aí sim, pude entrevistar dois mediadores judiciais, sendo um homem e uma mulher. Um deles estava preocupado com o horário, então tentei deixá-lo à vontade para escolher ficar ou não. Ele acabou participando, mas de forma apressada. Fez o desenho, escreveu a primeira história e, quando pedi a segunda história, percebi que já estava bem incomodado. Acabou escrevendo apenas uma frase nesta segunda história e disse: “é tudo a mesma coisa!” Quando perguntei a que se referia, entregou-me o desenho e as histórias dizendo que “quando um casal se separa, sempre falta dinheiro, aí é difícil de resolver a situação!”. Como já havia acabado, pediu licença para sair da sala para iniciar seu trabalho. Antes de sair, assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Eu me senti desconfortável com essa situação, com uma forte sensação de que estava atrapalhando a

programação do participante, apesar de eu ter claramente comentado que não haveria problema se ele não quisesse ou não pudesse participar.

A outra mediadora judicial, ao contrário, estava tranquila em relação ao tempo e, além disso, foi avisada sobre o cancelamento de suas audiências naquela manhã por motivo de falta do ex-casal. Ela ainda estava terminando a segunda história quando o colega saiu. Depois que ela finalizou a história e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conversamos longamente. Ela, que trabalhava com mediação há muitos anos, contou que o desenho e as histórias que produzira foram baseados numa experiência muito marcante que ela tivera há mais de dez anos. Pôs-se a contar essa história:

“Era um casal que veio para mediação, mas eles ainda se gostavam, segundo eu pude perceber. No começo, estava aquela briga sem fim – você sabe como é – e eu deixei os dois falando. Costumo deixar este livre no início, eles precisam ter um tempo para conversar, mesmo que um fique acusando o outro. É lógico que precisa haver um limite. Marquei algumas sessões e, aos poucos, fui conversando com eles. O casal era jovem, ele tinha 21 anos e já estavam com três filhos. Tinham começado a namorar aos 15 anos e acabaram casando. A mulher não tolerava a forma como ele tratava os filhos, batia muito nas crianças, mas percebi que ainda gostava dele. Ela me contou isso no caucus⁴⁵. Quando foi a vez dele, perguntei como tinha sido sua infância e ele me contou que apanhava muito do pai. Perguntei para ele se estava percebendo que vinha fazendo o mesmo com os filhos. Ele não tinha feito esta ligação e ficou muito tocado com isso. Fiz com eles algumas sessões a cada quinze dias, então pude acompanhar durante algum tempo. O rapaz mudou muito sua forma de tratar os filhos, o que quer dizer que a mediação foi mesmo transformadora para eles. Depois, no final da mediação, eles decidiram continuar casados e me contaram que ninguém nunca conversou com eles como eu fiz, que os aconselhamentos foram ótimos. Este caso não seria resolvido dentro de um

⁴⁵ Durante o processo de mediação, pode haver momentos em que o mediador propõe reuniões privadas, ou seja, atende individualmente cada um dos envolvidos na demanda, mediante combinação prévia. Estas reuniões, também conhecidas como cáucus, podem ter diversas finalidades: acesso ao discurso de cada um sem a interferência da presença do outro; fazer reflexões destinadas a solucionar impasses; identificar a pauta subjetiva da questão apresentada (Almeida, 2014).

contexto convencional, um juiz não teria como ajudar, porque o problema não era jurídico.”

Fiquei envolvida ouvindo a história que ela contava com muita calma. Lembrei-me do outro participante e pensei que aquela entrevista havia reunido duas pessoas - e profissionais - bem diferentes.

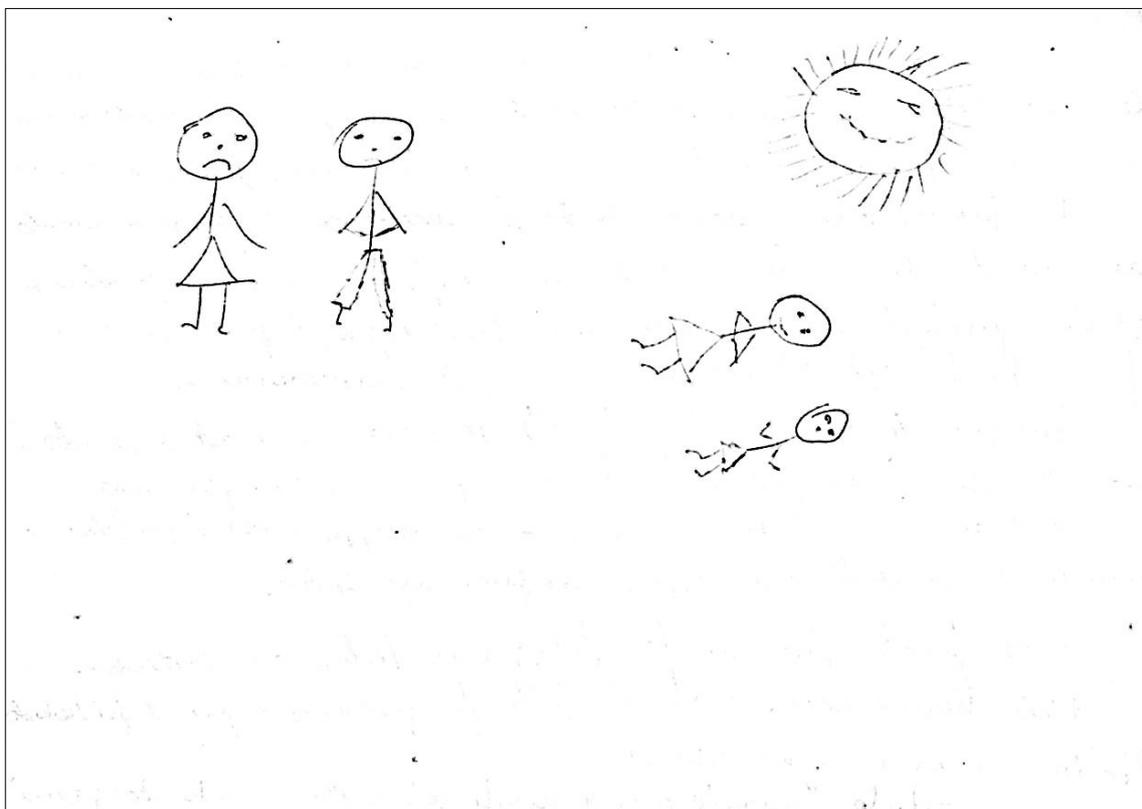
Depois, contou ainda sobre outro processo de mediação bem marcante:

“O juiz da cidade X me procurou para encaminhar uma família pois não sabia mais o que fazer e me disse: ‘se der certo, iniciamos um serviço de mediação aqui’. Só pensei no tamanho da responsabilidade, mas topei. Nos colocaram numa salinha muito pequena e sem janela, mas resolvi encarar. No primeiro encontro, o homem chegou primeiro e ficamos esperando a mulher que estava atrasada. Ela chegou depois, entrou na sala uniformizada, era policial e estava até armada. Percebi que, se tirasse a arma daquela mulher ela não ia ficar bem, aquilo era tudo que ela tinha para enfrentar a situação difícil, estava literalmente armada! Mas comecei a audiência mesmo assim, com um pouco de medo, mas tudo bem. Durou duas horas e meia, só fizemos um intervalinho para tomar água pois nem eu estava aguentando ficar naquela sala sem janela. Eles brigaram bastante, ela tinha traído o marido e ele também já tinha uma história deste tipo. Uma situação difícil! No segundo encontro, ela veio novamente armada. Apenas no terceiro encontro ela veio com roupa normal e parecia outra pessoa, tanto na aparência como no comportamento. Neste dia, eles conseguiram conversar e pensar sobre o que eles queriam para o filho deles. Foram quatro encontros ao todo e acabaram decidindo pela guarda compartilhada, para que o menino pudesse conviver com os dois. Eles agradeceram muito no final pois disseram que puderam encontrar uma solução que foi melhor para todos. Dito e feito: deu certo a mediação, e o juiz inaugurou o serviço lá, isso foi bem legal.”

Confesso que fiquei tocada pelo relato dessa participante que falava com muita delicadeza e encanto sobre essas situações que vivenciara. Era visível a paixão que ela tinha pelo trabalho como mediadora! Senti que estava sendo muito generosa de compartilhar essas experiências, o que comuniquei a ela. Por outro lado, ela também me agradeceu pela conversa.

Produção 9

Participante de sexo feminino, 56 anos



História 9A – Quando o inconsciente atrapalha a vida das pessoas

O casal divorciando, embora se gostassem muito, contudo a vida conjugal estava se tornando insuportável, visto que o marido batia muito nos filhos. A mulher ã aguentando mais, pediu o divórcio.

No forum, foram encaminhados para mediação e foi perguntado ao marido, como havia sido sua infância e ele respondeu que tinha apanhado muito e que as atual esposa é que curava os ferimentos dele qdo ele apanhava, pois, já namoravam.

Questionado novamente então: “E vc percebeu que estava fazendo o mesmo com seus filhos?” Ele disse que ã havia percebido.

Disse que nunca teve o carinho do pai, pois este é militar e nunca tinha dado um abraço sequer no filho.

Este final foi muito feliz em todos os sentidos.

Não houve divórcio! O filho foi procurar o pai e foi recebido c/ todo amor e muitos abraços.

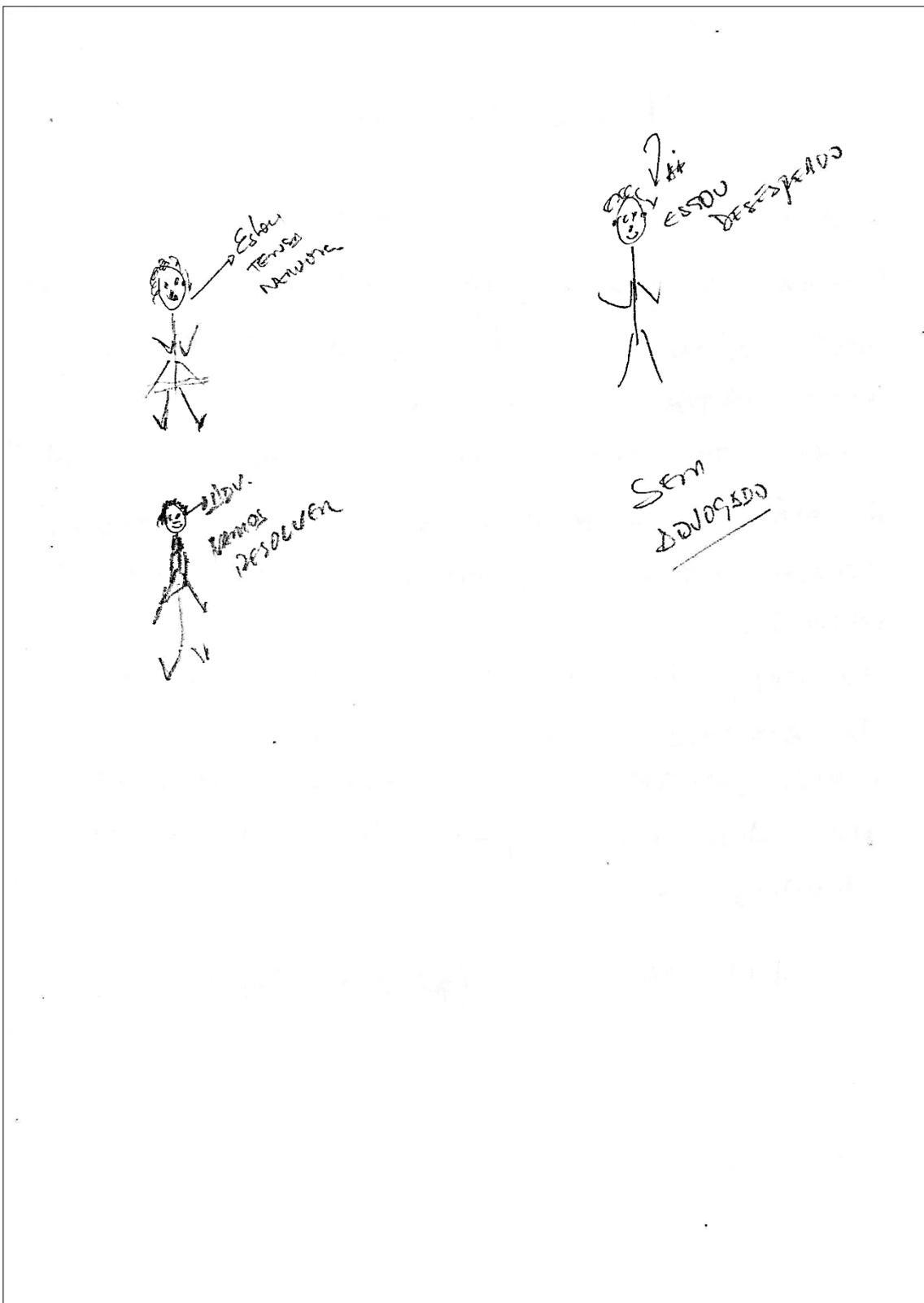
História 9B – Para tudo se tem uma solução. Basta querer.

Cinco anos depois, o casal ainda vivem juntos, tiveram mais um filho. Aprenderam muito c/ a mediação. Aprenderam a dialogar e tentar resolver os conflitos de uma maneira mais tranquila e pacificadora.

O pai do rapaz, que fez as pazes c/ o filho e conheceu os dois netos agora com três netos, e muito feliz por ter dado ao filho e netos todo carinho e recebido também.

Produção 10

Participante de sexo masculino, 58 anos



História 10A – Falta de dinheiro

A mãe contrata advogado para cobrar a pensão para o filho, o advogado todo atencioso atende e estimula a mãe para entrar mesmo, o advogado está pensando no bem estar dele (adv) A mãe estava pensando somente no bem estar dela, o filho fica em segundo plano.

O pai, desesperado não tem condições de arcar com as despesas dele e mais pensão. O que fazer? para ajudar não tem condições de contratar um advogado.

Enfim..... Falta de dinheiro

História B – Falta dinheiro

Após 05 anos a situação continua a mesma, o pai acabou sendo preso por não pagar a pensão e a disputa continua.

Quinta entrevista coletiva (P11, P12)

Voltei ao CEJUSC, no mesmo dia da quarta entrevista, no meio tarde, para ver se conseguia realizar mais uma entrevista antes do final do expediente, na esperança da ocorrência de algum tempo livre por não comparecimento de usuários. A chefe do serviço se pôs a ajudar a encontrar dois mediadores judiciais que estivessem livres ao mesmo tempo, mas estava difícil. Eles encerravam as audiências e tinham que sair para outro compromisso, até que um deles se propôs a esperar para fazer a entrevista, aguardando que algum outro ficasse livre. Nesse momento, fiquei desejando encontrar alguém que realmente tivesse disponibilidade e interesse.

Quando uma escrevente me avisou de que haveria mais uma pessoa disposta a participar, fomos, aquele mediador, que estava aguardando que outro profissional se tornasse disponível, e eu, para uma sala de audiência que estava livre para aguardar. Enquanto isso, o participante contou-me que havia se formado em direito há poucos anos. Isso me chamou a atenção, pois ele já era um senhor. Quando começava a me contar que trabalhara com imóveis durante muitos anos, chegou o outro participante. Fiquei surpresa, pois era outro homem e eu estava acostumada a encontrar mais mulheres nessa função. Lembro-me

de ter assistido poucas audiências conduzidas por homens durante o período em que fizera estágio. Convidei o recém-chegado a sentar e me apresentei, bem como contei que estava fazendo entrevistas para uma pesquisa de doutorado.

Depois de estarmos todos acomodados junto a uma grande mesa retangular, entreguei uma folha sulfite e um lápis grafite para cada um. Aquele que chegou depois, fez o desenho mais rapidamente e aguardou um pouco até que eu desse a orientação em relação à realização da história. Quando solicitei a segunda história, percebi que ele ficou com um “ar de perdido”. Ele comentou, ao final, que achara fácil fazer o desenho, mas se surpreendera com o pedido da história, teve que reorganizar as ideias. Depois, surpreendeu-se novamente com o pedido da continuidade 5 anos depois, pois, em sua “cabeça”, já tinha finalizado a história. Mas disse que gostara da experiência. Depois de fazer esses comentários, pediu licença para sair.

O outro participante, sem pressa alguma e mostrando grande interesse, disse que gostara da proposta. Quis saber um pouco mais sobre a pesquisa, se era para um curso de psicologia e eu confirmei, dizendo que era uma pós-graduação na área de psicologia na PUC de Campinas. Ele acabou me contando que tinha uma filha psicóloga e achava essa área muito bonita. Quando questionei sobre o que ele achava bonito nessa área, passou a falar da dificuldade de fazer as pessoas conversarem quando apresentavam um conflito. Então, ele dirigiu o olhar para seu desenho e eu o acompanhei. Virou o desenho colocando-o de frente para mim e seguiu contando que ao fazer direito, logo se interessou pela conciliação⁴⁶. O desenho me fez lembrar de algumas aulas do curso de capacitação, quando explicavam que a configuração da sala de audiência é bem diferente daquela utilizada na justiça tradicional, justamente para favorecer um outro tipo de comunicação, mais informal e direta, entre as partes e os mediadores judiciais. Nessas aulas, havia desenhos de esquemas mostrando a interação entre as pessoas ao redor de uma mesa. O desenho dele era um esquema do mesmo tipo, apesar de ter outros detalhes.

Ele continuou falando. Fez duras críticas ao modo como os advogados conduziam os casos, muito voltados para seus ganhos pessoais e estimulando

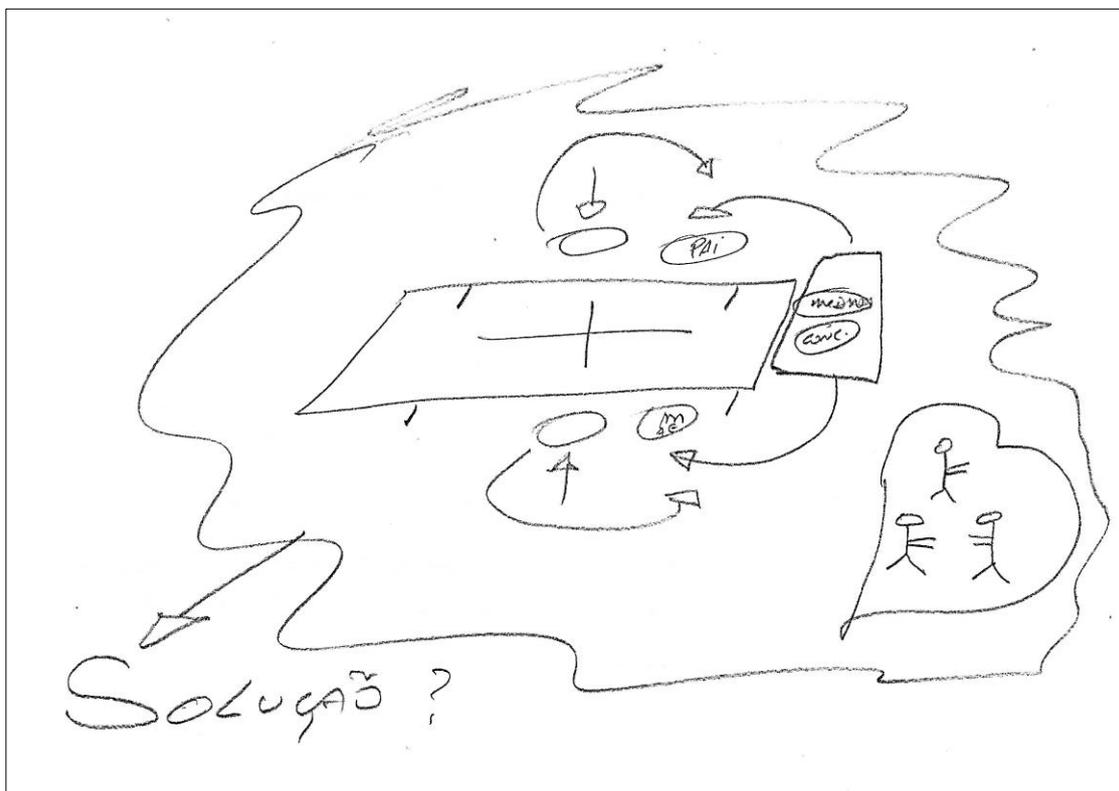
⁴⁶ No caso desse participante, a palavra conciliação parece ser preferida em função de um posicionamento crítico ao incentivo do litígio, que ele percebe com clareza.

o embate. Disse: “na minha opinião, os advogados deveriam trabalhar de maneira mais colaborativa”, e eu imediatamente concordei, lembrando-me das várias vezes em que presenciara cenas de advogados incitando o embate, mesmo dentro de audiência de conciliação ou mediação. Continuamos a conversa e esse participante foi contando sobre seu encantamento com a conciliação que, do ponto de vista dele, não resolvia tudo, mas era mais interessante que o litígio. Comentou também que vinha trabalhando com a conciliação em conflitos dentro de condomínios, o que o deixava satisfeito, pois, assim, aproveitava a experiência de trabalho que já tinha na área imobiliária.

Finalizei a entrevista pensando sobre o perfil do jurista que escolhe trabalhar como mediador judicial. Apesar de fazerem um curso que, de forma predominante, estimula o litígio, optam por um método de solução de disputas diferente e que, ainda hoje, costuma ser considerado “alternativo”, tendo em vista a maneira como são nomeados: Métodos Alternativos de Solução de Disputas (MASC) ou Alternative Dispute Resolution (ADR).

Produção 11

Participante de sexo masculino, 65 anos



História 11A – Adequação – Ajuste

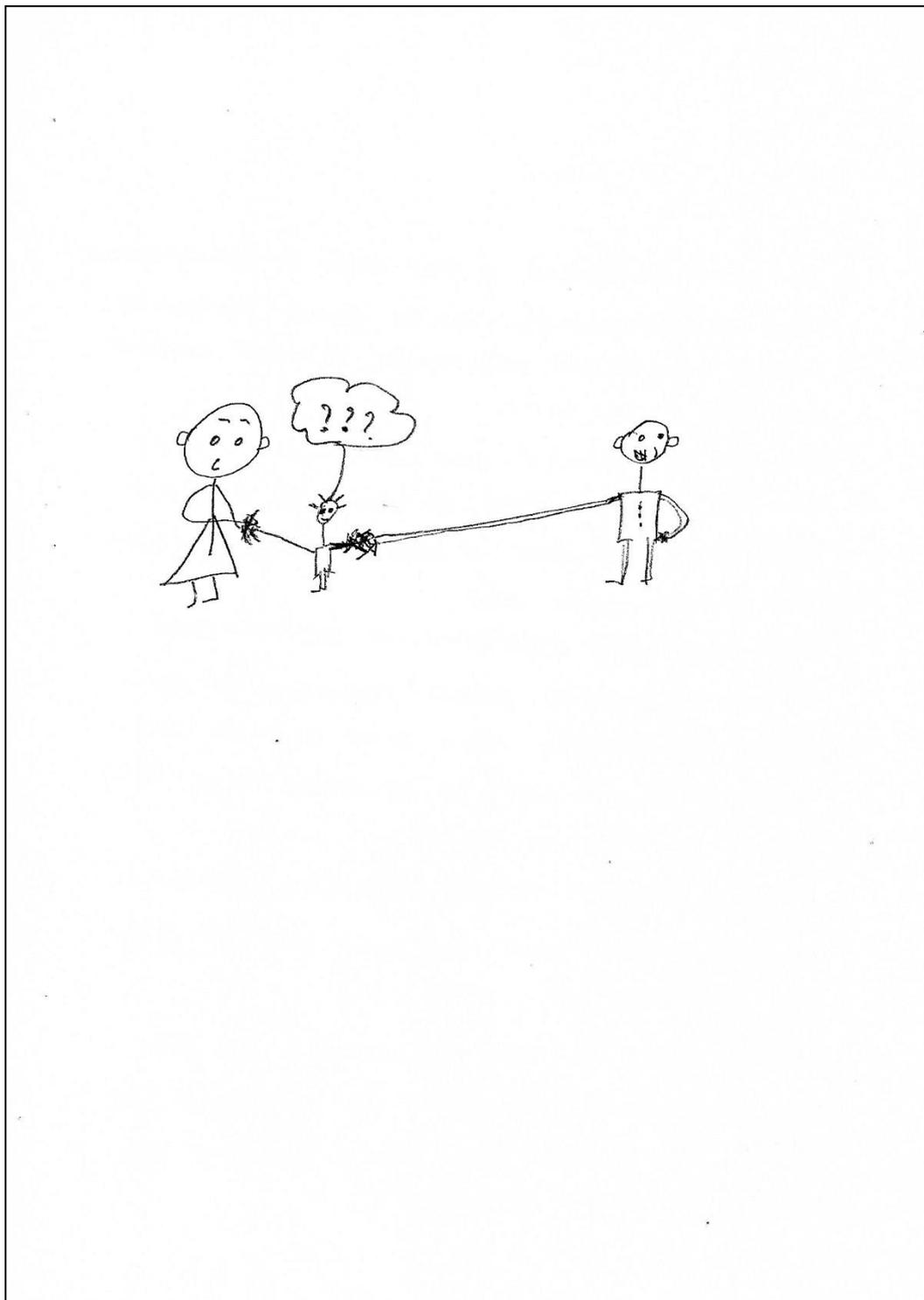
- *Sem estrutura adequada, família se desagrega e procura a justiça, para solucionar a questão – justiça colaborativa. _ _*
- *Filhos menores em desespero e insegurança, ficam em desalento, aguardando solução negociada e não sabem o que virá de resolução. _ _ _*
- *Pais em desacordo procuram e olham só a sua individualidade e interesses particulares.*
- *Advogados podem ajudar, sendo colaborativos mas em geral, conturbam a solução do conflito, influenciando as partes. _ _*

História 11B – 5 anos após

- *Família desagregada, com homologação da guarda com a mãe ou tutor*
- *Filhos cresceram com desequilíbrio psicológicos pela falta dos pais separados/divorciados _ _ _ Precisam de tratamento psicológico*
- *Advogados não mais aparecem em cena pois finalizaram seus préstimos há 5 anos atrás*

Produção 12

Participante de sexo masculino, 57 anos



História 12A – É meu!

Eu não entendia o que estava ocorrendo! Essa afirmação foi feita pelo pequeno Pedro, diante das constantes brigas entre seu pai e sua mãe.

Em seu “mundinho” era incompreensível tantas brigas, mas o que o Pedro não sabia é que o motivo das brigas era exatamente ele.

Seu pai não aceitava a separação

E como motivo para forçar o convívio novamente com sua esposa, passou a “disputar” a guarda do Pedro.

Hoje, passado essas brigas, Pedro entende que era apenas um objeto de disputa.

Sente falta da companhia do pai e acha que sua mãe é infeliz por saber que ele foi prejudicado por uma disputa judicial.

História 12B – Era meu!

Hoje, tanto tempo depois da ocorrência dos fatos narrados, sou uma pessoa com uma experiência vívida no afã de um pai, que não media consequências para tentar atingir um objetivo.

Não importou-se em o que poderia ocorrer comigo. Seu egoísmo deixou um trauma que carrego até hoje. Hoje não convivo com meus pais; vivo com minha vó que foi meu porto seguro e me proporcionou eu está aqui agora.

Capítulo 5

Dramáticas Conscientes e Campos de Sentido

Quando cumprimos as tarefas exigidas pelo procedimento investigativo de apreciação das dramáticas do viver, que se apresentavam no campo da consciência dos participantes, e pelo procedimento investigativo de interpretação psicanalítica dos desenhos e das histórias, produzidos pelos participantes, chegamos aos resultados da presente pesquisa, que apresentaremos neste quinto capítulo.

Tanto dramáticas conscientes como campos de sentido afetivo-emocional consistem em atos humanos, que apresentam a mesma natureza ontológica. Entretanto, diferem entre si na medida em que as dramáticas do viver apresentam-se ao campo da consciência, enquanto os campos de sentido afetivo-emocional são basicamente vivenciais e não conscientes. Assim, podemos afirmar, usando a expressão de Bollas (1987), que os campos estão relacionados à experiência vivida, mas não pensada, por corresponderem a movimentos que não aportaram no campo da consciência – fenômeno que não surpreende em absoluto, uma vez que a experiência sempre transborda a capacidade humana de reflexão⁴⁷.

De todo o modo, é importante lembrar, principalmente quando visamos produzir conhecimento compreensivo, que não apenas contribua para o aprimoramento da atenção psicológica clínica, em vertentes preventivas e interventivas, mas também para a qualidade dos debates no âmbito dos movimentos sociais, que o que permanece não reconhecido e não percebido pode vir a se articular de modo produtivo, criativo e transformador como aquilo que é conscientemente considerado.

Tendo em vista facilitar a leitura, o presente capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, focalizamos as dramáticas conscientes, vale dizer, aquilo que se apresenta ao campo da consciência dos participantes. Na segunda, apresentamos os campos de sentido afetivo-emocional, que são os substratos

⁴⁷ Destacamos que, de acordo com a psicologia psicanalítica concreta, o campo da consciência corresponde a uma pequena parte do campo psicológico ou campo de sentido afetivo-emocional, já que a experiência vivida é sempre incomensuravelmente maior do que aquilo que é passível de ser elaborado pela consciência reflexiva. Essa visão pode ser considerada bastante próxima daquela cultivada por psicanalistas intersubjetivos, que aderem a teorias dramáticas, como Stolorow (2011).

não conscientes, intersubjetivamente produzidos, a partir dos quais emergem as condutas imaginativas dos participantes, que se expressam nos desenhos e histórias que constituem o material da presente pesquisa.

Dramáticas Conscientes

Iniciaremos essa exposição, apresentando as dramáticas conscientes, ligadas à separação, que se fizeram presentes no campo da consciência dos participantes. Para isso, elaboramos a Tabela 2:

Tabela 2

Dramáticas conscientes, produções e número total de produções onde apareceram

Dramáticas conscientes	Produções	Número de produções
Separação conjugal	Todas	12
Parentalidade: Filhos	Todas	12
Relação com ex-cônjuge	Todas	12
Problemas financeiros	P1, P3, P4, P5, P6, P7, P10	7
Motivos da separação	P1, P7, P8, P9	4
Novos relacionamentos	P1, P2, P5	3
Reconciliação do casal	P9	1

Constatamos que todos os participantes fizeram menção explícita, na elaboração dos desenhos e histórias, à dramática consciente nomeada “separação conjugal”, mesmo que de diferentes formas: apontando as brigas, mostrando a reconciliação (P9), focando o processo de disputa de guarda e de bens ou a mediação. Ou seja, atenderam efetivamente à nossa solicitação e dela não se desviaram.

A dramática consciente nomeada “parentalidade: filhos” foi mencionada por todos os participantes, na medida em que todos referem a existência dos filhos, segundo formas mais ou menos detalhadas. Tais formas incluem forte tendência de colocar os filhos sob cuidados maternos. A cogitação de outras formas de guarda é francamente discreta no material como um todo. A questão das visitas aos filhos só é mencionada três vezes (P2, P4 e P6).

No que diz respeito à dramática consciente nomeada “problemas financeiros”, que a experiência clínica e de vida revelam ser quase sempre uma questão altamente relevante, foi mencionada por sete entre nossos 12 participantes. Há referência à preocupação em relação a como a questão financeira e a divisão de bens será conduzida e, em duas destas produções, há a sugestão de que a mãe iria beneficiar-se da pensão recebida pelos filhos, enquanto o pai ficaria sacrificado.

Chama a atenção o fato de serem poucos os participantes que se preocuparam em abordar a dramática consciente nomeada “situações que motivaram a separação”, já que somente são mencionados em quatro produções. Os motivos mencionados foram os seguintes: sentimento de ser menos amado, gerando a busca de novo relacionamento (P1), temperamento paterno pouco afeito a assumir compromissos e responsabilidade (P7), prazer em brigar durante o processo de separação (P8) e violência paterna contra os filhos (P9).

Notamos também, à luz da tabela 2, que poucas produções trazem a dramática consciente nomeada “novos relacionamentos pós-divórcio”. Essa configuração desperta interesse, sobretudo porque tivemos o cuidado, ao demandar a segunda história, de chamar a atenção para o futuro, num prazo de cinco anos. Voltaremos a ela oportunamente.

Por outro lado, a dramática consciente nomeada “relação com o ex-cônjuge” ocupa um bom espaço do campo da consciência dos participantes, aparecendo em todas as produções. Aqui, observamos duas configurações básicas, às quais retornaremos, que consistem em manutenção de relações belicosas ou sua superação em nome do bem-estar dos filhos.

Apresentamos, na tabela a seguir, as dramáticas conscientes, presentes ao campo da consciência dos participantes, associadas à guarda dos filhos e às visitas. Vale a pena lembrar, a bem da clareza, que a menção aos filhos, dada a divisão sexual do trabalho, nem sempre se explicita diretamente como referência à prática dos cuidados cotidianamente necessários. Portanto, a tabela 3, que apresentamos agora, constitui-se em detalhamento da dramática consciente nomeada “parentalidade: filhos” da tabela anterior.

Tabela 3

Dramáticas conscientes a “parentalidade-filhos”, produções e número total de produções onde apareceram

Dramáticas conscientes	Produções	Número de produções
Mãe tem a guarda dos filhos	P1, P2, P5, P7, P10, P11, P12	7
Pai tem a guarda dos filhos	P6	1
Guarda compartilhada	P4	1
Disputa pela guarda ⁴⁸ dos filhos não se encerra	P8	1
Não há divisão de guarda pois casal se reconciliou	P9	1
Só mãe cuida dos filhos	P7	1
Pai ajuda a mãe nos cuidados dos filhos	P2	1
Mãe participa dos cuidados dos filhos, quando o pai detém a guarda	P6	1
Nem pai, nem mãe efetivamente cuidam dos filhos	P3, P5, P8, P10, P11	5
Avó cuida do neto	P12	1

⁴⁸ Acreditamos que a expressão “disputa de guarda” seja frequentemente usada para designar o campo conflituoso em que se movem ex-marido e ex-mulher e não exatamente uma contenda visando assumir a responsabilidade pela guarda e cuidado dos filhos.

No que diz respeito à guarda dos filhos, a maioria das produções aponta a mãe como a detentora da guarda e, dentre estas, apenas uma se refere explicitamente às visitas do pai (P2). Observamos uma produção em que o casal acaba optando pela guarda compartilhada e outra em que o pai permanece com a guarda e as crianças recebem visitas da mãe. Há também uma produção em que a disputa de guarda parece seguir indefinidamente.

Quando analisamos indícios de cuidados efetivos dirigidos aos filhos, observamos duas produções em que o genitor não guardião auxilia o genitor guardião (P2 e P6), sendo interessante notar que independe de a guarda estar com o pai ou com a mãe. Além disso, percebemos uma produção em que os filhos são cuidados exclusivamente pela mãe (P7) e outra, em que o cuidado é efetivado pela avó (P12). Mas chama a atenção a identificação de cinco produções contendo um relato de falta de cuidado efetivo dos filhos, uma vez que eles ficam abandonados ou em segundo plano.

Uma vez que pudemos apreciar as dramáticas conscientes presentes no campo da consciência dos participantes, alcançando uma visão panorâmica inicial, ainda que não detalhada, do material, passamos, a seguir, a definir os campos de sentido afetivo-emocional produzidos interpretativamente.

Campos de Sentido Afetivo-Emocional

A consideração psicanalítica das produções dos participantes permitiu-nos criar/encontrar quatro campos de sentido afetivo-emocional que estão apresentados na Tabela 4. Estes campos são: “Quem cuida é a mãe”, “Pai presente”, “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”. Lembramos que cada campo de sentido afetivo-emocional se define por meio das crenças ou fantasias centrais, ao redor das quais se organiza, e passamos, a seguir, a enunciar suas definições. Essas, como sabemos, são habitualmente elaboradas a partir da identificação de um núcleo constituído por uma crença ou fantasia, sob cuja vigência as condutas manifestas, no caso desenhos e histórias, fazem sentido afetivo-emocional.

Tabela 4

Campos de sentido afetivo-emocional e suas definições

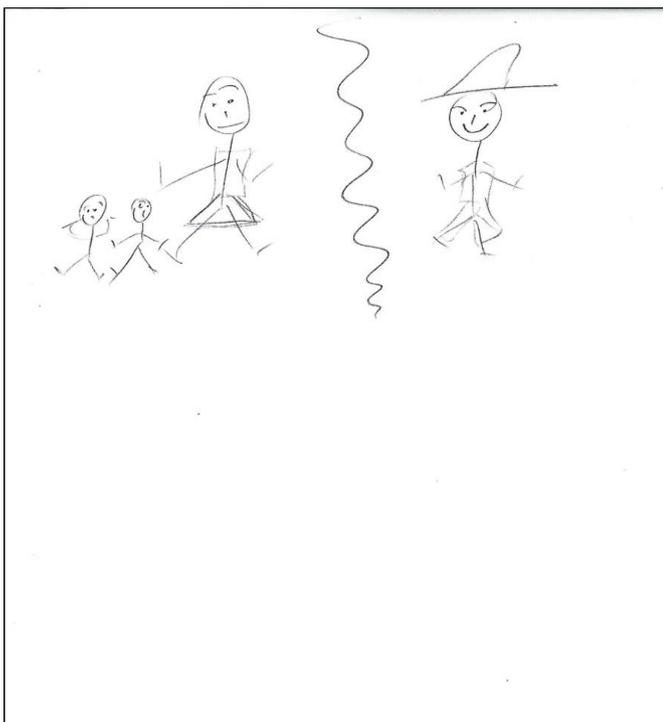
<i>Campo de sentido afetivo-emocional</i>	<i>Definição do campo</i>
“Quem cuida é a mãe”	Organiza-se ao redor da crença de que o cuidado infantil verdadeiramente bom é aquele exercido pela mãe biológica
“Pai presente”	Organiza-se ao redor da crença de que o cuidado infantil verdadeiramente bom é aquele do qual o pai também participa, seja dividindo tarefas básicas e diretas de cuidado da criança com a mãe, seja assumindo uma presença de apoio e ajuda
“Pais brigando, filhos prejudicados”	Organiza-se ao redor da crença de que um relacionamento conjugal, ou entre ex-cônjuges, baseado em brigas e disputas tem impacto negativo inevitável no desenvolvimento afetivo e relacional dos filhos
“Pais dialogando, filhos preservados”	Organiza-se ao redor da crença de que um casal, ou ex-casal, que cultiva relações amistosas e colaboradoras proporciona um ambiente favorável para o bom desenvolvimento dos filhos

Passaremos, agora, para consideração dos campos de sentido afetivo-emocional “Quem cuida é a mãe” e “Pai presente” que respondem diretamente à pergunta “como imagina que pai separado e mãe separada se relacionam com os filhos”, que estava implícita na solicitação aos participantes de que desenhassem e inventassem histórias sobre “uma família que chega para

mediação, em processo de dissolução do casamento e disputa de guarda dos filhos”.

O campo que identificamos como “Quem cuida é a mãe” traz a centralidade dos cuidados dos filhos ligados à figura materna. Assim, caberia à mãe, depois da separação, a função de acolher os filhos em sua casa e assumir quase todos os compromissos e responsabilidades relativos às crianças e adolescentes que ainda dependem deste suporte.

Observamos diversas produções em que, já no desenho, estava configurada a situação dos filhos ao lado ou bem mais próximos da mãe, o que muitas vezes se confirma com histórias em que a criança vive sob a responsabilidade materna. A produção a seguir representa bem o tipo de conduta emergente desse campo:



Desenho (P7)

Neste desenho, parece haver um movimento partindo da própria mãe no sentido de proteger os filhos, afastando-os do pai. Assim, fica evidente que, diante do rompimento do vínculo conjugal, a mãe assume a função de cuidados aos filhos. Se observarmos as expressões faciais dos filhos e da mãe, temos a

impressão de que estão apreensivos, enquanto figura do pai parece apresentar um sorriso maldoso.

Essa mesma produção mostra que, além de se afastar, o pai não assume as responsabilidades financeiras relacionadas ao sustento dos filhos, enquanto que a mãe se mantém comprometida com o atendimento de suas necessidades emocionais e materiais:

O pai ausente não quer pagar e nem conviver com os filhos. A mãe afetiva, que faz tudo para os filhos em busca de ajuda financeira para melhorar a vida dos filhos. O pai não quer pagar, querendo se livrar da obrigação para viver e curtir o melhor da vida. Muitas brigas e discussões... (P7)

Mais um trecho da mesma produção retoma o afastamento do pai e valoriza o papel da mãe que, sozinha, luta para garantir boas condições de vida para seus filhos. Parece haver, nesta história, a ideia de que apenas a presença da mãe basta como garantia do bem-estar e do futuro dos filhos.

Os filhos cresceram bem cuidados pelo esforço da mãe e não reconheceram o pai por este não ter sido presente na vida das crianças. A mãe orgulhosa por ter conseguido dar o melhor para os filhos, mesmo com sacrifício. O sacrifício é compensado pelo sorriso. (P7)

Observamos, em outra produção, o relato de que a própria justiça atua no sentido de considerar a mãe como responsável pelos cuidados, sem sopesar aspectos específicos de cada contexto familiar. A decisão judicial parece contribuir para o afastamento do pai que, com o rompimento conjugal, deixa de conviver com os filhos.

Ocorreu que não entraram num entendimento acerca disso [da guarda dos filhos] e o caso foi parar nas mãos de um juiz que, baseando-se nos casos anteriores e no que costumava decidir, deu a guarda para a mãe com visitas quinzenais para o pai. A partir daí o pai, insatisfeito, nunca mais quis saber do filho e nunca foi vista-lo. (P5)

Um aspecto interessante que merece ser ressaltado é que, mesmo que exista claramente, no material, a expectativa de que a mãe exerça de modo direto os cuidados dos filhos, nem sempre é ela quem realiza efetivamente tais cuidados. Na produção acima citada (P5), apesar do juiz atribuir a guarda do

filho à mãe, não há na história menção aos cuidados maternos. Ao contrário, a mãe aparece como uma figura irresponsável, que continua tendo filhos em relacionamentos diferentes, um após o outro. Nesses casos, observamos na experiência clínica que, muito frequentemente, o cuidado direto passa a ser exercido por uma pessoa de sexo feminino, a avó ou a empregada doméstica ou babá, mas não o pai.

Sobressai, assim, de modo muito claro, nesse imaginário coletivo, a noção de que os atos de cuidado, propriamente ditos, são função materna, valendo, entretanto, chamar a atenção de que não surge o que, há algumas décadas, caracterizava a divisão sexual segundo uma fórmula que poderia ser sintetizada como “quem cuida é a mãe e quem sustenta é o pai”, já que normalmente a mãe está inserida no mercado de trabalho. Aliás, vimos que a dramática consciente do viver financeiro é explicitamente referida, mas não vista como obrigação paterna, chegando, ao contrário, a ser considerada como uma exploração indevida do ex-cônjuge pela mulher. Portanto, a parentalidade contemporânea figura, no material que ora estudamos, sob forte destaque das obrigações maternas. Enquanto pessoa que faz jus a cuidados, a criança é obrigação materna, sendo que a mãe deve acumular obrigações de sustento dos filhos, parcial ou totalmente.

Numa direção muito diversa, está o campo de sentido afetivo-emocional nomeado “Pai presente”, em que há a fantasia de que o cuidado infantil verdadeiramente bom é aquele do qual o pai também participa, seja dividindo tarefas básicas e diretas de cuidado da criança com a mãe, seja assumindo uma presença de apoio e ajuda. Sendo assim, o pai poderia participar efetivamente exercendo atos de cuidado direto dos filhos, assumindo-os enquanto a mãe está ausente, ou se mostraria presente por permanecer nos mesmos espaços⁴⁹ físicos que os filhos, em interações que não envolvem especificamente tais atividades de cuidado, mas ainda assim assumindo uma função importante do ponto de vista afetivo. Emergem, a partir desse campo, algumas produções, porém em menor número do que aquelas emergentes do campo anterior, mas

⁴⁹ Aqui, a ideia de presença do pai nos mesmos espaços frequentados pelos filhos corresponde ao conceito de campo geográfico ou ambiental, teorizado por Bleger (1963/2007), entendido como aquele que pode ser objetivamente descrito por um observador relativamente exterior ao acontecer em apreciação.

que representam uma tendência importante que vem se mostrando mais significativa em nossa cultura contemporânea.

Em uma das produções, no período pós-divórcio, ocorre uma movimentação da condição de guarda unilateral da mãe com visitas paternas, para um contexto ainda mais participativo do pai, quando os ex-cônjuges decidem pela guarda compartilhada. Fica evidenciado na história que tal mudança alcança resultados muito positivos para todos os integrantes da família,

O nível de comunicação e respeito só aumentou entre ambos e com o filho adolescente, agora um adulto, maior e responsável, devido ao carinho e a atenção que recebeu. As crianças agora adolescentes, se sentiam seguras e amadas. Neste período, ambos os pais (mãe e pai) concordaram em pedir a Guarda Compartilhada e numa Audiência de Conciliação, foi Acordada que seria de ambos. Com isso, passaram a administrar a vida dos três filhos e a convivência melhorou muito. (P4)

No entanto, devemos lembrar que, nesta história, a guarda compartilhada foi definida apenas quando os filhos mais novos já eram adolescentes, sendo, portanto, mais autônomos em relação a uma série de aspectos do autocuidado.

A seguir, apresentamos uma outra produção, em que a mãe permanece com a guarda unilateral, mas o pai das crianças não só está presente, mas parece assumir cuidados diretos, ou seja, participa do cuidado do filho, especialmente quando ela solicita. Tal movimento do pai figura como um gesto de ajuda, mas que se torna fundamental enquanto sustentação, para que o filho possa ser efetivamente atendido em suas necessidades, como no trecho seguinte:

A mãe, decorridos os 5 anos, trabalha e precisa da ajuda do pai para criar o filho. Não existem constrangimentos nem sentimentos ocultos que a impeçam de solicitar a ajuda do pai para levar o filho no médico, ficar com o filho quando a creche não abre, enfim para urgências que aparecem sem previsões. (P2)

Nesse caso observamos que, diferentemente daquilo que ocorre quando os filhos já são adolescentes, estamos diante de uma criança pequena, que ainda frequenta creche. Sendo assim, quando o pai assume estar com a criança

porque a creche está fechada, poderá eventualmente ter que se encarregar de alguns cuidados diretos.

Em mais uma produção emergente do campo “Pai presente”, observamos um nível de envolvimento paterno-filial ainda maior, uma vez que, com o fim da união conjugal, os filhos, ainda na infância, passam a viver com o pai. Neste caso, a mãe continuou presente na vida dos filhos, porém, não na condição de guardiã. Vale lembrar que este contexto específico figurou exclusivamente em uma produção, cujo trecho ilustra o campo em questão:

filhos agora adolescentes com idades entre 13 e 16 anos estão na companhia do pai desde a separação do casal e a mãe acabou por entender que o bem estar dos filhos vem em primeiro lugar, assim manteve as visitas e participou da vida dos filhos que hoje estão emocionalmente equilibrados e vivendo harmoniosamente com ambos os pais. (P6)

Percebemos, nessa produção, que o pai também precisou se envolver mais diretamente com as tarefas de cuidado, uma vez que, quando assumiu a guarda, os filhos teriam 8 e 11 anos. Percebemos, nesse imaginário coletivo, que a presença do pai na vida do filho se faz relevante, podendo ocorrer a partir de diferentes arranjos familiares no contexto pós-divórcio e com diferentes níveis de envolvimento do pai com os cuidados dos filhos.

No tocante à segunda pergunta implícita, “como se imagina o relacionamento entre ex-cônjuges com filhos em comum”, que consideramos contida na solicitação, aos participantes, de que desenhassem e inventassem histórias sobre “uma família que chega para mediação, em processo de dissolução do casamento e disputa de guarda dos filhos”, podemos afirmar que gerou material que emergiu a partir de dois campos “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”.

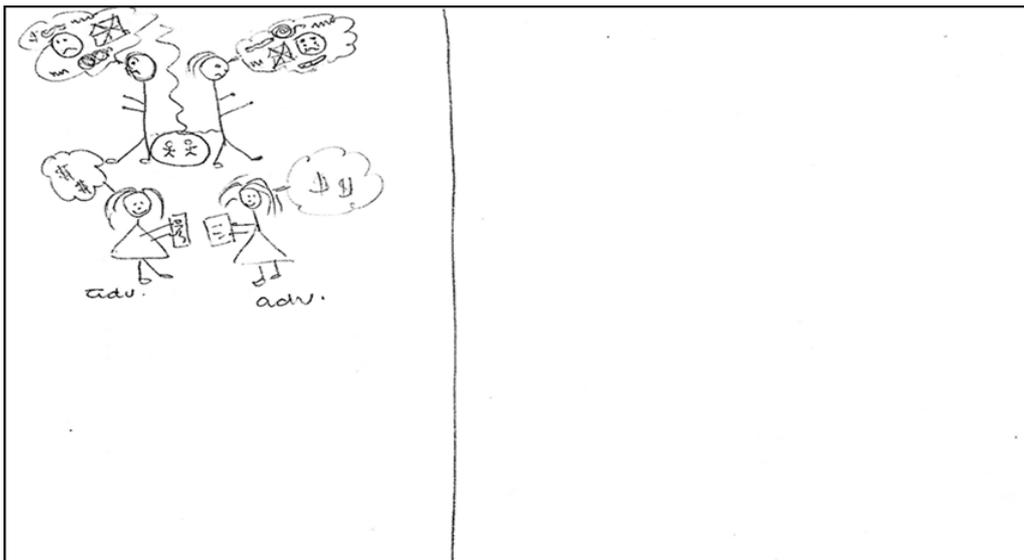
De início, cabe notar que são aventadas duas formas de relacionamento entre ex-cônjuges, uma francamente beligerante, com consequências danosas para os filhos, e a outra supondo um esforço por um bem maior, que considera o bem-estar dos filhos. É interessante notar que não aparecem referências à possibilidade de manutenção de vínculos amistosos em função das duas individualidades, ou seja, não é concebida a possibilidade de transformação do

vínculo amoroso em relação de amizade ou em parceria profissional, por exemplo, em função de como se sentem ex-marido e ex-mulher um em relação ao outro.

Definimos campo “Pais brigando, filhos prejudicados” como aquele que se articula a redor da crença/fantasia de que um relacionamento conjugal, ou entre ex-cônjuges, baseado em brigas e disputas tem impacto negativo inevitável no desenvolvimento afetivo e relacional dos filhos. Nesse campo, impera uma lógica de sentido afetivo-emocional muito pessimista em relação à possibilidade de haver comunicação e entendimento entre ex-cônjuges. O término da conjugalidade parece fatal, visto que o diálogo pode ser imaginado como algo possível entre pai e mãe, mas não entre ex-marido e ex-mulher. Observamos, em diversas produções, a presença de histórias de brigas envolvendo emoções intensas e, por vezes, duradouras. A seguir, há uma história emergente desse campo:

Após alguns anos de união desilusões, brigas e desentendimentos mais um casal inicia o processo de separação . . . Ambos procuram um advogado com a finalidade de serem ouvidos e que defendam seu ponto de vista . . . Após o contato inicial que se deu na audiência de conciliação o casal ainda disputam na justiça uma sentença que declarem quem é o grande vencedor dessa batalha de egos . . . (P8)

Esse material nos mostra que a disputa entre os ex-cônjuges é o foco da questão, de modo que a forte rivalidade não deixa espaço para o diálogo, nem para a consideração das necessidades dos filhos, uma vez que nem foram citados na história. A procura da justiça para lidar com o conflito parece perdurar mesmo com o passar do tempo, o que aparece em outras produções. O seguinte desenho também ilustra esta questão da briga judicial:



Desenho (P1)

No desenho da produção P1, podemos observar um tipo de rompimento entre os ex-cônjuges que compromete o contato e possível diálogo entre eles. Nos balões que representam as falas dos personagens, há alusão à perda do lar anteriormente construído, sentimento de tristeza e agressões verbais. Os filhos aparecem no centro da disputa, mas não são vistos pelos pais. As únicas pessoas numa postura de comunicação são os advogados, porém motivados pelos próprios interesses financeiros.

Notamos, na história correspondente ao desenho acima exposto, um pessimismo em relação ao contexto do divórcio associado ao fim do amor idealizado, a partir do qual foi construído o matrimônio, e o esgarçamento total das relações entre os ex-cônjuges, entendido como inevitável:

Os envolvidos viveram por muito tempo juntos. Construíram uma vida juntos desde o namoro. Compraram uma casa e juntos escolheram a cor das paredes, as cortinas, os móveis. O amor reinava no lar. Vieram os filhos escolheram seus nomes e juntos a vida seguiu. Um dia, um deles percebeu o desamor e se interessou por outra pessoa e a partir daí tudo mudou. Brigas, choros, agressões, ódio se instala naquele lar. O diálogo carinhoso acabou, o respeito também e tudo que foi construído desmorona. (P1)

Nessa mesma linha, outra produção indica uma concepção imaginativa que atribui forte poder destrutivo à separação conjugal com disputa de guarda, considerando que tais ocorrências seriam geradas pela inobservância de preceitos religiosos:

Um casal, totalmente desprovido dos valores cristãos, mas em total harmonia com o que preconiza o modelo atual no se baseia a estrutura da sociedade, compareceu certo dia ao Cejusc, buscando o divórcio, cujo ponto neurálgico da dissolução era a guarda do filho. Como ambos diziam que a amavam, ambas queriam fiar com sua posse como se a criança fosse um mero objeto de estimação. Ocorreu que não entraram num entendimento acerca disso e o caso foi paras nas mãos de um juiz que, baseando-se nos casos anteriores e no que costumava decidir, deu a guarda para a mãe com visitas quinzenais para o pai. A partir daí o pai, insatisfeito, nunca mais quis saber do filho e nunca foi vista-lo.(P5)

Esse trecho, que já foi parcialmente citado para ilustrar o campo “Quem cuida é a mãe”⁵⁰, mostra prejuízos importantes para o filho que fica privado do contato com pai.

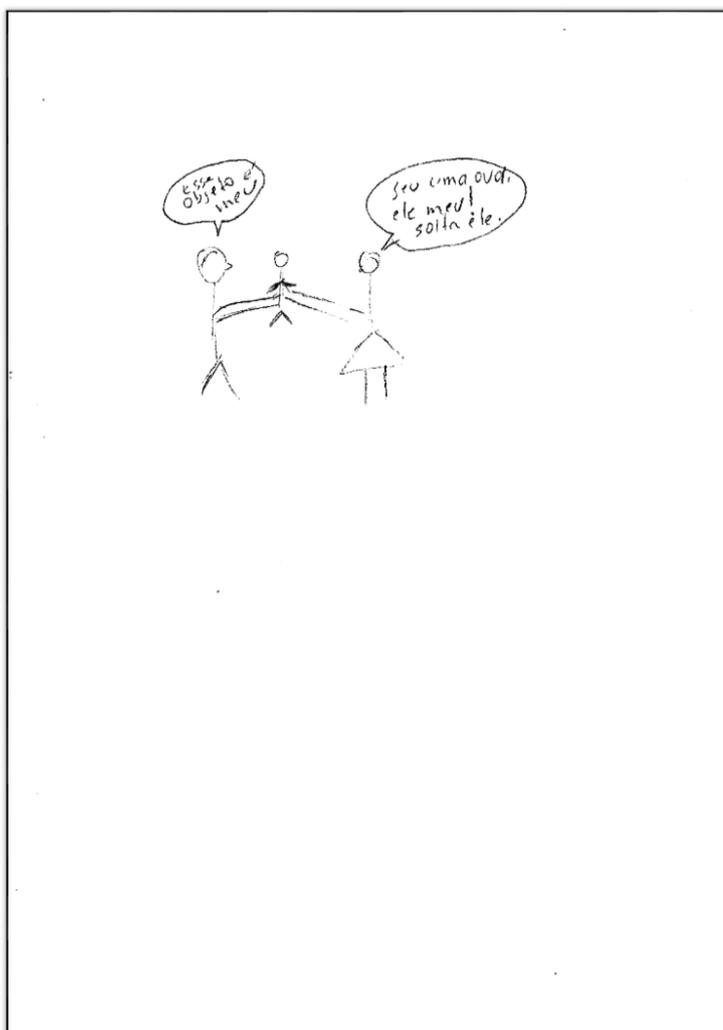
O tema do desejo unilateral de finalizar o relacionamento conjugal – já aludido num trecho anterior (P1) – também figurou numa produção como um elemento que potencializava o conflito do casal e atingia diretamente o filho cuja guarda era disputada.

Em seu “mundinho” era incompreensível tantas brigas, mas o que o Pedro não sabia é que o motivo das brigas era exatamente ele. . . . Seu pai não aceitava a separação . . . E como motivo para forçar o convívio novamente com sua esposa, passou a “disputar” a guarda do Pedro. . . . Hoje, passado essas brigas, Pedro entende que era apenas um objeto de disputa. . . .

⁵⁰ Entendemos que, como o contexto do divórcio com disputa de guarda é um fenômeno complexo e multifacetado, e a proposta feita aos participantes apresentava mais de uma pergunta implícita, então, uma mesma produção pode ser olhada a partir de diferentes ângulos. Assim, ao decorrer do capítulo, voltará a ocorrer a retomada de alguns trechos para ilustrar mais de um campo.

Sente falta da companhia do pai e acha que sua mãe é infeliz por saber que ele foi prejudicado por uma disputa judicial. (P12)

Procuramos observar o lugar que as crianças e adolescentes ocuparam nas histórias que habitam o campo “Pais brigando, filhos prejudicados”. Percebemos, em diversas produções, que os filhos ficam esquecidos ou em segundo plano, o que foi notado nas histórias que não se referiam a eles ou apontavam explicitamente que o foco estava na briga conjugal, portanto, sem a devida orientação para o bem-estar das crianças. Inclusive, notamos narrações em que os filhos acabaram perdendo o contato com o pai (P5 e P7) ou mesmo com os dois genitores (P12). Outra tendência muito registrada era a de manter os filhos no centro da disputa, como pode ser observado do desenho a seguir:



Desenho (P5)

Nesse desenho, a criança é disputada como se fosse um objeto e, aparentemente, fica “sem chão”, ou seja, perde as referências que possivelmente tinha antes da disputa. Assim como nessa produção, observamos no material o tema dos filhos sendo tratados como artefatos de manipulação para pressionar o outro genitor. Encontramos expressões como “moeda de troca” ou “ferramentas de ataques” para se referirem à função atribuída aos filhos, evidenciando que a disputa conjugal prolongada e intensa contribuiu para o sofrimento dos filhos, conforme colocado no trecho desta história:

Esses filhos viveram em meio ao combate dos pais e seus processos. Foram ferramentas de ataque entre eles. . . . Hoje, esses ex-cônjuges não se falam e de odeiam, enquanto seus filhos ora apoiam a mãe, ora o pai e isso os deixa ainda mais confusos. Cresceram escondendo o amor pelo outro genitor, quando na presença de um deles, por medo de magoar aquele já fragilizado (P1)

Dentro de um contexto polarizado de disputa, os filhos são pressionados a assumirem uma posição ao lado de um genitor, em detrimento do outro. Tal cenário é muito ruim, pois não favorece o desenvolvimento de um relacionamento saudável com pai e mãe. A falta de consideração das necessidades afetivas dos filhos acaba por caracterizar uma situação de verdadeiro abandono, como fica explícito no trecho seguinte:

Nesta disputa de interesses, as crianças acabam sendo apenas a moeda de troca e com certeza são as mais prejudicadas, participando dessa disputa onde o correto seria apenas preservar seus interesses e o bem estar. Os filhos acabam sendo “abandonados”, sendo que deveriam ser o principal objetivo, tendo suas vidas asseguradas pelos dois. (P3)

Outra história descreve uma situação de incerteza à qual as crianças ficam submetidas, o que pode ser observado nos trechos:

*- Filhos menores em desespero e insegurança, ficam em desalento, aguardando solução negociada e não sabem o que virá de resolução . . .
 . - Filhos cresceram com desequilíbrio psicológicos pela falta dos pais separados/divorciados _ _ _ Precisam de tratamento psicológico (P11)*

Por fim, mais uma história aponta o prejuízo do divórcio para os filhos:

Agora [depois de cinco anos da separação dos pais], o filho, fruto do relacionamento de ambos, que ensinou toda essa estória, ninguém mais soube nada, incluindo eu. Deve ter se tornado um traficante, ou morrido de overdose ou quem sabe, se recuperado e fazendo filhos por aí, tal pai e tal mãe. (P5)

Assim como nessa produção, observamos outras previsões dramáticas para as crianças e adolescentes que vivenciam o divórcio dos pais: filhos frustrados que manipulam seus genitores a procura de obter vantagens (P3), crianças traumatizadas (P12), adultos insensatos (P3).

Por fim, o último campo de sentido afetivo-emocional, "Pais dialogando, filhos preservados", organiza-se ao redor da crença de que um casal, ou ex-casal, que cultiva relações amistosas e colaboradoras proporciona um ambiente favorável para o bom desenvolvimento dos filhos. Ou seja, as necessidades legítimas dos filhos, como pessoas em formação, devem sobrepor-se às mágoas e frustrações que, como é possível imaginar, podem, de fato, ser intensas.

O campo "Pais dialogando, filhos preservados" mostra a lógica de sentido afetivo emocional de que, mesmo com o fim do vínculo conjugal, a manutenção da comunicação entre ex-cônjuges é importante para garantir o atendimento das necessidades dos filhos. O material emergente desse campo é proveniente, prioritariamente, do fim das primeiras histórias ou até mesmo das segundas histórias redigidas pelos participantes, não se tendo expresso por meio de desenhos. Podemos lembrar, de passagem, que se trata de concepção que se coaduna com o que contemporaneamente se pode identificar como um posicionamento mais amadurecido e, portanto, menos autocentrado. Contudo, não temos elementos teóricos para correlacionar maturidade emocional e o tipo de expressão utilizada, seja gráfica ou verbal.

Expomos, agora, duas histórias que apontam para a ideia de que as mudanças saudáveis, na comunicação dos ex-cônjuges, que se fazem pelo bem dos filhos, não ocorrem imediatamente após a separação conjugal, mas ao longo de um processo:

Após cinco anos daquele dia que a genitora (mãe) e o genitor (pai) se encontraram naquela Audiência [de mediação] no Fórum para definir o

pagamento da pensão dos dois filhos pequenos (um menino e uma menina) e de um adolescente (menino), muita coisa mudou. A mãe e o pai passaram a dialogar mais por causa das visitas do pai aos filhos, já que a guarda era da mãe. O nível de comunicação e respeito só aumentou entre ambos. . . .
(P4)

O tempo cura (Título)

filhos agora adolescentes com idades entre 13 e 16 anos estão na companhia do pai desde a separação do casal e a mãe acabou por entender que o bem estar dos filhos vem em primeiro lugar, assim manteve as visitas e participou da vida dos filhos que hoje estão emocionalmente equilibrados e vivendo harmoniosamente com ambos os pais. (P6)

Essa última história, que inclui o pai na centralidade dos cuidados dos filhos, já foi citada anteriormente por ocasião da apresentação do campo “Pai presente”. Retomamos o mesmo trecho aqui, pois apresenta, de forma clara, que é, com o passar do tempo e a perseverança do pai na busca de garantir boas condições de vida para os filhos, mesmo com a resistência da mãe, que o contexto pós-divórcio é reorganizado de forma positiva. A comunicação e convivência dos filhos com ambos os genitores, expressa nessa história, favorece o desenvolvimento emocional dos adolescentes.

A questão da necessidade do diálogo entre ex-cônjuges, para que a mãe possa conciliar a vida profissional e as necessidades dos filhos, fica explícita no trecho a seguir, que já foi apresentado como ilustração no campo “Pai presente”:

A mãe, decorridos os 5 anos, trabalha e precisa da ajuda do pai para criar o filho. Não existem constrangimentos nem sentimentos ocultos que a impeçam de solicitar a ajuda do pai para levar o filho no médico, ficar com o filho quando a creche não abre, enfim para urgências que aparecem sem previsões. (P2)

Eventualmente, as uniões conjugais podem enfrentar momentos de crise - e até ruptura - que acabam sendo superados a partir do diálogo em função da busca de atender as necessidades dos filhos. O trecho a seguir, emergente do

campo “Pais dialogando, filhos preservados”, mostra a busca da separação conjugal motivada manifestamente pela violência do pai para com os filhos, que era sentida como intolerável para mãe:

Quando o inconsciente atrapalha a vida das pessoas (Título)

O casal divorciando, embora se gostassem muito, contudo a vida conjugal estava se tornando insuportável, visto que o marido batia muito nos filhos. A mulher ã aguentando mais, pediu o divórcio. . . . No forum, foram encaminhados para mediação e foi perguntado ao marido, como havia sido sua infancia e ele respondeu que tinha apanhado muito e que as atual esposa é que curava os ferimentos dele qdo ele apanhava, pois, já namoravam. . . . Questionado novamente então: “E vc percebeu que estava fazendo o mesmo com seus filhos?” Ele disse que ã havia percebido. . . . Este final foi muito feliz em todos os sentidos. . . . Não houve divórcio!

Como vemos, a participante autora dessa produção atribui valor bastante significativo ao trabalho de mediação. A seu ver, a disponibilização de um espaço de acolhimento teria favorecido a elaboração de conflitos vivenciados na relação pai e filho emergentes neste processo de separação conjugal, permitindo que houvesse reestabelecimento do diálogo entre os cônjuges e a reconciliação. A segunda história, passada cinco anos depois, descreve um casal que permanece unido, numa nova condição, visto que sugere que a comunicação entre cônjuges se tornou possível.

Para tudo se tem uma solução. Basta querer (Título)

Cinco anos depois, o casal ainda vivem juntos, tiveram mais um filho. Aprenderam muito c/ a mediação. Aprenderam a dialogar e tentar resolver os conflitos de uma maneira mais tranquila e pacificadora. (P9)

É interessante notar que tal produção revela uma concepção sobre o conflito conjugal, que teria sido causado por um problema psicológico do marido, que estaria repetindo o comportamento violento de seu próprio pai, de que fora vítima em sua infância. Há aí uma teoria da cura por meio da conscientização, que impediria a repetição transgeracional do comportamento traumatizante, permitindo a supressão de um sintoma bastante desestabilizador. A essa visão

se acrescenta uma segunda, de acordo com a qual a promoção de diálogo entre os cônjuges permitiria que o vínculo se mantivesse saudável.

Podemos observar que o campo “Pais dialogando, filhos preservados” mostra um imaginário mais otimista em relação às consequências para as crianças e adolescentes, filhos de pais que viveram contexto de conflito conjugal com disputa de guarda. As concepções do que seria garantir o bem estar dos filhos variaram nas diferentes histórias, mas apresentaram, em comum, crença de que isso é possível. Houve uma única produção (P6) na qual a centralidade dos cuidados com os filhos, que já seriam adolescentes, não foi assumida pela mãe, que por outro lado não deixava de conviver com os filhos.

Outras histórias mostraram a convivência amorosa dos filhos com ambos os genitores como um elemento importante. Como ilustração desse campo, retomamos o trecho de uma produção que já foi parcialmente citada anteriormente:

. . . . o filho adolescente, agora um adulto, [tornou-se] maior e responsável, devido ao carinho e a atenção que recebeu. As crianças agora adolescentes, se sentiam seguras e amadas. Neste período, ambos os pais (mãe e pai) concordaram em pedir a Guarda Compartilhada e numa Audiência de Conciliação, foi Acordada que seria de ambos. Com isso, passaram a administrar a vida dos três filhos e a convivência melhorou muito. Ao filho maior, já havia cessado os alimentos, mais o pai quis continuar pagando e auxiliando ao filho. Cada dia é um aprendizado, viver é assim... e muitas histórias ainda virão! (P4)

Podemos observar que a postura de relativa proximidade e diálogo foi o que permitiu que os filhos sentissem a presença afetiva e protetora de ambos os genitores, gerando um sentimento de segurança. O trecho seguinte revela um outro elemento importante, além da convivência com pai e mãe, que é a presença de famílias reconstituídas, quando os genitores se casam novamente:

O pai vai buscar seu filho na casa materna, a ex-esposa o recebe com aperto de mão e até o convida para um breve café. O filho ao ver o pai chegar sai correndo ao seu encontro e lhe dá um longo abraço. . . . O

filho doravante possui 2 famílias que o amam: a família do pai com sua nova mulher e a família da mãe com seu novo marido. (P2)

É importante destacar a ênfase dada ao fato de que o filho recebe amor de duas famílias, sem que haja menção às dificuldades nesse processo, especialmente se considerarmos que conviver com novas famílias reconstituídas dos pais pode ser uma situação emocionalmente delicada quando o contexto social maior é conservador. Esse tipo de compreensão, que aponta apenas o aspecto positivo da vivência dos filhos, também pôde ser observado em outras produções que, apesar de não abordarem novo casamento dos genitores, descreviam o sucesso das relações entre filhos e genitores, indicando superação dos conflitos pós-divórcio.

Capítulo 6
Interlocuções Reflexivas

Os desenhos-estórias produzidos pelos participantes, bem como as narrativas transferenciais que elaboramos, foram disponibilizados na íntegra no capítulo 4. A seguir, no capítulo 5, sofreram um duplo tratamento, na medida em que foram apreciados em termos dos dramas do viver, a partir dos quais se apresentam no campo da consciência dos mediadores, para serem posteriormente psicanaliticamente considerados. Essa dupla *démarche* visa tanto facilitar a aproximação dos pesquisadores qualitativos não familiarizados com o uso da psicanálise enquanto método interpretativo, por meio da consideração dos dramas do viver, como produzir conhecimentos compreensivos sobre o substrato o afetivo-emocional, de caráter intersubjetivo a partir do qual emergem condutas que se deram, no contexto da presente pesquisa, sob forma de expressões gráficas e verbais.

No presente capítulo, realizaremos um trabalho de busca de ampliação e aprofundamento compreensivo dos campos de sentido afetivo-emocional criados/encontrados, vale dizer, dos resultados interpretativos. Para tanto, revisitaremos reflexivamente os seis campos à luz do pensamento de outros autores, tratando de estabelecer interlocução com autores que se preocuparam com as questões humanas para as quais apontam.

Organizamos o presente capítulo em três seções. A primeira seção, trata dos campos de sentido afetivo-emocional “Quem cuida é a mãe” e “Pai presente”⁵¹. A segunda discute conjuntamente os campos “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”⁵². Por fim, na terceira seção, subintitulada “Cuidado infantil e família nuclear”, teceremos considerações sobre o conjunto dos quatro campos, apontando concepções imaginativas sobre as obrigações maternas e a presença paterna, os efeitos da separação conjugal e da relação do casal parental sobre os filhos.

⁵¹ É importante lembrar que consideramos a presença de duas perguntas implícitas na solicitação feita aos participantes de que desenhassem e inventassem histórias sobre “uma família que chega para mediação, em processo de dissolução do casamento e disputa de guarda dos filhos”. Os campos de sentido afetivo-emocional “Quem cuida é a mãe” e “Pai presente” respondem diretamente à primeira pergunta implícita: “como imagina que pai separado e mãe separada se relacionam com os filhos?”

⁵² Os campos “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”, de certa forma, respondem à segunda pergunta implícita: “como imagina o relacionamento entre ex-cônjuges com filhos em comum?”

“Quem cuida é a mãe” e “Pai presente”

No que diz respeito aos imaginários sobre como é exercida a parentalidade, produzimos/encontramos dois campos de sentido afetivo-emocional: “Quem cuida é a mãe” e “Pai presente”. Observamos, no campo “Quem cuida é a mãe”, um imaginário conservador acerca das configurações de cuidados junto aos filhos menores que ficam sob o encargo da mãe. A lógica subjacente a esse campo é de que a maternidade exercida pela mãe biológica caracteriza-se como a melhor e mais verdadeira forma de cuidado das crianças, podendo ser compreendida como uma maneira natural de resolver o problema da extrema dependência de cuidados que o ser humano tem durante boa parte do início da vida. Já o campo “Pai presente” indica a presença de arranjos de cuidado que incluem o pai de alguma maneira, mais ou menos envolvida com os filhos, mas sempre valorizando sua participação. O pai pode ser dispensado da execução dos atos de cuidado propriamente dito, quando está com filhos adolescentes, capazes de autocuidado, de modo que sua presença física e psicologicamente disponível para interação é importante. Porém, quando se trata de crianças mais novas, o pai, que quando casado podia assumir envolver-se ou não com cuidados diretos aos filhos, passa, uma vez separado, a optar entre cuidar ele mesmo dos filhos ou delegar a tarefa a uma mulher de sua família, geralmente avó ou tia da criança, ou a uma empregada, babá ou vizinha a quem remunera.

Iniciaremos a discussão focalizando o campo “Quem cuida é a mãe” que foi o imaginário predominante neste estudo. Badinter (2011) denuncia que as ciências biológicas exerceram forte influência na construção da ideia de “maternidade natural”. Partindo de argumentos fundamentados, por exemplo, em hormônios, pesquisadores buscaram explicar o complexo vínculo entre mãe e o filho desde sua gestação e nascimento. Consideramos que esse tipo de posicionamento, que coloca o biológico como determinante das condutas humanas, deve ser questionado, por apresentar um caráter reducionista, mostrando-se limitado por negar a importância da dramática humana e desconsiderar o fato de coexistirmos socialmente (Politzer, 1928/1998). Evidentemente, a biologia corresponde a um sistema de conhecimentos válido e útil diante de algumas finalidades como, por exemplo, a cura de doenças e a

promoção de saúde orgânica. Contudo, opera a um nível de abstração maior do que aquele compatível com o saber psicológico, que deve ser sempre mais concreto para poder se fazer compreensivo⁵³. Bleger (1963/2007) discutiu essa abordagem impregnada no conhecimento científico ocidental, que toma as ciências biológicas como modelo, definindo os mitos do ser humano natural, abstrato, e isolado que indicam uma tendência a considerá-lo como originariamente não social e dotado de um estado ou uma essência que é anterior à experiência junto à civilização. Tendo como base as contribuições desse autor, entendemos que qualquer conduta humana deve ser compreendida como uma totalidade, ou seja, sempre se conforma simultaneamente como fenômeno físico-químico, biológico, psicológico e social, já que do ponto de vista ontológico as três esferas do ser, a inorgânica, a orgânica e a social, acontecem sempre conjuntamente (Lukács, 1978/2013).

Se acompanhamos a análise de Badinter (1980/1985) sobre a história das concepções a respeito da família e do lugar que a mulher aí ocupa, percebemos que a configuração relativa às responsabilidades da mãe para com os filhos, presente no campo “Quem cuida é a mãe” decorre de uma construção cultural e histórica. Esta autora notou que o modo de envolvimento da mãe com o filho variou bastante ao longo do tempo e que a ideia de amor materno incondicional, como algo inerente à condição da mulher, é um produto da evolução social e contribui para que a mãe seja considerada a pessoa naturalmente mais capacitada para cuidar dos filhos nas diferentes idades, tanto em relação aos cuidados físicos como em relação aos processos de socialização inicial da criança⁵⁴.

Quando examinamos estudos antropológicos, encontramos outras formas de organização dos cuidados com as crianças. Trabalhando com a antropologia

⁵³ Bleger (1963/2007) aponta que um engano comum é pensar que a materialidade do corpo seria mais concreta que a dos atos humanos. Na verdade, esse autor acredita ser fundamental distinguir entre o corpo vivido que, de fato, é concreto, e o corpo enquanto sistema da biologia, a seu ver uma abstração extremamente sofisticada, que se distancia enormemente do plano do vivido.

⁵⁴ Em certos referenciais psicanalíticos, como o lacanian, a mãe pratica os atos de cuidado, mas, por outro lado, vivencia a maternidade como forma de realização compensatória da falta do falo, o que certamente não a qualifica a se encarregar dos primeiros passos da socialização da criança, cabendo ao pai operar o necessário corte numa que seria, evidentemente aprisionadora. Claro está que o pensamento laciano, em seu evidente conservadorismo, tem-se chocado profundamente com o pensamento de autoras feministas (Cossi, 2020).

dos bebês, Gottlieb (2012) observou, numa tribo africana, maior participação da coletividade e a presença de crianças mais velhas envolvidas com esses cuidados, apesar de as mães não deixarem de se vincular aos próprios filhos. A partir da investigação do desenvolvimento humano em várias culturas, Rogoff (2003/2005) também observou que, diferentemente do que temos percebido na família contemporânea, nem sempre os cuidados das crianças estavam centrados na família nuclear, podendo ser realizados a partir de arranjos distintos envolvendo outras pessoas da comunidade, o que será discutido posteriormente. Julgamos importante considerar a sugestão de Rogoff (2003/2005) de valorizar a compreensão da própria herança cultural, assim como de outras comunidades, a partir de perspectiva interdisciplinar. A autora aponta que nem sempre é fácil realizar este autoexame, uma vez que “os processos culturais cercam a todos nós e muitas vezes envolvem eventos e formas de agir sutis, tácitos e tomados como naturais, que exigem olhos, ouvidos e mentes abertas para serem percebidos e compreendidos” (Rogoff, 2003/2005, p.21). É justamente esse exercício de reflexão sobre a herança cultural da questão dos cuidados com os filhos que estamos realizando ao discutir estes campos de sentido-afetivo emocional.

Assim como essas autoras anteriormente citadas, outros estudiosos dedicaram-se à investigação da maternidade e alguns aspectos merecem ser comentados aqui. Um elemento observado no material desta pesquisa é a tendência de idealizar a maternidade (Scavonne, 2001), o que se manifesta de diferentes formas, como por exemplo, na ideia de que a mãe tem o poder e a responsabilidade de promover o sucesso dos filhos. Tocamos, aqui, numa questão altamente complexa, porque se essa idealização é o que força, de algum modo, a mulher a acreditar que só se realizará se se tornar mãe (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017; Zanello, 2018), de outro devemos lembrar que esse seria o alvo a ser alcançado pelas pessoas de sexo feminino, vale dizer, por aquelas que, sob vigência das relações de gênero, que se definem como hierárquicas, ocupam o lugar da inferioridade. Assim, a maternidade se configura como ideal a ser buscado pelas inferiores que, por essa via, tornar-se-iam sublimes, mas não mereceriam viver de modo não oprimido.

Tendo em vista essas discussões, podemos seguramente propor que, ainda que os bebês sejam extremamente dependentes, as formas de atender suas necessidades físicas e afetivas derivam de construção social, ou seja, a concepção de maternidade tal como conhecemos, vivendo-a como natural, é culturalmente produzida. Com o auxílio de algumas autoras feministas que vêm refletindo profundamente sobre essas questões, entendemos que esse tipo de configuração dos cuidados está a favor de interesses sexistas. De acordo com Hollway (2016), as resistências em transformar as formas do cuidado infantil na nossa sociedade envolvem relações de gênero. Do ponto de vista sociocultural, ocorrem estratificações entre homens e mulheres de modo que existe a expectativa de que eles continuem a suprir financeiramente a casa, enquanto elas cuidem da prole.

Aprofundaremos agora essa discussão com a análise de Biroli (2018) que considera o cuidado como uma questão política que afeta as mulheres de forma desigual. Essa cientista política brasileira expõe, de forma clara, que todos nós já passamos ou passaremos por períodos de vulnerabilidade, quando necessitamos de ajuda, seja na infância, na velhice, em situação de deficiência ou doença, o que torna o trabalho do cuidado como um fato da vida. Apesar das mudanças promovidas pelos movimentos feministas terem permitido que a mulher ingressasse no mercado de trabalho, ainda não houve a superação do patriarcado, de modo que as mulheres continuam exercendo esse trabalho do cuidado no âmbito privado, de forma invisível e não valorizada. Esse é um elemento organizador da sociedade que produz o gênero. Nas palavras de Biroli (2018, p. 11) “para participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a ela atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade”. No entendimento dessa autora, a inclusão precária das mulheres em nossa sociedade configura uma democracia incompleta, uma vez que não cumpre os valores de referência igualitária. Do ponto de vista concreto, a carga do trabalho do cuidado assumida pela mulher – sejam atividades relacionadas à casa ou às pessoas em vulnerabilidade – não permite que ela se insira no mercado de trabalho e na vida política com a mesma facilidade que o homem.

Em sua obra, Biroli (2018) enfatiza que a hierarquia de gênero não afeta todas as mulheres da mesma forma e que é necessário analisar convergências entre gênero, raça, classe e sexualidade. No entanto, Federici (2019) denuncia que, mesmo que uma mulher consiga ter condições financeiras para delegar o trabalho doméstico e materno, para estar em melhores condições para participar da vida pública, não podemos fechar os olhos para o fato de que buscará outra mulher para desempenhar, como profissional, as diversas tarefas que compõem o trabalho reprodutivo.

Diante do exposto, fica evidente que pesadas expectativas de cuidado recaem sobre a mulher, principalmente quando se torna mãe. Esse cuidado, entretanto, não é visto como trabalho, no sentido rigoroso do termo, e sim como espécie de prolongamento da biologia feminina (Federici, 2019). Na atualidade, muitas mulheres-mães trabalham e acabam assumindo a dupla jornada ou, então, dedicam-se exclusivamente aos filhos, sacrificando, muitas vezes, outras possibilidades de desenvolvimento pessoal (Schutle, Gallo-Belluzzo & Aiello-Vaisberg, 2019, Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017). Por esse motivo, a maternidade foi estudada por esses autores enquanto sofrimento social.

A partir dessa perspectiva, o cuidado não é concebido como uma capacidade humana, mas como algo restrito ao feminino. Lembramos, a partir da psicologia psicanalítica concreta, que um imaginário produz e é produzido pelas práticas humanas, num movimento dialético (Bleger, 1963/2007; Aiello-Vaisberg, 2017). Assim, uma vez que esse imaginário sobre maternidade como um dom, que não emanaria do espírito, mas da biologia, ainda vigora fortemente na cultura ocidental, apesar dos avanços dos movimentos feministas. Existem fortes pressões sociais para que toda mulher torne-se mãe para conseguir se realizar, ou mesmo, que se mantenha a domesticidade feminina (Biroli, 2018). Desse modo, as meninas são levadas a se adequarem a esse modelo culturalmente estabelecido.

É importante lembrar, à luz do pensamento de Winnicott (1958/2000; 1963/1990; 1971/1975), que toda submissão pode levar ao desenvolvimento do falso *self*, comprometendo a criatividade e a espontaneidade, ou seja, gerando sérias implicações para a saúde mental. Parece-nos, portanto, adequado, suspeitar de que a submissão às normas de gênero possa gerar sofrimento

social que repercutirá não apenas sobre as mulheres, mas, ainda que mais indiretamente, sobre toda a sociedade.

Se, no mundo ocidental moderno, a maternidade tende a ser naturalizada, a verdade é que a família nuclear é considerada, imaginativamente, como o melhor ambiente para a prática do cuidado infantil. Em nossa cultura, a família nuclear é fundada pela instituição do casamento, o qual se justifica na prática por fornecer o ambiente que seria aquele mais favorável ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. Essa ideia é, inclusive, concebida como direito da criança e do adolescente e reconhecida em lei, no nosso país (Brasil, 1990). Para aprofundar essa questão, realizaremos uma análise da relação entre maternidade e família nuclear, uma vez que os campos de sentido afetivo-emocional produzidos/encontrados tendem a apontar para essa direção.

De acordo com Biroli (2018), o casamento, em sua concepção conservadora, está na base da organização da divisão sexual do trabalho visto que é dentro dessa instituição que o trabalho feminino é exercido de forma gratuita. A seu ver, a família nuclear também é fruto de uma construção histórica que produz um referencial cultural que orienta configurações da vida cotidiana, bem como legislação e Estado.

A partir de sólidos estudos históricos, Federici (2017) faz uma análise crítica do marxismo a partir de uma visão feminista e nos mostra que as relações de gênero, que observamos hoje, estão inseridas dentro de um modo de organização capitalista. A exploração do trabalho feminino foi e ainda é necessária para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista. O trabalho reprodutivo da mulher, que inclui gerar e cuidar de filhos, ou seja, oferecer mão de obra e realizar as tarefas domésticas ligadas à sobrevivência, passou a ser extremamente desvalorizado, ocultando todo o suporte que dava e ainda dá para que o homem se dedique ao trabalho considerado produtivo dentro da concepção capitalista.

A teoria social e política feminista vem enfatizando que a sujeição da mulher, enquanto esposa e mãe, é o sustentáculo da liberdade do homem. A partir de uma perspectiva multidisciplinar, Bueskens (2018) também aborda a questão do aprisionamento da mulher-mãe em casa, mas traz contribuições importantes no sentido de analisar a dualidade contraditória vivida pelas

mulheres no mundo ocidental. A autora aponta que a construção da maternidade no ocidente moderno é caracterizada como uma atividade especializada e intensiva, que a mulher realiza sozinha em seu domicílio. Com o advento da industrialização, trabalho e domicílio passaram a ocorrer em locais diferentes, criando a divisão entre esfera pública e privada. Nessa nova organização, a mulher ficou inicialmente com a responsabilidade dos cuidados em relação à casa, ao esposo e à prole, assumindo o papel de “anjo do lar”.

De acordo com Bueskens (2018), a partir do início da modernidade, a realização individual passou a ser um valor no ocidente. Inicialmente uma prerrogativa masculina, a possibilidade de individuação, no espaço público, passou a ser cada vez mais buscada pelas mulheres, ainda que, mesmo quando bem sucedidas, tenham continuado a arcar com a obrigação do trabalho reprodutivo no âmbito doméstico. Assim, instalou-se uma contradição: as mulheres deixaram de estar presas ao lar, mas não alcançaram total liberdade, uma vez que seguiram responsáveis pela manutenção da estrutura social, emocional e doméstica que sustenta os indivíduos. A principal novidade do posicionamento de Bueskens (2018) é a de considerar que a individualização da mulher é produzida pela mesma estrutura social e pelos mesmos fundamentos filosóficos que isolam e intensificam o trabalho materno. O estabelecimento do contrato sexual pautado na divisão padronizada de funções femininas e masculinas gerou as condições para sua transgressão, ou seja, para saída da mulher de casa. No seu entender, a maior parte das mulheres apresenta, na sociedade ocidental, “dois modos de *self*”, um individualizado, voltado para competição e realização na esfera pública e outro altruísta ou maternal, voltado para os cuidados com a família na esfera privada. De acordo com essa perspectiva, os dois modos de *self* femininos não seriam contraditórios e sim dialéticos.

Essa dualidade do *self* mostra-se mais evidente logo depois que a mulher se torna mãe pela primeira vez, especialmente se tinha um histórico anterior de vida autônoma com trabalho remunerado. Nesse contexto, fica evidente que a família não representa para o homem o cerceamento de sua realização pessoal e profissional, mas coloca a mulher numa situação dividida, entre cumprir deveres maternais e conjugais e realizar-se como indivíduo. Não obstante,

Bueskens (2018) encontrou certos movimentos femininos de subversão dessa ordem estabelecida em pesquisa empírica na Austrália. Tendo como foco o estudo da categoria da “mulher que sai de casa” – por exemplo para trabalhar ou se dedicar a alguma atividade pessoal por períodos maiores (dias ou semanas) – a autora observou que esse afastamento força o surgimento de uma nova organização de cuidados naquele contexto domiciliar, seja pelo maior envolvimento do marido, das crianças e dos adolescentes, ou mesmo de outras pessoas que possam auxiliar no suporte necessário para a manutenção lar.

Observamos que vem ocorrendo, nas últimas décadas, a valorização da individualidade feminina que deixa de ter no casamento sua única forma de realização pessoal e de sustento material, o que provavelmente justifica a tendência de aumento na ocorrência de separações. Antes, mesmo que desejasse o divórcio, a mulher não teria como se manter, enquanto um certo número de homens não se sentia moralmente autorizado a abandonar a esposa, tendo em vista a dependência feminina.

Em contrapartida, com o divórcio, as mulheres são duramente afetadas, pois continuam a ser consideradas as principais responsáveis pelas crianças e, muito frequentemente, deparam-se com limitações em sua formação profissional, por causa das responsabilidades assumidas durante o matrimônio (Biroli, 2018). Por esse motivo, muitas delas escolhem – se é que podemos chamar isso de escolha – manter o casamento em função da vulnerabilidade das crianças, até mesmo diante de situações que envolvem violência doméstica (Corbett, 2014). Inclusive, conforme foi observado no material desta pesquisa, se a mulher escolhe se separar, pode recair sobre ela a cobrança de não ter sido uma boa mãe no sentido de ter destruído as boas condições de vida dos filhos que, em tese, estariam presentes no contexto do casamento.

Bueskens (2019; 2018) denuncia que as mulheres, uma vez que se tornam mães, apresentam mais dificuldade de lutar por uma posição de igualdade seja dentro ou fora do casamento em função da responsabilidade individualizada pelos filhos. O divórcio, apesar de ser um caminho legal e relativamente comum, dificilmente é uma alternativa satisfatória, pois, em geral, a maternidade fora do casamento está associada à pobreza ou, ao menos, à diminuição significativa de recursos econômicos.

Na presente pesquisa, as produções nos mostram que, quando vigora o campo “Pai presente” no período pós-divórcio, a mulher não fica tão sozinha e sobrecarregada e consegue ter um suporte importante para que as necessidades das crianças sejam atendidas. Passaremos, agora, a aprofundar a discussão sobre esse imaginário relativo ao pai que parece corresponder a uma concepção mais contemporânea de exercer a paternidade.

Numa análise histórica sobre a evolução da família, Badinter (1980/1985) mostra-nos que, durante longo período de tempo, o homem foi considerado o chefe da família, exercendo autoridade sobre os filhos e sobre a mulher. A condição de marido-pai todo poderoso estava fundamentada na essência do homem e sua suposta maior proximidade com o divino. Assim, o pai era frio, distante e severo, uma vez que trabalhava fora de casa para garantir o sustento, tinha a responsabilidade de manter a lei e a ordem, de modo que não podia expressar suas emoções em relação aos filhos.

Esse cenário vem mudando com as transformações sociais que incluem, entre outros elementos importantes, as reivindicações feministas e a entrada da mulher no mercado de trabalho, possibilitando a revisão dos papéis de homem e mulher dentro da família e também, de pai e mãe. Tais mudanças favoreceram o aumento do engajamento paterno na vida dos filhos, o que está alinhado com o campo “Pai presente” pautado na fantasia de um pai mais participativo e não tão distante quanto a concepção de pai tradicional.

A literatura científica mais recente tem se interessado pelo estudo da paternidade e tem investigado e discutido qual é o lugar do pai na contemporaneidade (Belo, Guimarães & Fidelis, 2015, Bernardi, 2017, Ferreira & Aiello-Vaisberg, 2006, Cúnico & Arpini, 2013, Rosa, 2014, Santos & Antúnez, 2018, Santos, Campana & Gomes, 2019, Scaglia, Mishima-Gomes & Barbieri, 2018). É inegável que a paternidade vem se modificando dentro e fora da família nuclear, já que é possível observar novos e diferentes arranjos familiares, porém, concepções tradicionais sobre parentalidade ainda estão muito presentes, conforme expressam os campos “Quem cuida é a mãe” e “Pai presente”. Dessa maneira, na medida em que os pais tendem a ficar excluídos da possibilidade de realizar atos de cuidado propriamente dito, acabam entrando em cena depois da criança ter sido cuidada pela mãe. Essa é uma situação curiosa, porque os

cuidados corporais, dispensados às pessoas que não têm condições de autocuidado, vale dizer, crianças, doentes, deficientes e idosos frágeis, entre as quais estão os filhos, geralmente assumidos por mulheres, são socialmente desvalorizados, mas altamente significativos para quem os recebe. Assim, os momentos em que bebês e crianças são fisicamente cuidados adquirem alto valor vivencial que fica ligado à mãe e às suas substitutas eventuais. Deixando de participar desses momentos, o pai evita atividades supostamente insignificantes e ao mesmo tempo perde importantes oportunidades de interação com os filhos.

Diante desse cenário, é possível considerar que a forma de viver a paternidade está em transição, de sorte que ser pai na atualidade envolve inúmeros desafios. Atualmente, é possível encontrar algo impensável no passado, tal seja, homens assumindo responsabilidades maiores e encarregando-se diretamente de atos de cuidado de crianças, e até de bebês, não permanecendo mais limitados à condição de coadjuvantes. O maior envolvimento afetivo paterno parece ter benefícios e repercussões positivas no desenvolvimento infantil dos filhos (Santos, Campana e Gomes, 2019; Scaglia, Mishima-Gomes & Barbieri, 2018).

Em estudo empírico, Scaglia, Mishima-Gomes e Barbieri (2018) investigaram a relação da díade pai-filha em diversas configurações familiares e perceberam que, apesar das mudanças encontradas, o que inclui maior aproximação das filhas, os pais ainda apresentam dificuldade na expressão espontânea de afeto, sofrem muitas interferências maternas e da família extensa, valorizam a família nuclear tendo-a como referência e vivem conflitos diante das expectativas do pai contemporâneo. Tal contexto dificulta que eles tenham clareza dos limites e das possibilidades do exercício da função paterna e que consigam proporcionar um ambiente acolhedor e seguro às filhas.

Apesar de haver maior cobrança e incentivo para que pais sejam mais presentes, a efetiva assunção de atos de cuidado se mantém inviabilizada em função de preconceitos ligados ao gênero que podem ser observados nas instituições voltadas para atendimento familiar, tais como escolas e dispositivos de saúde, e também entre os familiares, bem como na sociedade em geral. Além disso, não existem condições concretas que favoreçam que o pai assumira essa

função no que diz respeito a políticas públicas (Bernardi, 2017, Santos, Campana & Gomes, 2019). No Brasil, a licença-paternidade após o nascimento do bebê, restringe-se a cinco dias consecutivos, com algumas exceções, enquanto a mulher tem direito a 120 dias⁵⁵. Como essa diferença, observamos que não há incentivos para promoção de responsabilidades familiares mais igualitárias. Numa direção oposta, é possível encontrar outros tipos de políticas públicas que favorecem um maior equilíbrio dessas funções de cuidado em países como Noruega, Suécia e Portugal. Nesses países, existe a licença-parental que permite que o tempo de afastamento do trabalho possa ser dividido entre o pai e a mãe do bebê, o que tenderia a não afetar apenas a mulher no âmbito profissional. Além disso, ambos genitores têm a oportunidade de desenvolver e manter vínculos mais próximos com a criança.

No que diz respeito ao contexto da separação conjugal, quando os pais se encontram diante da necessidade de repensar a questão da parentalidade, ocorreu uma evolução no âmbito legislativo, uma vez que, em 2008, surgiu uma nova modalidade de guarda, tal seja, a guarda compartilhada. Até então, existiam apenas duas modalidades: a guarda unilateral e a alternada, mas sempre predominou, nos processos litigiosos, a atribuição da guarda unilateral materna. Outro importante passo foi dado com a lei 13.058 de 2014, que passou a considerar a guarda compartilhada como regra⁵⁶ (Brasil, 2014). No entanto, a implementação dessa última modalidade de guarda tem sido feita com dificuldade e as decisões judiciais ainda tendem a atribuir a guarda unilateral às mães (Arpini, Cúnico & Alves, 2016). Assim, podemos afirmar que o campo “Quem cuida é a mãe” se articula ao redor de uma crença muito fortemente estabelecida.

Isso, logicamente, não significa que não estejam ocorrendo mudanças na forma de organizar a parentalidade durante e após o casamento, mas que tal

⁵⁵ No caso de companhias que aderem ao Programa “Empresa Cidadã” do governo federal, o tempo de licença-paternidade pode ser prorrogado por mais 15 dias e a licença-maternidade pode ser ampliada, totalizando 180 dias.

⁵⁶ Com a Lei nº 13.058, de 2014, a guarda compartilhada assumiu *status* de regra geral e não mais de exceção quando há separação conjugal entre os pais da criança ou adolescente. No segundo parágrafo do artigo 1584, lê-se: “Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor”.

processo vem ocorrendo de forma relativamente lenta. Entendemos que o imaginário que naturaliza o cuidado materno contribui para manter as relações de desigualdade e opressão, causando prejuízos, de forma mais ou menos direta, não apenas à mãe, mas também a todos os envolvidos (Pasinato & Mosmann, 2016). Podemos lembrar aqui dos homens que, diante desse arranjo patriarcal, ficam muitas vezes impedidos ou com dificuldade de se envolver com o cuidado afetivo em relação aos filhos, o que poderia ser extremamente gratificante. Para que os homens possam vivenciar a paternidade de forma mais implicada e sensível, é necessário que desejem estar nessa condição, mas que também possam contar com sustentação por parte da mãe da criança, da família extensa e da sociedade em geral (Cúnico & Arpini, 2103).

Tais reflexões sobre cuidado podem ser proveitosamente aprofundadas a partir do diálogo com a obra do psicanalista inglês Winnicott, que tanto se dedicou a analisar o lugar que a mãe e também o pai ocupam em um ambiente de cuidado que seja favorável para o desenvolvimento afetivo-emocional dos indivíduos. Como se vê, deparamo-nos, com ideias sobre as quais já nos detivemos no capítulo 1. Entendemos que é possível fazer uma dupla leitura da obra winnicottiana no que diz respeito ao cuidado infantil, uma vez que observamos uma teoria explícita da maternidade, que coincide exatamente com os campos “Quem cuida é a mãe” e “Pai presente”, mas também uma teoria implícita, que aborda o cuidado como ética humanizadora. Tais concepções serão devidamente fundamentadas a seguir.

Sabemos que o bebê, ao nascer, necessita de intensos cuidados por um longo período para poder sobreviver. Winnicott (1960/1990) trouxe importantes subsídios que nos permitem compreender o desenvolvimento emocional do ser humano ao considerar dois fundamentos básicos: a tendência inata ao amadurecimento e o cuidado suficientemente bom do ambiente. A teorização winnicottiana, apesar de ser muito valiosa, por ser inovadora em diversos aspectos, coloca a mãe como principal responsável pela promoção desse ambiente favorável para o desenvolvimento dos filhos, parecendo admitir que seja substituída apenas por outra mulher que possa assumir a condição de mãe adotiva o que nos remete ao campo “Quem cuida é a mãe”.

No entanto, possivelmente em função da exaustiva ênfase dada à mãe no processo de desenvolvimento psíquico dos indivíduos, muitas vezes, o pai é visto como mero coadjuvante na obra winnicottiana. É necessário lembrar que, para o psicanalista inglês, no início da vida do bebê, o pai é fundamental por dar sustentação à mãe em seu processo de acolhida do recém-nascido, podendo colocar-se apenas provisoriamente na condição de mãe substituta. Num segundo momento, pode assumir o papel de um terceiro que interfere na relação mãe-bebê, o que poderia contribuir para o desenvolvimento do self do bebê. Fantasias da criança em torno da relação sexual dos pais favorecem a solução das questões edípicas e, além disso, o pai pode oferecer apoio moral à mãe e ajudar a criar um ambiente indestrutível, de modo a sobreviver aos ataques dos filhos, permitindo que eles se sintam vivos e reais. Assim, fica claro que a importância paterna numa família vai além de sua função provedora do ponto de vista financeiro e de questões práticas, de modo que podemos considerar que a concepção winnicottiana paterna corresponde ao campo “Pai presente”.

Esse quadro demanda que possamos bem discernir o que são as necessidades físicas e psicológicas da criança, bastante acuradamente descritas e compreendidas pelo autor, de sua visão acerca da mãe biológica como melhor cuidadora e do pai como aquele que dá o suporte, segundo uma perspectiva que parece desconhecer que a organização dos cuidados é culturalmente produzida. Nesse aspecto, entendemos que as contribuições winnicottianas são datadas na medida em que, naturalmente, refletem a realidade concreta vivida na Inglaterra, em meados do século passado. Esse pediatra e psicanalista trabalhou predominantemente com famílias de classe média, em que a mulher costumava ser a principal cuidadora, enquanto que o pai era o provedor, trabalhava fora e tinha a função de dar apoio à dupla mãe-bebê para que não existisse descontinuidade nos cuidados com a prole. Dessa forma, é compreensível que, em sua obra, essa centralidade dos cuidados estivesse ligada à figura da mãe biológica.

No entanto, a partir das contribuições de Bleger (1963/2007), podemos compreender que o pensamento winnicottiano contém um equívoco por incorrer em certo reducionismo ao conceber a mãe como a figura central nos cuidados dos filhos, desconsiderando que essa conduta humana estava situada em

contextos histórico, social, político, cultural e econômico específicos da época. Diante disso, entendemos que suas proposições, sobre a mãe devotada comum, devem ser compreendidas como a necessidade da presença constante de pessoas cuidadoras, que poderiam ser, além da mãe, o pai, os avós, os irmãos, os parentes ou outras pessoas afetivamente significativas que participam da vida da criança, segundo modalidades que não são meramente teóricas, mas têm sido estudadas pela antropologia (Gottlieb, 2012; Rogoff 2003/2005).

Alguns estudos sobre a questão da paternidade apontam para o potencial da teorização winicottiana que, apesar das limitações já comentadas, oferecem a possibilidade de refletir sobre as novas configurações familiares. Nessa linha, Santos e Antúnez (2018) falam da ampliação dos aspectos do *holding* quando o pai é inserido nas relações de cuidado do bebê, enquanto Belo, Guimarães e Fidelis (2015) apostam no potencial criativo no relacionamento de um adulto e uma criança.

Isso nos remete à segunda leitura da obra winnicottiana, atentando para uma teoria implícita ali presente, que destaca a concepção de cuidado como potencialidade humana e apresenta refinamento e densidade ética que se constitui como fundamento confiável acerca da possibilidade de pensarmos a questão do cuidado infantil para além da ideia de maternidade que tem predominado em nossa cultura. Trata-se de uma teoria sobre o cuidado como ética humanizadora que abre espaço para a incluir a criatividade, o que é coerente com a ontologia do ser social, tal como explicitada por Lukács (1978/2013).

De acordo com a obra lukacsiana, é fundamental distinguir três formas do ser, que, presentes no pensamento marxiano, foram devidamente assimiladas por Bleger (1958/1988; 1963/2007), no seu projeto de articulação entre a psicanálise e a dialética materialista. No mundo inorgânico, os entes existentes podem se transformar em algo diferente do que são mediante processos físicos e químicos, como acontece, por exemplo, quando a água surge a partir de hidrogênio e oxigênio. No mundo orgânico, que abarca o fenômeno da vida, ocorre a reprodução dos seres vivos gerando outros seres com a mesma constituição biológica. Assim, vegetais e animais se reproduzem repetindo o mesmo, ou seja, um gato gerará sempre outro gato. No mundo social, surge a

possibilidade de mudanças por meio da capacidade criativa do ser humano. Isso posto, podemos pensar que, se vivêssemos apenas na esfera orgânica, não haveria espaço para mudança, mas, como vivemos na esfera social, nossas práticas mudam, aumenta nosso conhecimento, tornamo-nos capazes de realizar novas atividades. Somos, portanto, seres criadores de transformações.

Winnicott (1971/1975) traz grande contribuição em relação à capacidade criativa do ser humano a qual, na existência de um ambiente favorável, pode dar sustentação para o desenvolvimento de capacidades que envolvam o reconhecimento da alteridade e da humanidade do outro, fundamentais para a capacidade de cuidar. E, na visão de Plastino (2012), a concepção winnicottiana de natureza humana só pode se realizar plenamente no cuidado com o outro, ou seja, o ato de cuidar é o que nos define enquanto humanos. Podemos, ainda, dar mais um passo e ponderar que o desenvolvimento do potencial criativo e da capacidade de perceber o outro, em suas características e necessidades, é indispensável quando se pensa em mudanças humanizadoras que envolvam, por exemplo, a superação da violência e opressão contra indivíduos e grupos. Aí está a riqueza da contribuição winnicottiana sobre cuidado dentro de uma perspectiva ética.

“Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”

Os campos de sentido afetivo-emocional “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados” são aqueles criados/encontrados quando os participantes abordaram, direta ou indiretamente, como os participantes imaginam os efeitos da separação conjugal e da relação do casal parental sobre os filhos

A temática do rompimento do casamento e a separação pai-filhos vem sendo estudada por pesquisadores da psicologia e do direito que, de forma predominante, anunciam a necessidade de auxiliar as famílias a compreenderem que a parentalidade não deve cessar quando ocorre o fim da conjugalidade, seja por meio de intervenções psicológicas, jurídicas, de assistentes sociais ou mesmo pela mediação familiar (Alves, Arpini & Cúnico, 2015, Kostulski & Arpini,

2018, Schneebeli & Menandro, 2014, Sena & Penso, 2019). No entanto, estudos empíricos tendem a mostrar que há dificuldade, por parte dos ex-integrantes do casal, de discriminar parentalidade e conjugalidade, existindo uma interdependência desses dois níveis de relação (Grzybowski & Wagner, 2010), o que pode estar associado à dificuldade de dialogar e de manter acordos realizados após o divórcio (Gorin, Féres-Carneiro & Machado, 2017; Kostulski, Christofari, Bloss, Arpini & Paraboni, 2017).

Havendo este contexto de indiscriminação entre parentalidade e conjugalidade, os conflitos entre cônjuges acabam por ter continuidade no âmbito das relações parentais (Cúnico & Arpini, 2014). Por outro lado, a possibilidade de manter a comunicação em função dos filhos tende a preservá-los da crise conjugal. A seguir, passaremos a discutir a questão do impacto da separação conjugal na relação entre ex-cônjuges.

A separação conjugal representa, na sociedade em que vivemos, a ruptura de uma organização familiar que se pauta na idealização do amor materno – conforme já discutido anteriormente – e do amor conjugal (Biroli, 2014). Nesse prisma, o que uniria um homem e uma mulher seria um sentimento amoroso e a atração sexual, mas não interesses políticos e financeiros, como em outros momentos da história ocidental. Trata-se do casamento consensual pautado no mito do amor romântico, acrescido dos valores da moral cristã, que surgiu como um modelo ideal de relacionamento, e que, de certa forma, ainda parece ser almejado por muitos na atualidade.

A cultura ocidental, fortemente pautada nas tradições judaico-cristãs, atribui ao casamento e à sua manutenção um grande valor. Dentro dessa perspectiva religiosa, permanece a crença de que o que Deus uniu o homem não separa. Em nosso entendimento, a concepção de que o vínculo conjugal seria o lugar de viver o apaixonamento, a sexualidade e, também, a felicidade, de forma monogâmica e indissolúvel (Araújo, 2002), afasta-se muito da realidade concreta dos relacionamentos, sendo, portanto, difícil de ser atingida, tornando assim grande a possibilidade de geração de conflitos. Sabemos, na verdade, que essa forma de vínculo não se sustenta no cotidiano, uma vez que os parceiros acabam necessariamente entrando em contato com aspectos da realidade muito diferentes de suas expectativas, o que pode levar ao rompimento da relação.

Aqui cabe a atenção que os participantes deram às relações pós rompimento conjugal, na medida em que se expressaram de modo a permitir a produção interpretativa de dois campos de sentido afetivo-emocional “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados”.

No campo “Pais brigando, filhos prejudicados”, o vínculo entre ex-cônjuges se transforma de modo a adquirir feição oposta ao apaixonar-se, tornando-se odioso e, por vezes, vingativo. Sabemos que, com a separação, a pessoa deixa de conviver com aquilo que a incomoda no outro, o que normalmente sustenta a decisão pelo rompimento da relação. No entanto, os vínculos conjugais são complexos e, além das experiências desagradáveis, naturalmente, também proporcionaram vivências afetivamente positivas. Ou seja, as relações não são totalmente boas ou ruins. Desse modo, ao romper o vínculo conjugal, a pessoa vê-se livre daquilo que não a agrada, mas também se afasta daquilo que era bom e desejado na relação. Surge, então, um conflito, na medida em que estão sempre envolvidas perdas do que havia de bom ou até mesmo do que almejavam obter juntos como, por exemplo, o sonho de um envelhecimento ao lado da pessoa amada.

É importante notar que, na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta, o conflito não é considerado somente em termos intrapsíquicos, ou seja, restrito ao mundo interno de um indivíduo (Bleger, 1963/2007). Esse conflito está presente na pessoa, mas surge como reflexo ou assimilação de uma estrutura cultural que, não podemos esquecer, é dialeticamente formada pela ação coletiva dos indivíduos. Dessa forma, o ser humano se constitui socialmente, mas as condutas das pessoas também impactam o ambiente social em que vivem. Aqui, nosso foco está na complexa organização social que se delinea nesse contexto da separação conjugal. Observamos com facilidade, em nossa cultura, a ideia que associa o divórcio ao rompimento e à destruição dos vínculos, que está alinhada com a lógica de sentido afetivo-emocional do campo “Pais brigando, filhos prejudicados”.

É necessário ponderar que, quando o casamento é idealizado, aquele que se separa seria considerado um fracassado. Nesse contexto em que o casamento é socialmente tido como algo bom e desejável e, mesmo assim, a

pessoa quer se separar ou foi deixada pelo cônjuge, o outro se torna um inimigo, ou seja, estabelece-se a inimizade entre ex-cônjuges.

Por outro lado, o segundo campo de sentido afetivo-emocional, “Pais dialogando, filhos preservados”, aponta para uma postura diferente que se estabelece nas relações entre ex-cônjuges. Trata-se de um modo mais amadurecido de lidar com rupturas que, logicamente, não deriva apenas das capacidades individuais, mas também da vigência de imaginários coletivos baseados em valores e crenças de maior respeito às individualidades, dos ex-cônjuges e dos filhos, e menor idealização do casamento em si mesmo. Sendo o casamento menos idealizado, os ex-cônjuges não se sentem fracassados e podem até identificar as eventuais afinidades que existam entre si. Assim, conseguiriam ter mais facilidade em manter o vínculo, criando uma nova relação construtiva que permita que dialoguem, ao menos, em função dos filhos que têm em comum.

Então, o campo “Pais brigando, filhos prejudicados” está ligado a uma concepção de casamento em que haveria o apaixonar-se e a consequente idealização recíproca entre os cônjuges, de modo que a separação representaria um fracasso importante. Por outro lado, habitando no campo “Pais dialogando, filhos preservados”, as pessoas priorizariam as relações de afinidade entre os cônjuges, permitindo uma visão mais realista de si e do outro, o que resultaria numa separação conjugal pautada pela tristeza pela perda, mas não tida como fracassada.

Podemos, com ajuda de Bleger (1963/2007), refletir sobre esses fenômenos do período pós-divórcio, utilizando os conceitos de divalência e de ambivalência. Antes de seguir, devemos lembrar que este autor utilizou conceitos kleinianos sem, contudo, abandonar uma posição dialética.

Diante de um conflito, que sempre produz desconforto ou algum tipo de sofrimento, podem surgir condutas defensivas que tendem a reduzir a tensão ou ansiedade. A divalência implica dissociação das duas tendências que se contrapõem no conflito ambivalente, gerando dois objetos distintos e condutas dissociadas. Assim, a relação que se estabelece é com objetos parciais, ou bom ou mau, caracterizando uma divisão esquizoide.

Lembramos que, para se apaixonar, uma pessoa precisa deixar de ver aspectos do outro que não lhe agradam, ou seja, a paixão exige, em termos kleinianos, objetos parciais. Então, o casamento pautado no amor idealizado é esquizoparanoide, situação esta que se intensifica com o rompimento do vínculo conjugal.

No caso da separação conjugal, o desconforto causado pela perda daqueles que eram os aspectos bons da relação conjugal é reduzido ou eliminado com a divisão esquizoide. Desse modo, a esposa que era uma “fada”, passa a ser “bruxa”, enquanto o marido que era “príncipe”, torna-se “sapo”. Então, permanece apenas o contato com a parte desagradável do vínculo, o que justificaria a separação, ocultando a perda inevitável daquilo que era valorizado. Podemos pensar que, na verdade, o casamento romântico é um embuste com o qual as próprias vítimas colaboram, porque internalizaram o ideal, colocando-se numa situação de difícil sustentação ao longo do tempo.

Já no contexto em que o casamento não é idealizado, duas pessoas descobrem afinidades, casam-se pensando que aquilo seria suficiente para uma vida em comum, escolhem ter filhos, mas depois percebem que aquela convivência conjugal não proporciona a realização que esperavam. Nesse caso, ninguém se transforma em sapo ou bruxa e a ideia que predomina é a de que o relacionamento simplesmente não deu certo como previsto. Então, existe sentimento de perda daquilo que era bom na relação, mas também há alívio pela possibilidade de não ter que conviver mais com o que desagradou, configurando uma situação ambivalente, em que há duas pessoas totais, numa perspectiva winnicottiana.

A ambivalência surge nessa situação de contradição presente no intrincado contexto da separação conjugal que envolve, como já pontuamos anteriormente, experiências negativas e positivas, odiosas e desejadas, relativas a uma mesma pessoa, mas vem acompanhada de uma ansiedade depressiva. Trata-se de uma forma mais amadurecida de lidar com o conflito, uma vez que tende a considerar a situação total, favorecendo uma integração do ego. Então, os ex-cônjuges podem aceitar os aspectos negativos e positivos do outro, o que dá um maior sentido de realidade, permitindo que fiquem livres para manter o

necessário diálogo a respeito dos filhos e até mesmo, em muitos casos, relacionamento pautado na consideração recíproca.

Conforme observamos no material, de acordo com os participantes da presente pesquisa, tal condição dificilmente estaria presente logo no início do processo de separação, mas poderia ser alcançada após algum tempo, desde que houvesse um posicionamento mais amadurecido das pessoas envolvidas. Também encontramos, no material, uma produção que mostrou a reconciliação do casal depois de superada a dificuldade que desencadeou o desejo de separação por parte da esposa. Entendemos que se trata de uma possibilidade de conduta quando se pensa no casamento como um projeto humano que pode durar mais ou menos, entre pessoas que não negam os aspectos agradáveis e desagradáveis do outro e podem escolher entre finalizar ou continuar o relacionamento conjugal.

Podemos observar que “Pais brigando, filhos prejudicados” e “Pais dialogando, filhos preservados” são campos opostos, nos quais provavelmente ocorre uma certa confusão entre permanecer casado, em condição de bom entendimento, com simplesmente permanecer casado, sem levar em conta que um casamento pode se manter segundo pautas de relacionamento altamente violentas, como mostram estudos acerca da violência doméstica (Corbett, 2014). Passaremos, então, a refletir sobre as consequências que essas formas de relacionamento entre os pais, casados ou separados, têm sobre o desenvolvimento dos filhos.

Convocamos Winnicott (1962/1990), como interlocutor, que elenca alguns aspectos desejáveis para que o ambiente seja considerado suficientemente bom. Para o psicanalista inglês, é necessário que haja continuidade no ambiente humano e não-humano, o que favoreceria o processo de integração da personalidade da criança. A confiança também seria importante por permitir que o filho consiga prever o comportamento da mãe ou cuidador. A adaptação gradual às necessidades da criança, que mudam a todo tempo, ao longo do desenvolvimento, facilitaria a vivência de um sentimento de independência e de aventura. Por fim, o autor aborda a relevância da provisão que permitiria a concretização do impulso criativo da criança. Como se vê, o atendimento a tais necessidades não exige que os cuidados provenham de um só indivíduo – muito

menos de um único indivíduo mais ou menos atormentado pelas opressões de que é vítima, mas de uma disponibilidade de fazer-se presente que pode ser saudavelmente assumida por mais de uma pessoa.

Num contexto de divórcio, em nossa sociedade, são inúmeras as mudanças que ocorrem nos mais diferentes aspectos da vida dos filhos. Podem mudar de casa e escola, ter suas rotinas completamente alteradas, romper contato com pessoas afetivamente importantes e, principalmente, lidar com o fato de um dos genitores, geralmente o pai, deixar o domicílio. Isso implica perda da convivência ou comprometimento da qualidade da relação entre pais/mães e filhos. É válido imaginar que tais transformações seguramente provocam descontinuidade no ambiente, o que tende a ser vivenciado com considerável sofrimento emocional – principalmente porque ocorrerão sob imaginários coletivos à luz dos quais tais fatos são significados como problemáticos em si mesmos. No que diz respeito aos outros aspectos citados - confiança, adaptação gradativa às necessidades e, respectiva provisão – o impacto poderá ser maior ou menor, dependendo do grau de amadurecimento do posicionamento dos ex-cônjuges que, vale lembrar, não são fenômenos internos e isolados do ambiente social em que vivem, como quer a psicanálise metapsicológica.

Também é necessário considerar a idade dos filhos no momento da separação dos pais, uma vez que o amadurecimento ocorre como um processo gradual e as capacidades e necessidades podem variar bastante nos diferentes períodos de vida. Dessa forma, as eventuais descontinuidades ambientais promovidas pelo contexto do divórcio podem ter impactos diversos, que variam em função, entre outros fatores, da fase em que a criança se encontra. Essa é uma questão complexa, sobre a qual não nos alongaremos no momento, porque, repetimos, o amadurecimento não pode ser dissociado do próprio ambiente imaginativo em que ocorre.

Winnicott (1945/2000) desenvolve a tese de que o recém-nascido não reconhece a si mesmo enquanto pessoa e nem os outros no início da vida e que precisa caminhar um longo percurso até que passe a existir desde o seu ponto de vista. Ao nascer, o lactante se encontraria em estado de dependência absoluta e necessitaria de uma mãe – ou de um cuidador ou cuidadores - maximamente sensível(eis) e disponível(eis) para atender suas necessidades.

Nesse ambiente de *holding* físico e psicológico, o bebê poderia sentir-se acolhido e confiante. Porém, se o ambiente viesse a falhar de forma duradoura ou recorrente, surgiria uma angústia de aniquilação que interromperia o desenvolvimento do bebê (Winnicott, 1960/1990). Nessas condições, ele poderia perder a possibilidade de “ser ele mesmo” e, portanto, desenvolver um falso *self* como defesa.

Num contexto saudável, as demandas do bebê diminuiriam e se transformariam ao longo do tempo, e o cuidador, que teria completa empatia com a condição da criança, poderia adaptar-se de forma ativa e sensível. Assim, a dupla poderia vir a separar-se gradativamente e a criança poderia se desenvolver para dependência relativa e depois colocar-se no rumo da independência, que o autor vê como caracteristicamente adulta. Nesse processo, a tolerância às frustrações e às descontinuidades do ambiente aumentaria paulatinamente. Portanto, dependendo do ponto em que a criança se encontrasse, no processo de amadurecimento, a diminuição do contato com o genitor que sai de casa poderia ser suportada por mais tempo, sem gerar sofrimento psíquico significativo a ponto de representar uma ruptura em seu desenvolvimento. Além disso, havendo sensibilidade por parte da família, em relação às necessidades das crianças e adolescentes, seria possível cuidar para que as mudanças próprias do contexto do divórcio fossem menos impactantes.

Como vemos, na compreensão winnicottiana, o desenvolvimento do potencial inato de cada indivíduo depende da existência de um ambiente favorável e os estágios iniciais da vida do bebê são fundamentais na constituição do *self*, contribuindo ou não para sua saúde mental futura. Porém, lembramos que um ambiente de *holding* será sempre relevante em qualquer fase da vida, considerando que independência é um horizonte impossível de ser alcançado e que a tarefa de integrar as experiências vividas no *self* nunca cessam (Ambrosio & Aiello-Vaisberg, 2009)⁵⁷.

⁵⁷ Podemos mencionar, por sua relevância, que a teorização winnicottiana deixa um importante espaço a ser preenchido quando lança mão do conceito de ambiente suficientemente bom. Claro que tal ideia pode ser interpretada segundo uma visão que atribui à mãe toda a responsabilidade pela saúde e futuro dos filhos, contexto em que tem sido usada a expressão “mãe-ambiente”, na esteira de uma psicanálise que pensa o social restrito ao âmbito familiar. Contudo, se entendemos que a vida familiar está sempre inserida em contextos macrossociais, o alcance da ideia de ambiente se amplia notavelmente e inclui os imaginários coletivos.

Quando nos debruçamos sobre o campo “Pais brigando, filhos prejudicados” e observamos as condutas que daí emergem, temos contextos em que os filhos ficam esquecidos ou suas necessidades estão em segundo plano, ou seja, há falha ambiental importante, estejam os litigantes casados ou separados. Além disso, permanecer no centro da disputa conjugal na condição de “moeda de troca” e/ou de objeto para atingir o ex-cônjuge, viver sem a previsibilidade das atividades cotidianas, ter preocupação com os pais e perder o contato com um dos genitores também são situações que podem gerar muito sofrimento para criança (Brito, 2007; Gorin, Féres-Carneiro & Machado, 2017; Souza, 2000), trazendo risco de ruptura no desenvolvimento emocional.

Dentro desse contexto, é compreensível que o imaginário dos mediadores, que participaram da presente pesquisa, aponte para a crença de que os filhos do divórcio são inevitavelmente traumatizados, psicologicamente desajustados. No entanto, chama atenção o fatalismo presente nesse posicionamento, uma vez que as produções que emergem desse campo não vislumbram outras trajetórias e, por vezes, apontam para resultados gravíssimos, como no caso do filho que se encaminhou para o uso de drogas e, depois, provavelmente para condição de traficante.

Numa outra direção, o campo “Pais dialogando, filhos preservados” aponta para o imaginário de que pode haver movimentos para atender às necessidades das crianças e adolescentes de modo a favorecer seu desenvolvimento afetivo-emocional, tanto na manutenção como na dissolução do vínculo conjugal. Nas produções emergentes desse campo, figura a possibilidade de convivência dos filhos de casais separados – sobre os quais versou a demanda dos desenhos-estórias, com os dois genitores num contexto amigável, de modo que crianças e adolescentes se sentiam acolhidos. Num outro exemplo, no contexto da perda do contato com o pai, a genitora dedicou-se arduamente para garantir os cuidados necessários aos filhos. Enfim, o aparente sucesso no desenvolvimento emocional dos filhos passou pela oferta de um ambiente mais acolhedor e adaptado às demandas físicas e psicológicas da prole.

Não pudemos deixar de notar que há, no campo “Pais dialogando, filhos preservados”, uma certa idealização, uma vez que alguns trechos do material

daí emergentes apenas abordavam o sentimento de amor e proteção que fica mantido para os filhos, sem citar eventuais dificuldades que surgem nesse contexto delicado de reconstituição da parentalidade. Aqui, novamente, cabe lembrar que o ambiente social em que a família está inserida, no qual a separação é entendida como desastrosa ou como evento de busca de solução de problemas, provavelmente esse imaginário interferirá fortemente em todo o processo.

Estudos psicológicos, que abordam as consequências do divórcio para os filhos, ressaltam a ocorrência de um intrincado processo de adaptação que apresenta manifestações diversas nas diferentes etapas, desde a separação em si, passando pelo período pós-divórcio, até o impacto na fase adulta das crianças que viveram essa experiência (Brito, 2007; Oliveira & Crepaldi, 2018; Raposo et al 2011; Souza, 2000). Em pesquisa qualitativa, Souza (2000) observou que as crianças e adolescentes tendem a mostrar reações muito negativas num período inicial, que não necessariamente perduram ao longo do desenvolvimento. Entretanto, é interessante salientar que, dada a complexidade das situações vividas, o quadro de sofrimentos múltiplos, relatados pelas crianças, pode estar presente juntamente com a ideia de que o divórcio foi a melhor saída para as dificuldades da convivência conjugal.

Cuidado Infantil e Família Nuclear

No presente estudo, observamos que, de acordo com o imaginário dos participantes, a natureza do vínculo que se manteve entre os ex-cônjuges apresentava estreita ligação com o impacto da separação conjugal para os filhos. Quando havia um posicionamento mais divalente dos pais, obviamente emergente de imaginários socialmente circulantes, nos quais o casamento idealizado torna a separação emblema de profundo fracasso pessoal, com brigas e desavenças constantes, falta de diálogo e disputas judiciais que perduravam no tempo, a consequência para os filhos era sempre mais desastrosa. Dessa forma, considerando que nove, entre 12 participantes, manifestaram condutas emergentes do campo “Pais brigando, filhos prejudicados” que aponta para divalência e prejuízo filial, poderíamos pensar que predomina no imaginário dos

participantes a lógica da indissolubilidade do casamento e da valorização da família nuclear.

O divórcio destrutivo e o fenômeno da alienação parental vêm sendo discutido, em diversos espaços sociais, especialmente no contexto jurídico, principalmente a partir da promulgação da Lei da Alienação Parental em 2010 (Brasil, 2010), o que refletiu no aumento de publicações psicojurídicas sobre o tema, de acordo com revisão integrativa de literatura (Mendes, Bucher-Maluschke, Vasconcelos, Fernandes & Costa, 2016). Apesar das críticas dos autores da revisão à qualidade dos estudos analisados, é possível entender que esse fenômeno tem se tornado mais frequente de modo a despertar a necessidade de compreender as consequências do divórcio para a família e, em especial, para as crianças. Mesmo que a questão da alienação parental ou da síndrome da alienação não tenham sido diretamente tematizadas, nos desenhos e histórias do presente estudo, encontramos esse imaginário de um divórcio destrutivo.

Por outro lado, no campo "Pais dialogando, filhos preservados", cuja lógica de sentido afetivo-emocional está pautada na possibilidade de que os pais, situados em espaços sociais em que o casamento e a família nuclear sejam menos idealizados, consigam se colocar de forma mais amadurecida, vemo-nos diante da possibilidade de preservação dos filhos, aos quais se oferece um ambiente mais acolhedor e favorável para seu desenvolvimento emocional que inclui a presença e a participação do pai. Percebe-se, nesse contexto em que o casamento e a família nuclear se apresentam como projeto humano mais ou menos duradouro, mas que o cuidado com os filhos corresponde a um valor que se coloca em outro patamar. A não idealização do casamento, favorecendo sentimentos de perda, que demandam atos reparatórios, conspira, aqui, a favor da parentalidade, numa conjunção de respeito aos filhos como alteridade que inclui sua vinculação a ambos os genitores. Nessa configuração, o amor respeitoso ao filho inclui facilmente o respeito ao ex-cônjuge.

Mas havia um elemento em comum nessas produções que é o fato de que as novas e boas organizações familiares demandam tempo e precisam ser construídas, seja com esforço e dedicação do casal e/ou com a ajuda externa, como por exemplo da mediação. Essa crença na possibilidade de poupar os

filhos dos conflitos e desavenças do casal apareceu, de forma predominante, como intimamente relacionada à capacidade dos ex-cônjuges de manterem algum tipo de comunicação entre si e da existência de convivência regular dos filhos com ambos os cônjuges.

Esses resultados encontram-se alinhados com estudos que apontam que a busca de um ambiente mais sustentável, no contexto pós-divórcio, pode passar pela manutenção da convivência entre pais e filhos o que, de acordo com Negrão e Giacomozzi (2015), tende a diminuir a possibilidade de sentimentos de abandono nas crianças. Ainda nessa linha, corroborando essa visão, a revisão sistemática de Lamela e Figueiredo (2016) sugeriu que a coparentalidade pós-dissolução conjugal é preditora de saúde mental infantil.

O quadro até aqui delineado permite, a nosso ver, a identificação de uma configuração que congrega os campos “Quem cuida é a mãe” e “Pais brigando, filhos prejudicados”, referindo-se ao casamento e à família nuclear. Trata-se de configuração imaginativa que se organiza ao redor da crença de que o casamento, como meio de constituição da família nuclear, é a melhor forma de organização da sociedade e do cuidado dos filhos. Remonta, em termos históricos, de acordo com Federici (2017), aos tempos da acumulação europeia do capital, quando a remuneração dos operários se organizou em termos da exploração do trabalho masculino, tal como descrita na teoria marxista, tendo, entretanto, como pano de fundo, o trabalho não remunerado dos escravos, nas colônias americanas, e das mulheres, que passaram a se manter ocupadas no espaço doméstico. Essa organização de vida certamente rendeu bons resultados, em termos do desenvolvimento capitalista, mas se fez às custas de um alto nível de exploração dos negros e das mulheres.

Para manter-se gerando os mesmos resultados práticos, esse modo de vida, que provocava um intenso desgaste cotidiano e colocava a mulher numa posição de dependência direta do salário do marido e, portanto, de seu poder, instaurou uma forma de conjugalidade francamente hierárquica. Sob a autoridade do marido, a mulher, que anteriormente, no sistema feudal, integrava um grupo comunal, participando tanto do trabalho produtivo, na terra, como do trabalho de manutenção e reprodução cotidiana da vida, sempre de modo

coletivo, passou a dedicar-se exclusivamente ao trabalho doméstico em troca do teto e do alimento (Federici, 2017).

A mudança do feudalismo para o sistema capitalista não se deu sem resistências, como descreve Federici (2017), apoiando-se em documentos históricos primários, mas acabou ocorrendo de modo triunfante, legando às gerações futuras um mundo que se tornou concomitantemente cada vez mais evoluído científica e tecnologicamente, mas também crescentemente desigual. Há indícios confiáveis da ocorrência de resistência feminina, que foi duramente combatida e vencida, resultando na instalação de uma organização social francamente patriarcal, como concluem as teóricas do feminismo materialista como Delphy (2015) entre outras.

Mesmo se mantendo ao longo dos séculos, o patriarcado vem sofrendo modificações, especialmente a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho. A mulher contemporânea pode se desenvolver numa carreira profissional, mas há também aquelas que, sem qualificação, acabam se dedicando a trabalhos menos valorizados, muitas vezes informais e com menor renda (Hirata, 2015). No período de enfrentamento do COVID-19, vemos muitas mulheres na linha de frente, atuando na área do cuidado, uma vez que a profissão de técnico de enfermagem, copeira, faxineira, são profissões predominantemente femininas. Ainda que estejam cada vez mais presentes no mercado de trabalho, as mulheres continuam como as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ou seja, fazem a sacrificada dupla jornada (Medeiros & Pinheiro, 2018). Assim, estando na condição de casada ou separada, a mulher sai para trabalhar, mas ainda assume a criação dos filhos e os cuidados da casa. Podemos nos questionar: como tal situação se perpetua?

Não ignoramos que toda opressão e toda dominação se afirmam, em última instância, na vigente ameaça de assassinato, vale dizer, de abolição da vida. Contudo, mesmo quando ocorrem atos de violência explícita contra os corpos das pessoas, as condições de dominação não podem depender unicamente, em termos práticos, da ameaça constante à vida, requerendo outras formas de manutenção da subjugação. O antropólogo Maurice Godelier (1978/1981) coloca a questão de modo bastante esclarecedor:

Todo poder de dominação se compõe de dois elementos indissoluvelmente entrelaçados que lhe dão força: a violência e o consentimento. Nossa análise nos leva necessariamente a afirmar que dos dois componentes do poder a *força mais forte não é a violência dos dominadores, mas o consentimento dos dominados em sua dominação*. Para colocar e manter “no poder”, isto é, acima e no centro da sociedade, uma parte da sociedade, os homens em relação às mulheres, uma ordem, uma casta ou uma classe em relação a outras ordens, castas e classes, importa menos a repressão do que a adesão, a violência física e psicológica menos do que a convicção do pensamento que ocasiona a adesão da vontade, a aceitação, senão a “cooperação”, dos dominados. (Godelier, 1978/1981, pp. 192)

A partir daqui, podemos então entender a configuração imaginativa, que considera o casamento como a melhor forma de organização da sociedade e do cuidado dos filhos, tem como finalidade prometer às mulheres um sentido de vida e uma valorização de modo a fazê-las ansiar por uma situação em que são aparentemente valorizadas e reconhecidas, quando de fato estão sendo exploradas e prejudicadas. O quadro se completa com a promessa da maternidade como lugar da maior honra, comparável ao ocupado pela Virgem Maria, como mãe de Jesus, na cristandade – vale dizer, um honroso segundo posto.

Entretanto, vamos retomar o fato de que também observamos, no material de pesquisa, produções em que não se rejeita o casamento e a família nuclear de modo radical, mas tampouco se idealiza esse modo de viver como único capaz de conferir sentido à vida feminina. Essa mudança de enfoque corresponde a uma transformação profundamente significativa porque aumenta a liberdade de escolha das pessoas. Sendo assim, a vida, inclusive com um eventual casamento, pode ser vivida sob o signo de maior serenidade e não sob a ameaça de vir a revelar que a pessoa não tem valor, é uma perdedora, uma fracassada. Tem-se a impressão de que, quando o casamento não é superestimado, pode-se instalar um círculo virtuoso, porque em caso de separação é mais provável uma elaboração mais saudável, menos comprometida, com consequências menos danosas para todos. Dessa forma, a

presença de algumas produções com esse tipo de configuração indica que se encontra em vigor um processo de transformação social que nos parece importante.

Como sabemos, já existem as famílias matrifocais, patrifocais, maior respeito à diversidade sexual e a variados estilos de vida, diferindo da família nuclear patriarcal, o que é bem-vindo na medida em que abre espaço para diversas organizações de cuidado. Contudo, identificamos na quase totalidade do material, algo mais central que está expresso no campo “Quem cuida é a mãe”: o fato de ter filhos é altamente gratificante para a mulher. Então, perguntamos: será que quer dizer que o engodo foi muito bem aplicado? Ou será que existe alguma coisa de intrinsecamente valiosa no cuidar de crianças?

A partir da teorização winnicottiana, Plastino (2009) reflete sobre a questão da ética do cuidado, apontando que o ato de cuidar pode ser uma experiência muito enriquecedora. Para esse autor, a capacidade de cuidar envolve a possibilidade de ter consideração pelo outro e por suas necessidades, tendo como base uma motivação ética. Dessa forma, o ato de cuidar não se restringiria a um mero conjunto de ações aprendidas para atender às exigências do ambiente, vivido de maneira emocionalmente não integrada, podendo estar associado a um mal-estar existencial. Nesse caso, seria uma capacidade dissociada, um falso *self*. Ao contrário, a capacidade de cuidar implica um saber fazer acompanhado de continência emocional que pode ser vivenciado de forma integrada e criativa (Botelho-Borges & Aiello-Vaisberg, 2011).

Como vimos anteriormente, no primeiro capítulo, o processo de amadurecimento emocional está pautado na existência de uma potencialidade e o desenvolvimento das capacidades dependem de um ambiente suficientemente bom, orientado para respeitar a demanda espontânea da vida na infância, de modo que o reconhecimento da alteridade seja experienciado em um contexto amoroso (Plastino, 2012). Ao fundamentar a noção de potencialidade humana, Winnicott (1958/2000;1963/1990;1971/1975) traz um otimismo, no sentido da possibilidade da emergência de sentimentos éticos, que são fundamentais para quem vislumbra um mundo democrático, de respeito aos direitos individuais. A contrapartida disso é a existência de um ambiente favorecedor, uma vez que as características das relações sociais, em que a pessoa está inserida ao longo da

vida, são fundamentais, tanto para o fortalecimento de uma vida emocional sadia, como para sua deterioração (Plastino, 2009). Winnicott (1950/2001) pensa a democracia como associada ao amadurecimento emocional de uma quantidade suficiente de membros de uma sociedade, capazes de se sentirem pertencentes à coletividade, reconhecendo a singularidade do outro e conseguindo conviver criativamente. Concordamos com esse posicionamento, mas também não podemos deixar de nos lembrar da necessidade de mudanças estruturais no sentido da diminuição das desigualdades derivadas da exploração econômica das classes populares.

Essas concepções são preciosas, pois apontam para o valor do cuidado no início da vida, ao mesmo tempo que consideram qualquer ser humano, homem ou mulher, como aptos a desenvolver os sentimentos de empatia e compaixão, indispensáveis para as ações relacionadas ao cuidado. Fica também explicitado que a capacidade de cuidar é um elemento constitutivo do ser humano e, portanto, motivo de realização existencial. Assim, podemos deduzir que a pessoa impedida de viver esse tipo de experiência ficaria, de certa forma, comprometida em seu desenvolvimento enquanto ser humano. Sobre esse assunto, a título de exemplo, temos observado na mídia algumas manifestações sobre a questão da masculinidade tóxica que, entre outros temas, aborda os impedimentos do homem de experimentar, assumidamente, a relação de cuidado com os filhos de maneira sensível e dedicada. A literatura que trata da paternidade contemporânea mostra que, apesar de algumas mudanças já observáveis, o exercício paterno atual ainda envolve desafios e incertezas (Bernardi, 2017).

Enfim, terminamos este capítulo ponderando que o campo “Quem cuida é a mãe” passa por uma visão que se pensa protetora da criança, mas que, quando bem analisada, mostra-se danosa para todos. Entendemos que uma sociedade organizada em função da ideia de que uma criança só pode ser amada e cuidada por quem a pariu está necessariamente doente. Por outro lado, a vigência do campo “Pai presente” indica que mudanças importantes começam a ocorrer, com possível benefício a todos os integrantes de uma família.

Considerações finais

Iniciamos este trabalho trazendo a concepção de Hannah Arendt (1958/1983) de natalidade enquanto categoria fundamental da vida política, justificada pelo entendimento de que cada ser humano que vem ao mundo, além de ser ele mesmo uma novidade, traz consigo o potencial de agir e criar algo novo. Para essa autora, apenas os seres humanos podem inovar em suas criações, pensar aquilo que não foi pensado, ou seja, quebrar o automatismo imposto pela natureza, o que mostra que não se apoia numa concepção de natalidade como algo meramente natural, mas sim política. Retomamos, agora, essas contribuições arendtianas justamente por compreendermos o valor dos atos de cuidados dirigidos às novas gerações que representam a continuidade da vida e o futuro da humanidade e, também, por consideramos tais cuidados dentro de uma dimensão cultural e política, não devendo ser, portanto, biologicamente limitados ou determinados.

Pudemos observar, no capítulo 2, que o ECA propõe que o ambiente familiar é concebido como o melhor para atender às necessidades infantis. Desde que passou a vigorar há 30 anos, esse estatuto tem sido considerado um bom instrumento jurídico por buscar garantir a proteção integral à criança e ao adolescente e, do nosso ponto de vista, realmente representou um avanço em relação à forma como os direitos das pessoas menores de 18 anos eram tratados no Brasil do século passado. No entanto, ao apontar a família, em especial a família nuclear, como principal responsável pelo cuidado das crianças, assinala uma condição que merece ser bem refletida, principalmente quando se analisa a realidade concreta da vida de muitas pessoas que vivem nesse nosso país, marcado pela desigualdade e por grandes diferenças na organização sexual do trabalho.

Diante disso, nos perguntamos: o que significa, no cotidiano, a ideia de que a família é a melhor cuidadora das crianças? Na prática, estamos diante de uma situação em que a mulher assume tais encargos. Como vimos, no capítulo 1, é de longa data a responsabilização da mulher pelo trabalho reprodutivo, ou seja, pelos cuidados da casa e dos filhos. Mesmo com sua entrada no mercado de trabalho, dividindo com o homem a função de prover a família financeiramente, a mulher continuou a ser considerada responsável pelo trabalho doméstico e dos filhos, assumindo uma dupla jornada. Tal fato

representa uma enorme sobrecarga para mulher, o que ainda pode se tornar pior no contexto do divórcio. Na classe média, o dinheiro pode amenizar o impacto deste acúmulo de tarefas e funções, na medida em que se pode contratar alguém para ajudar. No entanto, entre os mais pobres, tudo fica muito difícil pois as responsabilidades relativas ao trabalho produtivo recaem sobre a mulher.

Voltemos nossa atenção aos principais resultados dessa pesquisa cujo objetivo foi de investigar imaginários coletivos sobre a parentalidade contemporânea na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta. O que encontramos? A partir dos desenhos e histórias dos participantes desse estudo, a saber, mediadores familiares, pudemos produzir/encontrar, de forma predominante, um imaginário conservador no sentido de que os cuidados com os filhos permanecem sob a responsabilidade da mãe, no campo “Quem cuida é a mãe”, e dentro do âmbito da família nuclear. Esse modelo tradicional de organização social voltado para a necessidade do cuidado de crianças e adolescentes perdura na cultura ocidental mesmo diante de um contexto que impõe muitas mudanças e adaptações, como no caso da separação conjugal. Inclusive, o rompimento do vínculo conjugal vem associado à crença de que os ex-cônjuges não podem estabelecer um relacionamento amigável ou, ao menos, colaborativo em relação à questão da parentalidade, mas ao contrário, desenvolvem sentimentos de ódio ou indiferença em relação ao outro. Associado a esse imaginário, observamos também a fantasia de que os filhos sofrem muito com o divórcio dos pais e ficam com sequelas psicológicas e comportamentais em função desse contexto. Enfim, no imaginário dos mediadores, o casamento deveria ser indissolúvel, já que o rompimento do vínculo conjugal é visto de maneira muito pessimista e fatalista.

Entendemos que esses imaginários nos mostram o poder das relações de gênero que, como aponta Federici (2017), inserem-se no modo de organização capitalista e colocam a mulher em condição de inferioridade e mais próxima de um suposto destino biológico, sendo considerada naturalmente responsável pela criação dos filhos e pelo trabalho doméstico, dentro do casamento. Apesar de vivermos num mundo marcado pelas imensas transformações tecnológicas e de costumes, com um grande número de mulheres presentes no mercado de trabalho e supostamente com maior liberdade, a exploração feminina continua.

Esses achados corroboram estudos de imaginários sobre maternidade realizados em nosso grupo de pesquisa (Fabris-Zavaglia, 2020, Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017; Schulte, Gallo-Belluzzo & Aiello-Vaisberg, 2019) que constataram a centralidade da mãe nos cuidados da prole. Tais estudos também mostram que circulam em nossa cultura cobranças direcionadas às mulheres para que se tornem mães e cuidem de seus filhos a fim de que possam se realizar enquanto pessoa. Dentro dessa lógica, caso não cumpram esse destino, que lhes é apresentado como natural, estariam cometendo uma falha grave, tornando-se quase uma aberração. Ademais, existe um ideal de maternidade que não permite que se compreenda a realidade concreta da mãe e suas condições para o exercício dos cuidados em relação aos filhos. Por esse motivo, esses autores discutem a maternidade enquanto sofrimento social.

Do mesmo modo, o imaginário de que a família nuclear é o único lugar para exercer os cuidados juntos aos filhos pode gerar uma cobrança social para que a mulher se case, pois este é considerado o contexto desejável para realização da maternidade. Naturalmente, os homens não estão isentos dessas pressões, mas acabam tendo melhores condições, uma vez que possuem mais liberdade do que a esposa, que é mãe, para se realizar enquanto pessoa.

Diante dessas considerações, é válido supor que, sob a égide desses imaginários acaba ficando limitada a possibilidade das pessoas - principalmente das mulheres – de escolherem os rumos que querem dar a suas vidas. Por exemplo, se querem se tornar mães, viver conjugalmente, permanecer solteiras com ou sem filhos ou orientar-se sexualmente segundo sua própria determinação.

Ainda sobre os resultados desse estudo, há algum sinal de mudança em relação às formas tradicionais de arranjo familiar? De forma bem menos representativa, a resposta é sim, e está expressa no campo de sentido afetivo-emocional “Pai presente”. O homem pode, se quiser, envolver-se em atos de cuidado, configurando o que Hochschild e Machung (1989) chamaram de “mulher de sorte”, porque a esposa conta com alguma ajuda do marido. Essas mesmas autoras advertem que os maridos não costumam achar que têm sorte quando suas esposas trabalham e contribuem com o orçamento familiar, muitas vezes, de modo altamente significativo. De qualquer forma, esse campo indica

uma mudança pois a presença do pai, que pode se dar de diversas maneiras, mais ou menos participativa, já é bem diferente da ausência que predominou no passado, quando o pai era o provedor financeiro e apenas a mãe se dedicava ao cuidado e à proteção dos filhos.

No que diz respeito ao imaginário sobre o pai, podemos perceber duas modalidades de envolvimento ou participação. A primeira refere-se ao pai que está presente no ambiente familiar, mas não se envolve nos atos de cuidado direto relacionados, por exemplo, a higiene, alimentação e doença dos filhos, mantendo a divisão sexual de trabalho de algum modo. Nesse caso, quando a mãe não pode estar presente, o pai busca uma outra pessoa, normalmente uma outra mulher, que se responsabilize pelas atividades de cuidado. Na segunda modalidade, a presença do pai nos cuidados diretos com os filhos se efetiva, representando uma transformação realmente importante, visto que permite que ocorra uma divisão mais equilibrada do trabalho reprodutivo.

Diante do contexto de separação conjugal, o imaginário do “Pai presente” mostrou-se, de forma predominante, associado à crença de que é possível haver uma comunicação saudável entre ex-cônjuges, especialmente motivada pela busca do exercício da parentalidade responsável. Nesses casos, os filhos não ficam negativamente impactados pela separação dos pais, podendo seguir num desenvolvimento saudável. Diante disso, percebemos que esses imaginários indicam a possibilidade de o casal construir um novo caminho que possa atender às necessidades dos filhos ou mesmo dos ex-cônjuges.

Lembramos que o mediador judicial é um profissional que atua auxiliando famílias na resolução de conflitos familiares, podendo efetivamente influenciar a vida dessas pessoas, e, diante da presença dos imaginários mais conservadores, podem atuar de forma moralista e pouco conectada com a realidade e/ou necessidade do casal em disputa. Na vigência de imaginários menos tradicionais, podemos supor que as condutas do mediador judicial tendam a ser mais acolhedoras e esperançosas em relação à condução dos conflitos apresentados na audiência, mesmo que ainda limitados à noção de que resta à família nuclear o cuidado com as crianças e adolescentes.

Como esses participantes transitam no contexto jurídico, em que predominantemente as discussões da prática jurídica e também os estudos

científicos tendem a se organizar ao redor da temática da manutenção da parentalidade mesmo com o fim da conjugalidade, ou seja, mantém-se restritas a soluções no âmbito da família nuclear, é possível compreender a dificuldade de imaginar o cuidado das crianças para além do par parental. Essa temática é tratada por Biroli (2018), que denuncia que o imaginário social ligado ao casamento convencional e ao padrão privatista e romântico das relações não concebe diferentes formas de solidariedade, afeto e amparo baseados em outros padrões de convivência, o que têm impacto importante também na esfera política. A autora sugere que equipamentos públicos poderiam beneficiar diretamente as condições de vida das pessoas em geral, facilitando a conciliação entre trabalho remunerado e cuidados domésticos, reduzindo as condições que geram vulnerabilidade. Ainda sobre esse tema, a cientista política discorre:

Há algumas vantagens no fortalecimento dos direitos dos indivíduos e no deslocamento dos sentidos da família, de uma perspectiva centrada no casamento para outra centrada na vivência conjunta, no cuidado oferecido e nos laços especiais. Isso permite definir direitos de forma não excludente, reconhecer a necessidade de cuidado e proteção sem restringir a uma divisão do trabalho e do afeto que sobrecarregue as mulheres, enquanto exime os homens da carga cotidiana, mas também os aliena e restringe suas experiências e capacidades. Além disso, possibilita dar passos para transpor os limites da visão privatista em direção a alternativas que fortaleçam a responsabilidade coletiva pelas pessoas mais vulneráveis. (Biroli, 2018, pp. 126)

Consideramos o posicionamento dessa autora muito pertinente especialmente pelo fato de que toda e qualquer vida humana depende do cuidado, então essa é uma questão que precisa ser repensada. Discussões relacionadas à ética do cuidado têm iluminado essa área. Para Plastino (2016), o ato de cuidar precisa ser pensado para além de contextos específicos, considerando-o um fator central na constituição dos sujeitos bem como na configuração dos laços que originam o tecido social.

Parece-nos evidente que a atual organização cultural de provimento de cuidados mostra-se limitada e acaba por produzir sofrimento para todos, em especial às mulheres, que ficam sacrificadas numa atividade considerada improdutiva e invisível, e às crianças, que frequentemente permanecem desatendidas em suas necessidades. A histórica crença de que o cuidado está associado ao feminino, além de sobrecarregar a mulher, implica o fato de que os homens ficam com dificuldade de usufruir genuinamente da experiência do cuidado, a qual também poderia trazer grande satisfação. Se considerarmos que a dimensão altruísta é fundante no modo humano de ser, a solução para o problema da sobrecarga da mulher poderia passar por uma melhor divisão de tarefas entre seres humanos, de ambos os sexos, que conviveriam com a preocupação de ter uma vida pessoal significativa, o que envolveria a busca de contribuir ativamente com o cuidado das crianças, adolescentes ou outras pessoas em condição de vulnerabilidade.

O tema do divórcio nos coloca no centro da discussão da parentalidade e da ética do cuidado, uma vez que trata da crise na instituição família/casamento que gera enorme desequilíbrio na forma de organização sexual do trabalho presente em sua versão tradicional, trazendo à tona conflitos que antes se restringiam ao mundo privado, tais como o assunto do cuidado com as novas gerações. O pessimismo ou o otimismo em relação às consequências do divórcio podem estar relacionados com a capacidade de vislumbrar novas formas de convivência e de cuidado. Considerando a capacidade criativa do ser humano, podemos pensar que diversos caminhos ainda podem ser inventados.

Diante do exposto, tendo em vista os imaginários discutidos, refletimos sobre as contribuições da psicologia diante da questão da parentalidade, seja na vigência do casamento ou no contexto da separação conjugal, que a partir da concepção de Bleger (1966/1992), caracteriza-se como um momento de crise e de possibilidade de transformações. Para esse autor, o psicólogo deve atuar não apenas diante de problemas de saúde mental já existentes, mas também tem uma ampla possibilidade de contribuir de forma preventiva.

Vivemos numa época em que coexistem imaginários tradicionais e mudanças importantes em relação às configurações familiares e às formas de organizar o cuidado das crianças e adolescentes. Tal fato abre espaço para o

surgimento de conflitos entre valores, diferenças de posicionamentos, sentimento de falta de referências, medos e dúvidas sobre como conduzir o acolhimento e a educação dos filhos. Dessa forma, o psicólogo pode ser um profissional importante no auxílio à reflexão sobre como lidar com conflitos familiares e atender às necessidades de desenvolvimento dos filhos (crianças e adolescentes), sem perder de vista a questão das diferenças de gênero que costumam sobrecarregar ainda mais as mulheres e, eventualmente, não favorecem que homens desenvolvam a potencialidade do cuidado.

De forma resumida, podemos dizer que práticas sociais que, no mundo contemporâneo, proponham-se como construtivas, críticas e efetivas, valorizam a necessidade de sobrepujar paradigmas ao redor dos quais estão organizadas a maternidade e a paternidade, majorando uma maior flexibilização no que diz respeito às soluções para os conflitos familiares, o que permite que a reorganização das relações de afeto e de cuidado ocorram dentro do que é mais adequado ou possível para cada família, numa determinada comunidade.

Referências

- Aberastury, A., & Knobel, M. (1989). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. (S. M. G. Ballve, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Abraham, K. (1970). *Teoria Psicanalítica da Libido: sobre o caráter e o desenvolvimento da libido*. Rio de Janeiro, Imago. (Original publicado em 1923)
- Aiello-Fernandes, R., Ambrosio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2012). O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares. *Anais da X Jornada Apoiar: O laboratório de saúde mental de psicologia clínica social - 20 anos – o percurso e o futuro*. São Paulo: IP/USP, 306-314.
- Aiello-Fernandes, R., André, D. P., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). “Pretobrás- Porque eu não pensei nisso antes – Racismo em composições de Itamar Assumpção. *Anais da XIV Jornada Apoiar: Saúde mental e interdisciplinaridade – propostas de pesquisa*. São Paulo: IP/USP, 372-387.
- Aiello-Fernandes, R. (2018). *Racismo e psicanálise em produções acadêmicas*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas).
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Gallo-Belluzzo, S. R., & Visintin, C. D. (2020). Maternidade e Sofrimento Social em Tempos de Covid 19: Estudo de Mommy Blogs. *Scielo Preprints*, 1-17. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.356>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. & Ambrosio, F. F. (2019). Gribouillages de Dessins-Histoires avec Thème: l’approche psychanalytique d’imaginaires collectifs. In

W. Trinca (Org.), *Investigation Psychodynamique de la Personnalité - Procédé de Dessins-Histoires & Procédé de Dessins de la Famille* (pp.313-332). Bruxelles: Mardaga.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Estilo Clínico ser e fazer: resposta crítico-propositiva a despersonalização e sofrimento social. *Boletim – Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 41-62. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v37n92/v37n92a05.pdf>

Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2008). Pesquisa Psicanalítica de Imaginários Coletivos à Luz da Teoria dos Campos. In J. Monzani & L. R. Monzani (Orgs.), *Olhar: Fabio Herrmann - Uma Viagem Psicanalítica* (pp. 311-324). São Paulo: Ed. Pedro e João Editores/CECH- UFSCar.

Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Ambrosio, F. F. (2006). Imaginários coletivos como mundos transicionais. In: Aiello-Vaisberg, T. M. J. A. & Ambrosio, F. F. (Orgs.). *Cadernos Ser e Fazer: Imaginários Coletivos como mundos transicionais*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 5-8.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. A. (2005). Os monstros, o método e o estabelecimento da capacidade ética. In T. M. J. Aiello-Vaisberg e F. F. Ambrósio (Orgs.), *Cadernos Ser e Fazer: Reflexões éticas na clínica contemporânea* (pp. 9-26). São Paulo: IP/USP.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia*. (Tese de livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil).

- Almeida, T. (2014). *Caixa de ferramentas em mediação: Aportes práticos e teóricos*. São Paulo: Dash.
- Alves, A.P., Arpini, D.M. & Cúnico, S.D. (2015). Guarda compartilhada: perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 916-935. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000300008&lng=pt&tlng=pt.
- Ambrósio, F. F. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). A importância do conceito de campo no procedimento de Ambrosio e Vaisberg. *Anais da XII Jornada Apoiar: Clínica Social – Propostas, Pesquisas e Intervenções*. São Paulo: IP/USP, 122-134.
- Ambrósio, F. F. (2013). *O estilo clínico 'Ser e Fazer' na investigação de benefícios clínicos de psicoterapias*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil).
- Ambrósio, F. F., Aiello-Fernandes, R. & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2013). Pesquisando sofrimentos sociais com o método psicanalítico: considerações conceituais. *Anais da XI Jornada Apoiar: Adolescência: Identidade e Sofrimento na Clínica Social*. São Paulo: IP/USP, 174-188.
- Ambrósio, F. F. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). O estilo clínico ser e fazer como proposta para o cuidado emocional de indivíduos e coletivos. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*. 10(2), 49-55. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702009000200007&lng=pt&tlng=pt.

- Andreucci, A. C. T., & Junqueira, M. A. (2018). Em nome da mãe, do pai e da família: contributos para a ampliação dos direitos sociais constitucionais para o fortalecimento de políticas públicas para a infância brasileira. *Anais do IX Congresso da ABraSD: trabalhos completos*. São Paulo, 608-619.
- Alves, A. P., Arpini, D. M., & Cúnico, S. D. (2015). Guarda compartilhada: perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 916-935. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000300008&lng=pt&tlng=pt.
- Araújo, M. F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: Velhas e novas configurações. *Psicologia: Ciência e profissão*, 22(2), 70-77. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000200009>
- Arendt, H. (1983). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1958)
- Ariés, P. (1981). *História Social da Criança e da Família* (D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: LTC Editora. (Original publicado em 1960)
- Arós, A. C. S. P. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Clube da Luta: sofrimentos radicais e sociedade contemporânea. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11(2), 3-16. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872009000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Arrais, R. H., Gomes, I. C., & Campos, E. M. P. (2019). A monoparentalidade por opção e seus aspectos psicossociais: estudo de revisão integrativa. *Revista da SPAGESP*, 20(1), 39-53. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100004&lng=pt&tlng=pt.

Arretche, M. (2018). Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: A inclusão dos *outsiders*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(96), e339613. Epub January 08, 2018. <https://dx.doi.org/10.17666/339613/2018>

Arpini, D. M., Cúnico, S. D., & Alves, A. P. (2016). Paternidade: O Ponto de Vista de Profissionais Que Atuam em Varas de Família. *Pensando famílias*, 20(1), 29-42. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100003&lng=pt&tlng=pt.

Assis, N.D.P., Visintin, C.D.N., Borges, A.A.B. & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2020). Mulher, mãe e filha cuidadora: imaginários coletivos sobre relações intergeracionais. *Psicologia Clínica*, 32(2), 213-230. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A01>

Assis, N. D. P. (2019). *“Vadias ou certinhas”*: Imaginários coletivos sobre o sofrimento de meninas adolescentes. (Tese de Doutorado, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas).

Assis, N. D. P. de, Aiello-Fernandes, R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). “Problemáticos ou invisíveis”: o imaginário coletivo de idosos sobre adolescentes. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 31, 259-275. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6439>

- Assis, N. D. P. D. (2014). *Problemáticos ou invisíveis: o imaginário coletivo de idosos sobre adolescentes*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil).
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1980)
- Barbiero, E. B., & Baumgarten, S. T. (2015). Somos pais, e agora?: A história de nós dois depois dos filhos. *Pensando famílias*, 19(1), 32-45. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Barcelos, T. F. (2014). *A História da menina-morta:(des) esperança de adolescentes em situação de precariedade social*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil).
- Barreto, M. A. M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J (2010). O tornar-se adulto no imaginário coletivo de adolescentes interioranos. *Psicologia em Revista*, 16 (2), 310-329. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Barreto, M., Souza, C. D., Sangaletti, A. K., Deus, M. D., Koltermann, J. P., Wegner, L. F., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2019). Grupo reflexivo para promoção de parentalidade e coparentalidade: um relato de experiência. *Revista da SPAGESP*, 20(1), 113-125. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100009&lng=pt&tlng=pt.

Barroso, R. G., & Machado, C. (2015). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari, & M. F. Chicaro (Eds.). *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: Parentalidade em foco* (pp. 16-32). São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV.

Barroso, P. O., Pedroso, J. S., & Cruz, E. J.S. (2018). Redes de apoio social de famílias com crianças acolhidas institucionalmente: estudo de caso múltiplo. *Pensando famílias*, 22(2), 219-234. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200015&lng=pt&tlng=pt.

Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Batoni, B. R. (2020). *Trabalho profissional e trabalho reprodutivo no imaginário coletivo de universitárias*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil).

Belo, F. R. R., Guimarães, M. R., & Fidelis, K. A. B. (2015). Pode um Pai Ser Cuidadoso? Crítica à Teoria da Paternidade em Winnicott. *Psicologia em Estudo*, 20(2), 153-164. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i2.24274>

Bercherie, P. (1980). *Histoire et structure du savoir psychiatrique*. Belgique: Navarin.

- Bernardi, D. (2017). Paternidade e cuidado: “novos conceitos”, velhos discursos. *Psicologia Revista*, 26(1), 59-80. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2017v26i1p.59-80>
- Bernardi, D., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2018). Entre o desejo e a decisão: a escolha por ter filhos na atualidade. *Contextos Clínicos*, 11(2), 161-173. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2018.112.02>
- Bernardi, D., Dias, M. V., Machado, R. N., & Féres-Carneiro, T. (2016). Definindo fronteiras no recasamento: relato de uma experiência clínica. *Pensando famílias*, 20(2), 43-55. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Biffi, M., & Granato, T. M. M. (2017). Projeto de ter filhos: uma revisão da literatura científica nacional e internacional. *Temas em Psicologia*, 25(1), 207-220. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2017.1-14Pt>
- Bilac, E. D. (2006). Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: Algumas reflexões. In J.M.P. Cunha (Org.). *Novas metrópoles paulistas. População, vulnerabilidade e segregação* (pp. 51-65). Campinas: Nepo/Unicamp.
- Biroli, F. (2018) *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Biroli, F. (2014). *Família: Novos conceitos*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Bleger, J. (2007). *Psicologia de la Conducta*. Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1963)

- Bleger, J. (1992). *Psicohigiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1966)
- Bleger, J. (1993). *Temas de psicologia: Entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1979)
- Bleger, J. (1988). *Psicoanálisis y dialéctica materialista*. Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1958)
- Bollas, C. (1987) *The shadow of the object: Psychoanalysis of the Unthought Know*. New York: Columbia University Press.
- Botelho-Borges, A.A. & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2011). Desenvolvimento de capacidades e gestualidade espontânea. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(49), 257-262. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200013>
- Braga, D. (2015). A infância como objeto da história. *Revista Angelus Novus*, (10), 15-40. <https://doi.org/10.11606/ran.v0i10.123935>
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil (1990). *Lei 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.
- Brasil (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasil-DF: CONANDA. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf

Brasil (2009). *Lei 12.010*, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm

Brasil (2010). *Lei 12.318*, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de julho de 1990. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm

Brasil (2014). *Lei 13.058*, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13058.htm

Brasil (2016). *Lei 13.257*, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm

Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 77-101.

- Braun, V. & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. London, SAGE Publications Ltd.
- Brito, C. O., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-11>
- Brito, L.M.T. (2007). Família pós-divórcio: a visão dos filhos. *Psicologia: Ciência e profissão*, 27(1), 32-45. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Bueskens, P. (2019). Deregulated Patriarchy and the New Sexual Contract: One Step Forwards and Two Steps Back. *Journal of the Motherhood Initiative*, 10(1 & 2), 59-81. Recuperado de <https://www.semanticscholar.org/paper/Deregulated-Patriarchy-and-the-New-Sexual-Contract%3A-Bueskens/1ab3d71b24969a8c2005446b20dd93fe503a51c4>
- Bueskens, P. (2018). *Modern Motherhood and Women's Dual Identities: Rewriting the Sexual Contract*. Abingdon, New York: Routledge.
- Cacciacarro, M. F., & Macedo, R. M. S. (2018). A família contemporânea e seus valores: um olhar para a compreensão parental. *Psicologia em Revista*, 24(2), 381-401. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p381-401>
- Campana, N. T. C., dos Santos, C. V.M., & Gomes, I. C. (2019). De quem é a preocupação primária?: A teoria winnicottiana e o cuidado parental na

contemporaneidade. *Psicologia Clínica*, 31(1), 32-53. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n01A02>

Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). A study about the characteristics of the contemporary parental exercise and care network. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 36, e190028. Epub October 28, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275201936e190028>

Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2017). O exercício parental contemporâneo e a rede de cuidados na primeira infância. *Psicologia Em Estudo*, 22(3), 449-460. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.35067>

Campos, E. B. V. (2011). Limites da representação na metapsicologia freudiana. *Psicologia USP*, 22(4), 851-878. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642011005000037>.

Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Estrela, F. M., Santana, J. D., Mota, R. S., & Erdmann, A. L. (2017). Violência conjugal: repercussões para mulheres e filhas(os). *Escola Anna Nery*, 21(4), e20160346. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0346>

Chinalia, M., Assis, N., Visintin, C., & Aiello-Vaisberg, T. (2018). Furtos de Bagatelas e Sofrimento Social: uma Interlocação com o pensamento winnicottiano. *Psicologia Revista*, 27(1), 35-56. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2018v27i1p35-56>

Coelho, M. T. B. F., & Dias, C. M. S. B. (2017). Avós Guardiões: Uma Revisão Sistemática de Literatura do Período de 2004 a 2014. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(4), e324214. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e324214>

- Corbett, E. (2014). *“Contos sem fadas”*: mães e filhos em situação de violência doméstica. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas).
- Corradi-Webster, C. M. (2020). *Recursos que colaboram no processo de recovery de mulheres com necessidades relacionadas ao uso de drogas*. (Tese Livre-Docência, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Brasil).
- Cossi, R. K. (2020). Lacan e o feminismo francês: a história de uma (não) relação. *Psicologia USP*, 31, e180043. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180043>
- Costa-Moreira, M. I., Bedran, P. M., & Dojas-Carellós, S. M. S. (2011). A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. *Psicologia em Revista*, 17(1), 161-180. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100012&lng=pt&tlng=pt.
- Cúnico, S.D., & Arpini, D.M. (2014). Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. *Psicologia em Estudo*, 19(4), 693-703. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-73722418811>
- Cúnico, S.D., & Arpini, D.M. (2013). A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando Famílias*, 17(1), 28-40. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&tlng=pt.

- De Paula, A. R. (2000). *Asilamento de pessoas com deficiência: institucionalização da incapacidade social*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).
- Delphy, C. (2015). O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, (17), 99-119. (Original publicado em 1970). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151704>
- Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (2005). *Qualitative research*. London: Sage.
- Deus, M.D., & Dias, A. C. G. (2016). Avós cuidadores e suas funções: uma revisão integrativa da literatura. *Pensando famílias*, 20(1), 112-125. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Dortier, J.F. (2010) *Dicionário de Ciências Humanas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Fabris-Zavaglia, M. (2020). *Experiência vivida de mães de filhos diagnosticados como autistas e sofrimento social*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil).
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa – Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Fenichel, O. (1995). *The Psychoanalytical Theory of Neurosis*. London, W.W. Norton & Company. (Original publicado em 1945)

- Féres-Carneiro, T., Machado, R. N., Mello, R., & Magalhães, A. S. (2019). Demand for family therapy and contemporary parenting. *Psicologia Clínica*, 31(1), 15-31. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n01A01>
- Ferreira, A. V., Montanher, A.R.P., Mariano, F. N., Duarte, G. L., & Felipe, S. S. R. (2018). Tempo de convivência entre pais e filhos: reflexões sobre a parentalidade residencial compartilhada. *Pensando famílias*, 22(2), 88-104. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200007&lng=pt&tlng=pt.
- Ferreira, M.C.; & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2006). O pai 'suficientemente bom': algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. *Mudanças – Psicologia da Saúde*. 14(2), 136-142. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v14n2p136-142>
- Ferreira-Teixeira, M. C. (2006). *Encontrando a criança adotiva: um passeio pelo imaginário coletivo de professores à luz da psicanálise*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP).
- Franco, D. A., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Violência doméstica e rompimento conjugal: repercussões do litígio na família. *Pensando famílias*, 22(2), 154-171. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200011&lng=pt&tlng=pt.
- Frederico, C. (1979). *Vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo.

- Freud, S. (2000). Notas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (dementia paranoides). In *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* [CD-ROM]. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1911)
- Freud, S. (2000). Moisés e o monoteísmo. In *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* [CD-ROM]. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1939)
- Freud, S. (1976). Interpretação de sonhos In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago. vol. IV e V. (Original publicado em 1900)
- Freud, S. (1976). Algumas ideias sobre desenvolvimento e regressão: Etiologia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (pp. 397-417). Rio de Janeiro: Imago. vol. XVI. (Original publicado em 1916)
- Freud, S. (1976). Psicopatologia da vida cotidiana. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago. vol. VI. (Original publicado em 1901)
- Frosh, S. (2002) *Young Masculinities: Understanding Boys in Contemporary Society*. New York: Palgrave.
- Frosh, S. & Young, L. (2017). Psychoanalytic approaches to qualitative Psychology. In c. Willig & W. S. Rogers (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research in Psychology* (pp. 124-140) London: SAGE Publications Ltda. Recuperado de <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=AAAniDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA124&dq=stephen+frosh+psychoanalysis&ots=dno5ooBgHX&sig=xwY->

43nnHPUnCOF3uPV2qf4SrwA#v=onepage&q=stephen%20frosh%20psychoanalysis&f=false

- Fulgêncio, L. (2017). Compulsão à repetição no contexto analítico para Winnicott. *Revista de Filosofia Aurora*, 23(33), 493-506. <http://dx.doi.org/10.7213/rfa.v23i33.1588>
- Furtado, A. G., Morais, K. S., & Canini, R. (2016). O direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: construção histórica no Brasil. *Serviço Social em Revista*, 19(1). <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2016v19n1p131>
- Gill, M. M., & Holzman, P., S. (Eds.). (1976) Psychology versus Metapsychology: Psychoanalytic Essays in Memory of George S. Klein. *Psychological Issues*; v. 9, no. 4, monograph 36. New York: International Universities Press.
- Godelier, M. (1981) A parte ideal do real. In E. A. Carvalho (Org.), *Godelier: Antropologia* (pp. 185-203). São Paulo: Ática. (Original publicado em 1978)
- Goldmann, A. (1971). *Cinéma et société moderne – Le cinéma de 1958 a 1968: Godard, Antonioni, Resnais, Robbe –Grillet*. Paris: Anthopos.
- Gorin, M. C., Féres-Carneiro, T., & Machado, R. N. (2017). Aniversário dos filhos: juntos ou separados? Repercussões do divórcio na perspectiva dos pais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(3), 1084-1100. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000300016&lng=pt&tlng=pt.
- Gottlieb, A. (2012). *Tudo começa na outra vida*. São Paulo: Unifesp.
- Greenberg, J. R. & Mitchell, S. A. (1983). *Object Relations in Psychoanalytic Theory*. Cambridge, MA, and London, UK: Harvard University Press.

- Grzybowski, L.S. & Wagner, A. (2010). Casa do Pai, Casa da Mãe: A coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000100010>.
- Guba, E.G., & Lincoln, Y.S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds.). *Handbook of qualitative research* (105-117). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Herrmann, F. (1979). *O método da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.
- Herrmann, F. (2004). Psicanálise e Pesquisa. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 38, 69, 259-271. Recuperado de http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000400014&lng=en&tlng=pt.
- Herrmann, F. (1989). Interpretação: a invariância do método nas várias teorias e práticas clínicas. In S. A. Figueira (Org.) *Interpretação: sobre o método da psicanálise* (pp. 13-33). Rio de Janeiro: Imago.
- Hirata, H. (2015). Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. *Análise*, (7), 1-24. Recuperado de <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Hochschild, A., & Machung, A. (1989). *The Second Shift*. New York: Penguin Books.
- Hollway, W. (2016). Feminism, psychology and becoming a mother. *Feminism & Psychology*, 26(2), 137-152. <https://doi.org/10.1177%2F0959353515625662>

- Hollway, W., & Jefferson, T. (2008). The free association narrative interview method. In L. M. Given (Ed.). *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Sevenoaks (pp. 296–315). California: Sage.
- Hollway, W., & Jefferson, T. (2000). *Doing qualitative research differently: free association narrative and the interview method*. London: Sage Publications
- Incerpe, P. R. B., & Cury, V. E. (2020). Atendimento a mulheres em situação de violência: A experiência de profissionais de um CREAS. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(3), 919-939.
<https://doi.org/10.12957/epp.2020.54357>
- Isotton, R., & Falcke, D. (2014). Quando um dos genitores detém a guarda dos filhos: que configuração familiar é essa?. *Pensando Famílias*, 18(1), 92-106.
Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2016). Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(spe), e32ne215.
<https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne215>
- Katz, M., Cassorla, R., & Civitarese, G. (2017). *Advances in contemporary psychoanalytic field theory: Concept and future development*. New York: Routledge.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H.L. Doaré, & D Senotier (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 67-68). São Paulo: Unesp.

- Kostulski, C. A., Arpini, D. M., & Goetz, E. R. (2019). Novas experiências no exercício da parentalidade: o relato de filhas adolescentes em vivência de guarda compartilhada. *Contextos Clínicos*, 12(3), 949-975. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.123.12>
- Kostulski, C.A. & Arpini, D.M. (2018). Guarda Compartilhada: As Vivências de Filhas Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 696-710. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000972017>.
- Kostulski, C.A., Christofari, G.C., Bloss, G.M., Arpini, D.M. & Paraboni, P. (2017). Coparentalidade em famílias pós-divórcio: uma ação desenvolvida em um núcleo de práticas judiciais. *Pensando famílias*, 21(2), 105-117. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200009&lng=pt&tlng=pt.
- Kvale, S. (1999). The Psychoanalytic Interview as Qualitative Research. *Qualitative Inquiry*, 5(1), 87-113. <https://doi.org/10.1177/107780049900500105>
- Kvale, S. (2003). The psychoanalytic interview as inspiration for qualitative research. In P. M. Camic, J. E. Rhodes, & L. Yardley (Eds.). *Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design* (pp. 275-297). Washington, DC: American Psychological Association.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2016). Coparenting after marital dissolution and children's mental health: a systematic review. *Jornal de Pediatria*, 92(4), 331-342. <https://doi.org/10.1016/j.jpdp.2016.05.010>

- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1988). *Vocabulário da psicanálise*. (P. Tamen, Trad.). São Paulo: Martins Fontes (Original publicado em 1967)
- Lapping, C. (2011) *Psychoanalysis in Social Research*. New York: Routledge.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1978)
- Machado, M. C. L. (1995). *Universo em Desencanto: conceitos, imagens e fantasias de pacientes psiquiátricos sobre loucura e/ou doença mental*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil).
- Madaleno, R. (2018). *Direito de Família*. 8ª ed. rev., atual. e ampli. Rio de Janeiro: Forense.
- Manna, R. E., Leite, J. C. A., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2018). Imaginário coletivo de idosos participantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. *Saúde e Sociedade*, 27, 987-996. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180888>.
- Mascarenhas, M. D. M., Tomaz, G. R., Meneses, G. M.S., Rodrigues, M. T. P., Pereira, V. O. M., & Corassa, R. B. (2020). Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(Supl. 1), e200007.SUPL.1. Epub 03 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>
- Mastroianni, F. C., Sturion, F. R., Batista, F. S., Amaro, K. C., & Ruim, T. B. (2018). (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 223-233. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5496>

- Medeiros, M., & Pinheiro, L. S. (2018). Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. *Sociedade e Estado*, 33(01), 161-187. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/18356>
- Mendes, J. A. de A., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Vasconcelos, D. F., Fernandes, G. A., & Costa, P. V. M. N. (2016). Publicações psicojurídicas sobre alienação parental: Uma revisão integrativa de literatura em português. *Psicologia Em Estudo*, 21(1), 161-174. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i1.29704>
- Micelli-Baptista, A., Schulte, A. A., Ambrosio, F. F., Mencarelli, V., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Nasce um bebê, nasce uma mãe culpada: experiência emocional de mulheres-mães em rede social. In S. L. P. C. Tardivo (Org). *O procedimento de desenhos-estórias na clínica e na pesquisa: 45 anos de percurso* (pp.359-373). São Paulo: IP/USP.
- Mies, M. (2016). Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. *Direito e Práxis Revista*. Rio de Janeiro, (7)15, 838-873. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25360> (Original publicado em 1988)
- Mitchell, S.A. (2009) *Relational concepts in psychoanalysis: An integration*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press. (Original publicado em 1988)
- Monteiro, C. F. A, & Teixeira, L. C. (2011). Família e tecnologias reprodutivas: considerações sobre a transmissão psíquica geracional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(2), 92-101. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000200010&lng=pt&tlng=pt.

Montezi, A. V., Barcellos, T. F., Ambrósio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Linha de Passe: adolescência e imaginário em um filme brasileiro. *Psicologia em Revista*, 19(1), 74-88. <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9563.2013v19n1p74>

Negrão, N. T., & Giacomozzi, A. I. (2015). A separação e disputa de guarda conflitiva e os prejuízos para os filhos. *Liberabit*, 21(1), 103-114. Recuperado de http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272015000100010&lng=es&tlng=pt.

Oliveira, D. O. F. (2020). *Gênero e drogas: Imaginário de Trabalhadores de um Serviço de Saúde Mental*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil).

Oliveira, L. Z. (2019). *Cuidado como valor jurídico: Crítica aos direitos da infância a partir do feminismo*. (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil).

Oliveira, J.L.A.P. & Crepaldi, M.A. (2018). Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: revisão integrativa da literatura. *Actualidades en Psicología*, 32(124), 92-110. <http://dx.doi.org/10.15517/ap.v32i124.29021>

Pasinato, L. & Mosmann, C. P. (2016). Transição para a parentalidade e a coparentalidade: Casais que os filhos ingressaram na escola ao término da licença-maternidade. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(1), 129–142. <https://doi.org/10.12804/apl34.1.2016.09>

- Patias, N. D., Bossi, T. J., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 22(4), 901-915. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-17>
- Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. (2020). Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1-12. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100014&lng=pt&tlng=pt.
- Piato, R. S., Alves, R. das N., & de Martins, S. R. C. (2013). Conceito de família contemporânea: uma revisão bibliográfica dos anos 2006-2010. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 22(47), 41-56. Recuperado de <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/131>
- Plastino, C. A. (2016). Do paradigma da dominação ao paradigma do cuidado. *Divulgação em Saúde para Debate*. Rio de Janeiro, 53, 11-24. Recuperado de http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/01/DIVULGA%C3%87%C3%83O_53-WEB-FINAL1.pdf
- Plastino, C. A. (2012). A emergência espontânea do sentimento ético como tendência da natureza humana. *Winnicott e-prints*, 7(1), 80-113. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2012000100004&lng=pt&tlng=pt.

- Plastino, C. A. (2009). A dimensão constitutiva do cuidado. In: Marisa Schargel Maia. (Org.). Por uma ética do cuidado. Rio de Janeiro: Garamond, v. 1.
- Politzer, G. (1998). *Crítica dos fundamentos da Psicologia: A Psicologia e a Psicanálise*. Piracicaba: Unimep. (Original publicado em 1928)
- Pombo, M. F. (2019). Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões. *Psicologia USP*, 30, e180204. Epub September 09, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180204>
- Ponciano, E. L. T., & Féres-Carneiro, T. (2017). Conjugalidade, parentalidade e separação: repercussões no relacionamento pais e filhos(as). *Psicologia em Estudo*, 22(2), 277-287. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i2.32808>
- Pontes, M. S. L. S., Barcelos, T. F., Tachibana, M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). A gravidez precoce no imaginário coletivo de adolescentes. *Psicologia Teoria e Prática*, 12 (1), 85-96. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Porto, A. M. P, Szortyka, A. M., & Heidrich, A. V. (2012). A saúde mental permeando o desacolhimento de adolescentes dos abrigos institucionais da cidade de Pelotas: um relato de experiência. *Jornal of Nursing Health*. 2(Supl.): S276-283. <https://doi.org/10.15210/jonah.v2i0.3500>
- Ramires, V. R. R., & Falcke, D. (2018). Fatores de risco e proteção para vínculos familiares no sul do Brasil. *Psicologia: teoria e prática*, 20(1), 126-140. <https://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n1p126-140>
- Raposo, H.S., Figueiredo, B.F.C., Lamela, D.J.P.V., Nunes-Costa, R.A, Castro, M.C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio

dos pais. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 38(1), 29-33.
<https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000100007>

Resmini, G. F., & Frizzo, G. B. (2018). A experiência da guarda compartilhada na perspectiva de diferentes membros da família. *Pensando famílias*, 22(2), 204-218. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000200014&lng=pt&tlng=pt.

Ribeiro, M. F. R. (2016). Reflexões sobre conjugabilidade e parentalidade: Um caleidoscópio de constituições familiares. *Jornal de Psicanálise*, 49(91), 97-109. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352016000200010&lng=pt&tlng=pt.

Rogoff, B. (2005). *Natureza cultural do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: ARTMED. (Original publicado em 2003)

Rosa, D. C. J., Lima, D. M. de, Peres, R. S., & Santos, M. A. dos. (2019). O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: uma revisão integrativa. *Psicologia Clínica*, 31(3), 577-595.
<https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A09>

Rosa, C. D. (2014). O pai em Winnicott. In C. D. Rosa (Org.). *E o pai?: uma abordagem winnicottiana* (pp. 25-62). São Paulo, SP: DWW Editorial.

Rosa, E. M., & Tassara, E. T. O. (2012). A produção das infâncias e adolescências pelo direito. In A. M. JACÓ-VILELA & L. SATO (Orgs.). *Diálogos em psicologia social* [online] (p. 269-284). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>
- Russo, R. C.T., Couto, T. H. A. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). O imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre pessoas com deficiência. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 250-255. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200012>
- Santos, C. V. M. dos, & Antúnez, A. E. A. (2018). “Papai não tem leite!” Considerações sobre o holding paterno na dependência absoluta. *Psicologia Em Estudo*, 23, 105-116. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23i0.40297>
- Santos, C. V. M., Campana, N. T.C., & Gomes, I. C. (2019). Cuidado Parental Igualitário: revisão de literatura e construção conceitual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35311. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35311>
- Sarti, C. A. (2015). Famílias enredadas. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 31-50). 6ª ed. São Paulo: Cortez.
- Sarti, C. A. (2003). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez.
- Scaglia, A.P., Mishima-Gomes, F.K.T. & Barbieri, V. (2018). Paternidade em Diferentes Configurações Familiares e o Desenvolvimento Emocional da Filha. *Psico-USF*, 23(2), 267-278. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230207>

- Scavone, L. (2001). A maternidade e o feminismo: diálogo como as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, (16), 137-150. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>
- Schneebeli, F.C.F. & Menandro, M.C.S. (2014). Com quem as crianças ficarão?: Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 175-184. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100019>.
- Schulte, A. A., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2019). A experiência emocional de autoras de Mommy Blogs. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 107-130. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n1p107>
- Schulte, A. A.; Gallo-Belluzzo, S. R. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). Postagens em blogs pessoais: aproximação do acontecer humano em pesquisas psicanalíticas. *Psicologia Revista*, [S.l.], 25 (2), 227-241. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/30138>
- Scremin, A. L. X., & Bottoli, C. (2016). Avós e netos: o exercício de uma parentalidade. *Barbarói*, (48): 234-252. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i48.5486>
- Sena, D. P. A., & Penso, M. A. (2019). Guarda compartilhada: instrumento jurídico para o exercício da paternidade após a separação conjugal. *Pensando famílias*, 23(1), 183-198. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100014&lng=pt&tlng=pt.

- Silva, L. D. L., Chapadeiro, C. A., & Assumpção, M. C. (2019). O exercício da parentalidade após a dissolução conjugal: uma revisão integrativa. *Pensando famílias*, 23(1), 105-120. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Silva, A. J. N., Costa, R. R., & Nascimento, A. M. R. (2019). As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil: da família à assistência social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(2), 1-17. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000200007&lng=pt&tlng=pt.
- Simon, R. (2015). A psicoterapia no século XXI: possibilidades, novas perspectivas, desafios. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 23(2), 69-74. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v23n2p69-74>
- Souza, F. H. O., & Cunha, E. L. (2011). A esperança na família: uma leitura psicanalítica do acolhimento institucional. *Revista EPOS*, 2(2) Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Souza, L. B., Panúncio-Pinto, M. P., & Fiorati, R. C. (2019). Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(2), 251-269. <https://doi.org/https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1812>

- Souza, R. M. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 203-211. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000300003>.
- Stolorow, R. D., & Atwood, G. E. (2019). *The Power of Phenomenology: Psychoanalytic and Philosophical Perspectives*. New York, Oxon: Routledge.
- Stolorow, R. (2011) Da mente para o mundo, da pulsão para a afetividade: Uma perspectiva psicanalítica fenomenológico-contextualista *Revista Brasileira de Psicanálise*, 45(2), 165-177. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2011000200024&lng=pt&tlng=pt.
- Tachibana, M., Ambrósio, F. F., Beaune, D., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). O imaginário da equipe de enfermagem sobre a interrupção da gestação. *Ágora*, 17 (2). <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000200009>
- Tartuce, F. (2019). *Direito Civil: Direito de Família*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- Trinca, W. (1972). *O desenho livre como estímulo de apercepção temática*. (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil).
- Turato, E.R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetivos. *Revista Saúde Pública*. 39(3), 507-514. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>
- Visintin, C. D. N., Fonseca-Inacarato, G. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2020). Imaginários de mulheres que sofreram perda gestacional. *Estilos da*

Clínica, 25(2), 193-209. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2p193-209>

Visintin, C. D. N., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Maternidade e sofrimento social em mommy blogs brasileiros. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 19(2). <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n2p98-107>

Visintin, C. D. N. (2016). *Maternidade e sofrimento social: Estudo de Mommy blogs*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil).

Visintin, C. D. N.; Paulo, F. M.; Sampaio, J. P.; Pereira, M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). "Que horas ela volta?": Investigando psicanaliticamente o imaginário coletivo sobre a maternidade. In L. S. de L. P. C. Tardivo (Org.), *Anais da XIV Jornada Apoiar Saúde Mental e Interdisciplinaridade: Propostas e Pesquisas*. São Paulo: IP/USP. 269-378.

Winkler, V. T.C. (2019) *Imaginários coletivos de mulheres jovens sobre tornar-se adulta*. (Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil).

Winnicott, D. W. (2005). O Alicerce da Saúde Mental. In D.W. Winnicott. *Privação e delinquência* (pp. 191-194). São Paulo: WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1951)

Winnicott, D. W. (2001). Algumas reflexões sobre o significado da palavra "democracia". In D. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 249-271). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1950)

- Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Trad. David Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1958)
- Winnicott, D. W. (2000). Desenvolvimento emocional primitivo. In D.W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 247-268). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1945)
- Winnicott, D. W. (1990). *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1963)
- Winnicott, D. W. (1994). O medo do colapso. In C. Winnicott, R. Sherpherd, & M. Davis (Orgs.), *Explorações Psicanalíticas: D. W. Winnicott* (pp. 70-76). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1963)
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1988)
- Winnicott, D. W. (1989). The squiggle game. In C. Winnicott (Org.), *Psychoanalytic explorations* (pp. 299-317). London: Karnac. (Original publicado em 1964)
- Winnicott, D. W. (1984). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. (J. M. X. Cunha, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1970)
- Winnicott, D.W. (1990). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 38-54). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1960)

- Winnicott, D.W. (1990). Provisão para a criança na saúde e na crise. In D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 62-69). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. (J. O. A. Abreu & V. Nobre, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971)
- Yoshida, E. M. P. (2012). Psicoterapias psicodinâmicas. In M. E. N. Lipp & E. M.P. Yoshida (Orgs.), *Psicoterapias breves: nos diferentes estágios evolutivos* (p. 1-17). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Anexo A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O imaginário coletivo do mediador familiar sobre divórcio com disputa de guarda

Pesquisador: GISELE MEIRELLES FONSECA INACARATO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 69085717.6.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.251.372

Apresentação do Projeto:

Este trabalho de doutorado em psicologia tem como objetivo investigar o imaginário coletivo do mediador familiar interdisciplinar a respeito do divórcio com disputa de guarda. Se justifica, devido ao contexto de efetiva valorização e incentivo das formas alternativas de solução de conflito no Brasil, portanto torna-se indispensável refletir sobre a formação dos mediadores. Tradicionalmente, as capacitações destinadas a estes profissionais consideram apenas os aspectos cognitivos da formação, o que pode ser considerado uma abordagem limitada, a partir de uma visão psicanalítica que não concebe o ser humano como exclusivamente racional e, portanto, valoriza o estudo da vivência emocional dos fenômenos humanos. Este estudo se valerá de amostra por acessibilidade e terá como participantes mediadores familiares do Centro Extrajudicial de Solução de Conflitos de Campinas(CEJUSC). Serão utilizados como procedimentos: entrevista coletiva com uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema; registro das comunicações por meio de narrativas; interpretação das produções a luz do método psicanalítico, em busca da captação de campos psicológicos não conscientes, segundo os quais se organiza o imaginário coletivo dos mediadores familiares. Espera-se que este conhecimento possa trazer embasamento para prática da mediação familiar interdisciplinar, bem como para os programas de formação deste mediador.

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
Bairro: Parque das Universidades **CEP:** 13.086-900
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 2.251.372

Objetivo da Pesquisa:

Investigar psicanaliticamente o imaginário coletivo do mediador familiar interdisciplinar a respeito do divórcio com disputa de guarda, ampliando os aspectos cognitivos na formação do mediador também para uma visão psicanalítica do ser humano.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisadora informa que: A abordagem dialógica transicional do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, de caráter brincante (Winnicott, 1964/1989), torna a entrevista praticamente isenta de riscos. Entretanto, mesmo sendo baixa a probabilidade de emergência de sentimentos de ansiedade e depressão nos mediadores, devido ao cuidado do enquadre, serão tomadas providências no sentido de garantir o seu bem-estar. Além disso, a pesquisadora, sob orientação, está cientificamente preparada para detectar a ocorrência eventual de vivências ansiosas ou depressivas, bem como para atendê-las imediatamente durante o transcurso da entrevista.

Benefícios:

A pesquisador diz que: O estudo pode contribuir para o desenvolvimento da formação enquanto mediador familiar dos participantes, visto que propicia um espaço criativo de troca de experiências.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tende a complementar a formação de mediadores buscando aperfeiçoá-la. É importante, uma vez que atualmente a mediação tem sido apresentada como alternativa ao trabalho do judiciário em certos casos. A metodologia parece estar bem estruturada, bem como o controle dos riscos através da pesquisadora que é uma especialista, portanto tem valor científico e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE explica a pesquisa, foi feito sob a forma de convite e que a privacidade do participante será respeitada, também explicita a possibilidade de desistência, formas de resolver problemas éticos relativos a pesquisa e diz que o participante nada receberá, assumindo responsabilidade por dano decorrente da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Algumas questões que suscitaram dúvidas foram esclarecidas.

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
 Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.086-900
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 2.251.372

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS no. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme a Resolução CNS no. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente a pesquisa". Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUC-Campinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_911973.pdf	20/08/2017 21:58:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_Gisele_doutorado_16ago17.docx	20/08/2017 21:54:35	GISELE MEIRELLES FONSECA INACARATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comite_de_etica_alterad_16ago17.docx	20/08/2017 21:54:18	GISELE MEIRELLES FONSECA INACARATO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_juiz_CEJUSC.jpg	08/08/2017 16:38:34	GISELE MEIRELLES FONSECA INACARATO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada_Plataforma_Brasil.pdf	17/05/2017 07:10:13	GISELE MEIRELLES FONSECA INACARATO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
 Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.086-900
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 2.251.372

CAMPINAS, 31 de Agosto de 2017

Assinado por:
Alberto Benevenuto Drumond Frazão
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
Bairro: Parque das Universidades **CEP:** 13.086-900
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br

Anexo B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa a que você está sendo convidado(a) a participar está sendo realizada sob a responsabilidade da psicóloga Gisele Meirelles Fonseca Inacarato, CRP 06/38776, que é doutoranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da PUC-Campinas–SP, sob a orientação da Profa. Dra. Tânia Maria José Aiello-Vaisberg. Tem como objetivo investigar o imaginário coletivo do mediador familiar interdisciplinar a respeito do divórcio com disputa de guarda.

Nesta pesquisa você participará de uma entrevista coletiva que será realizada em uma sala reservada dentro do Centro Extrajudicial de Solução de Conflitos (CEJUSC) de Campinas e terá duração de 90 minutos.

Saiba que sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Se aceitar participar, saiba que você é totalmente livre para abandoná-la a qualquer momento.

Com esta pesquisa, espera-se fazer um levantamento, junto aos mediadores familiares sobre suas concepções a respeito do contexto de divórcio em que há disputa de guarda. O conhecimento produzido neste estudo pode vir a embasar a prática da mediação familiar interdisciplinar, bem como os programas de formação deste mediador.

Em princípio, este estudo não traz nenhum risco para a população estudada e apresenta, como benefício, uma contribuição para o desenvolvimento de sua formação enquanto mediador familiar, visto que propicia um espaço criativo de troca de experiências. É necessário apontar que não será oferecido qualquer tipo de gratificação, mas que haverá indenização em caso de dano e ressarcimento de eventuais despesas decorrentes da pesquisa.

Uma vez concluída a pesquisa, os dados deverão ser divulgados em revista científica, porém, sem características pessoais que levem à identificação pessoal do participante, de acordo com o sigilo previsto pela ética profissional.

Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o celular/e-mail da pesquisadora responsável, podendo receber esclarecimentos sobre o projeto e

sua participação, agora ou a qualquer momento. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você.

Se você tiver dúvidas durante a realização da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrada, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a psicóloga Gisele Meirelles Fonseca Inacarato, através do telefone (19) 99174-7155 ou pelo e-mail: giseleinacarato@gmail.com. Questões de ordem ética podem ser esclarecidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, de 2ª a 6ª feira das 8h00 às 17h00, órgão este que aprovou esta pesquisa. Endereço: Rod. Dom Pedro I, Km 136 – Pq. das Universidades - Campinas - SP - CEP: 13.086-900; telefone/fax: (19) 3343-6777; e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br.

Eu declaro ter sido informado(a) e compreendido a natureza e objetivo desta pesquisa, motivo pelo qual concordo em participar deste estudo.

Nome: _____

Idade: _____ R.G. _____

Campinas, _____ de _____ de _____

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora